



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

CHRISTIANO RICARDO DOS SANTOS

**AS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO AMAPÁ E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

**Belém/PA
2023**

CHRISTIANO RICARDO DOS SANTOS

**AS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO AMAPÁ E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental

Orientador: Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo

**Belém/PA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBDSistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237r Santos, Christiano Ricardo dos.
As regiões turísticas do estado do Amapá e as políticas públicas / Christiano Ricardo dos Santos. — 2023.
178 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Silvio José de Lima FigueiredoTese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do TrópicoÚmido, Belém, 2023.

1. Região. 2. Turismo. 3. Amapá.

CDD 910

CHRISTIANO RICARDO DOS SANTOS

**AS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO AMAPÁ E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo

Data da aprovação: 16/03/2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo - Orientador – NAEA/UFPA

Prof.^a Dra. Mirleide Char Bahia – Examinadora Interna – NAEA/UFPA

Prof.^a Dr. Thales Maximiliano Ravena Cañete – Examinador Interno – NAEA/UFPA

Prof. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares - Examinadora Externa – PPGeo/UFPA

Prof. Dra. Elis de Araújo Miranda - Examinadora Externa - PPGDAP/UFF

A minha filha Aurora, que chegou durante a caminhada do doutoramento, a quem dedico em especial este trabalho que, embora pequena em idade, foi grande em pensamento, sabendo apoiar e compreender as minhas dificuldades e ausências.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero te agradecer, DEUS, por todas as oportunidades que tens me dado ao longo da vida e por te fazeres presente em cada pessoa que encontrei em cada situação que vivi e com as quais sempre me foi possível aprender algo;

Aos meus pais, Jesus dos Santos (*in memoriam*) e Maria Alzira dos Santos, por representar meu porto seguro para onde sempre retorno e sei que serei sempre acolhido;

Aos meus irmãos que, a suas maneiras, sempre estiveram presentes nesta caminhada;

Ao meu companheiro Clebson Assis, que sempre esteve comigo nos momentos alegres e difíceis durante a elaboração desta tese e nos momentos de minha vida de um modo geral;

Ao meu orientador, professor Dr. Silvio José de Lima Figueiredo, de orientador ao grande amigo, a quem tenho considerável admiração, confiança, gratidão e apreço;

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA da Universidade Federal do Pará – UFPA, por ter me acolhido como seu estudante de doutorado por cinco anos, por ter oportunizado que eu fizesse novas amizades e novos contatos profissionais e acadêmicos;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU, pela seriedade e pertinência de suas propostas curriculares, fornecendo-me os instrumentos necessários para que eu pudesse avançar na pesquisa e na minha formação;

Aos amigos que encontrei durante esta caminhada junto ao NAEA/UFPA, pela paciência, carinho, compreensão, dicas e sugestões em todas as horas.

Para todas as pessoas do meu ontem e do meu hoje, MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Esta produção científica, denominada tese de doutorado, intitulada “As regiões turísticas no estado do Amapá e as políticas públicas”, exigiu a sistematização do objetivo geral que se apresenta em analisar a região turística no estado do Amapá e as políticas públicas. Para a realização da pesquisa, pôde-se contar com a metodologia da investigação científica, a partir dos princípios do devir constante, da dinamicidade que envolveu a investigação, buscando a sequência lógica de sua concretização. Portanto, o enfoque adotado foi qualitativo e quantitativo, de desenho não experimental, apresentando o nível exploratório descritivo, quando se utilizou como instrumentos de coleta de dados a entrevista aplicadas entre os gestores do turismo no estado do Amapá, agentes de produção do turismo e em instituições não governamentais e análise documental. Como resultado da investigação, inicialmente pelas abordagens aos investigados, constatou-se que as regiões turísticas do Amapá ocorrem de forma tímida, isolada e não apresenta suporte suficiente em todos os campos que se efetive o turismo. Com base nos respondentes e na análise documental, ficou clara a ausência de investimentos ao turismo no estado do Amapá, uma vez que não lança políticas públicas ao incentivo do turismo, mesmo considerando que o Amapá é rico em espaços naturais que são atrativos para turistas internos e externos, visto que, aos olhos de quem defende a preservação da natureza, o estado do Amapá já teria se manifestado ao enriquecimento turístico, tendo em vista que, na Amazônia Legal, registra ser o estado da federação brasileira que dispõe de 97% do ambiente em preservação e, diante disto, além de pontos turísticos, dispõe de belezas naturais que devem ser contempladas por todos, mas por um processo sistemático e responsável de turismo, para o estado, para a nação e para o mundo.

Palavras-Chave: Região. Turismo. Amapá.

ABSTRACT

This scientific production, called a doctoral thesis, entitled “The tourist regions in the state of Amapá and public policies”, required the systematization of the general objective that is presented in analyzing the tourist region in the state of Amapá and public policies. To carry out the research, it was possible to rely on the methodology of scientific investigation, based on the principles of constant becoming, the dynamism that involved the investigation, seeking the logical sequence of its implementation. Therefore, the focus adopted was qualitative and quantitative, with a non-experimental design, presenting a descriptive exploratory level, when the interviews applied among tourism managers in the state of Amapá, tourism production agents and in non-governmental institutions and document analysis. As a result of the investigation, initially through the approaches to those investigated, it was found that the tourist regions of Amapá occur in a timid, isolated way and do not provide sufficient support in all fields for tourism to be effective. Based on the respondents and on the documental analysis, the absence of investments in tourism in the state of Amapá was clear, since it does not launch public policies to encourage tourism, even considering that Amapá is rich in natural spaces that are attractive to domestic tourists. and external, since, in the eyes of those who defend the preservation of nature, the state of Amapá would have already manifested itself to the enrichment of tourism, considering that, in the Legal Amazon, it registers that it is the state of the Brazilian federation that has 97% of the environment under preservation and, in view of this, in addition to tourist attractions, it has natural beauties that must be contemplated by all, but through a systematic and responsible tourism process, for the state, for the nation and for the world.

Keywords: Region. Tourism. Amapá.

LISTA DE SIGLAS

ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
APCC – Proteção Ambiental da Costa dos Corais
BIT – Banco de Informações e Mapas de Transportes
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI – Indústria de Comércio de Minério
ICMBio – Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MTUR – Ministério do Turismo
UC – Unidade de Conservação
ODM – Objetivo do Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organizações Não Governamentais
OMT – Organização Mundial do Turismo
PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PLANTUR – Planejamento do Turismo
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT – Plano Nacional do Turismo
PROECOTUR – Programa Nacional do Ecoturismo
PTA – Plano de Turismo da Amazônia
RESEX – Reserva Extrativista do Rio Cajari
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micros e Pequenas Empresas
SECULT – Secretaria de Cultura
SEDETUR – Secretaria de Desenvolvimento do Turismo
SETE – Secretaria de Transporte e Empreendedorismo
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente
SENAC – Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR – Secretaria do Turismo
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa Político-Administrativo do estado do Amapá	19
Mapa 02 – Mapa da rede hidroviária do estado do Amapá	37
Mapa 03 – Eixos turísticos para o fluxo turístico do Amapá	145
Mapa 04 – Turista estrangeiro por país de procedência	147
Mapa 05 – Turista brasileiro por Estado de procedência	149
Mapa 06 – Regiões Turísticas do Estado do Amapá	152
Mapa 07 – Região Turística Meio do Mundo	153
Mapa 08 – Região Turística Lagos e Pororocas	156
Mapa 09 – Região Turística Cabo Orange	158
Mapa 10 – Região Turística Vale do Jari	161
Mapa 11 – Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras	162
Mapa 12 – Panorama para principais pontos turísticos no Amapá	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Participação na economia local.....	105
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Abordagem junto aos gestores do turismo no Estado do Amapá	107
Quadro 02 – Abordagem junto aos agentes de produção dos espaços turísticos	120
Quadro 03 – Abordagem junto as Organizações Não Governamentais	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Frequência de consumo do setor alimento fora do lar.....	73
Gráfico 02 - Tipologia de negócios nos restaurantes.....	74
Gráfico 03 - Formalização de empresas no setor de alimentação fora do lar.....	76
Gráfico 04 – Oscilação do fluxo total de desembarque no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre nos anos de 2019 e 2020.....	77
Gráfico 05 – Fluxo anual no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre entre os anos de 2007 a 2020.....	79
Gráfico 06 – Tipologia hoteleira.....	81
Gráfico 07 – Capacidades e instalações hoteleiras.....	82
Gráfico 08 – Atendimento em idiomas.....	84
Gráfico 09 – Realização de Cadastur.....	85
Gráfico 10 – Boletim de ocupação hoteleira.....	87
Gráfico 11 – Dificuldades enfrentadas.....	88
Gráfico 12 – Qualificação de mão de obra.....	89
Gráfico 13 – Conjuntura hoteleira.....	91
Gráfico 14 – Funções da mão de obra hoteleira.....	92
Gráfico 15 – Tipos de artesanatos mais produzidos no Estado do Amapá.....	94
Gráfico 16 – Meios de comercialização do artesanato.....	95
Gráfico 17 – Maiores consumidores do artesanato no país e fora do país.....	96
Gráfico 18 – Número de empresas no atendimento de locação de automóveis.....	97
Gráfico 19 – Tipo de atendimento das empresas de locação de automóveis.....	98
Gráfico 20 – Motivos das locações das frotas das locadoras de automóveis.....	99
Gráfico 21 – Motivo de viagem dos turistas.....	100
Gráfico 22 – Confiança com turismólogo na função.....	101
Gráfico 23 – Sondagem aos profissionais guias de turismo.....	102
Gráfico 24 – Distribuição percentual de receita.....	104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
1.2 RECORTE ESPACIAL	18
1.3 PERGUNTA DE PESQUISA E OBJETIVOS.....	21
1.4 METODOLOGIA	22
1.4.1 Região e Regionalização.....	26
1.5 ESTRUTURA DA TESE.....	27
2 ARTICULAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO AMAPÁ	30
2.1 ORGANIZAÇÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA.....	30
2.2 EIXOS DE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ	31
2.2.1 Sistema Rodoviário - Eixo Norte/Sul do estado do Amapá	33
2.2.2 Sistema Rodoviário - Eixo Leste/Oeste do estado do Amapá	35
2.2.3 Eixos fluviais	36
3 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO ESTADO DO AMAPÁ	39
3.1 PRINCÍPIO DO ESTADO DO AMAPÁ.....	39
4. REGIONALIZAÇÃO E O TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	45
4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO.....	45
4.2 TURISMO.....	48
4.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO.....	54
4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E DO ESTADO DO AMAPÁ.....	61
5 MARCO ANALÍTICO.....	70
5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ: NARRATIVA DE VALDINEI LOPES.....	70
5.2 CENSO DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ.....	73
5.2.1 Alimentação fora do lar.....	73
5.2.2 Modal de transporte aéreo.....	77
5.2.3 Empreendimentos e hospedagens: Características, capacidades e instalações, gestão empresarial, capacidade hoteleira, conjuntura, mão de obra ocupada.....	81
5.2.4 Artesanato.....	94

5.2.5	Locação de automóveis.....	97
5.2.7	Turismólogos.....	101
5.2.8	Guias de turismo.....	102
5.2.9	Economia do turismo.....	104
5.3	DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS.....	107
5.3.1	Abordagem aos gestores do turismo.....	107
5.3.2	Abordagem aos agentes de produção dos espaços turísticos.....	120
5.3.3	Abordagem das ONGs.....	129
5.4	ANÁLISE DOCUMENTAL: DECRETO QUE REGULAMENTA A SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO AMAPÁ.....	137
6	REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO AMAPÁ: HOMOGENEIZAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES	141
6.1	CONTEXTO DAS VIAS TERRESTRES E HIDROVIÁRIAS AO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	141
6.2	PERSPECTIVAS SOBRE O TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	150
6.2.1	Região Turística do Meio do Mundo	153
6.2.2	Região Turística do Lagos e Pororocas	154
6.2.3	Região Turística do Cabo Orange	157
6.2.4	Região Turística do Vale do Jari	160
6.2.5	Região Turística do Tumucumaque e Cachoeiras	161
6.3	REDE URBANA NO ESTADO DO AMAPÁ E SUA INFLUÊNCIA AO TURISMO	163
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a região turística, especificamente no estado do Amapá, que, ao longo das últimas décadas, tem recebido intensas transformações socioespaciais. Destarte, é imprescindível proceder-se a uma apreciação dos fatores que contribuíram para essa dinâmica e reestruturação da região turística no estado do Amapá.

Com efeito, importa destacar que analisar região turística relacionados ao turismo revela-se como um desafio complexo, haja vista que as categorias são interrelacionadas por si só, e se apresentam emaranhadas em destacada complexidade para defini-las e compreendê-las. Contudo, esta situação ao mesmo tempo estimula entender as relações contidas nesta região, cujo intuito é o de desvendar a realidade através do conhecimento geográfico.

O estado do Amapá, ao longo das últimas décadas, foi alvo de políticas públicas que estimularam a sua região turística. Todavia, historicamente, as suas características peculiares estimularam o desenvolvimento da economia terciária, atividade que desempenhou importante papel em termos sociais e econômicos, o que estimulou e propiciou a reestruturação da região, possibilitando, com isso, o desenvolvimento do setor turístico (CRUZ, 2009).

Convém assinalar que o turismo é uma atividade que permeia realidades complexas, antagônicas e contraditórias, particularmente devido à forma como se apropria do espaço, o modo que é materializado na localidade, bem como o tipo de planejamento e de gestão realizados nesses espaços, principalmente quando a região no qual ocorre essa dinâmica se trata do Estado do Amapá (SANTOS, 1997).

A complexidade da atividade turística, especialmente em regiões turísticas como do estado do Amapá, contribui positiva ou negativamente para a localidade, por isso a importância de se destacar que o turismo deve ser incorporado, a depender do município, como mais uma atividade econômica e não como a atividade principal, uma vez que os aspectos sociais, econômicos e culturais presentes devem ser mantidos e fortalecidos (CRUZ, 2009); (RODRIGUES, 1999).

Sendo assim deve-se empoderar a sociedade dessa região, com vistas a desenvolver o turismo de forma participativa, endógena e numa perspectiva inicial local e regionalizada. Registre-se que a atividade turística tem crescido de forma acelerada, podendo ser observada quando se analisa o número de viagens, de embarque e desembarques OMT (2020), intervindo para o crescimento econômico, na maior parte dos casos, assim como se distância de uma prática fundamentada na sustentabilidade ambiental. Com efeito, propicia a maximização de impactos econômicos, sociais e ecológicos, de forma negativa, e descaracteriza a possibilidade de propiciar o desenvolvimento local e regional.

A atividade turística no estado do Amapá é destacada pelas esferas pública e privada como mola propulsora do desenvolvimento, Selva (2000) quando comparada às demais atividades econômicas. No entanto, este modelo tem contribuído, especialmente, para o crescimento econômico, para desigualdades socioeconômicas, bem como para contradições no espaço.

A lógica econômica vigente tem por base as características hegemônicas do capital, sob influência das instituições públicas que buscam atender às necessidades das grandes corporações econômicas, criando, conseqüentemente, condições para o desenvolvimento da atividade econômica, neste caso o turismo, proposta numa perspectiva desenvolvimentista (HARVEY, 2005).

É imperativo destacar que o modelo adotado pelas grandes corporações do turismo e governos neoliberais têm como base a acumulação do capital e divisas, fato que promove um efeito inverso, isto é, potencializa efeitos econômicos e acentua os problemas sociais, descumprindo as promessas de geração de emprego, distribuição de renda e a melhoria da qualidade de vida (SEN, 2001).

Em face das informações supramencionadas que, de algum modo, situam a temática em observação neste estudo, destaco que a pesquisa desenvolvida tem relevante importância para a geografia e para o turismo no Brasil, uma vez que busca compreender a região turística, em especial do turismo, bem como as relações socioespaciais, especialmente, no estado do Amapá.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

A partir dos pressupostos ressaltados, defende-se, aqui, que a reestruturação regional amapaense, desencadeada pelas políticas públicas, em especial as turísticas, que contribuíram para regionalização e foram determinantes para transformações socioespaciais e para o desenvolvimento local e regional, notadamente, e, de maneira ímpar, para a atividade turística.

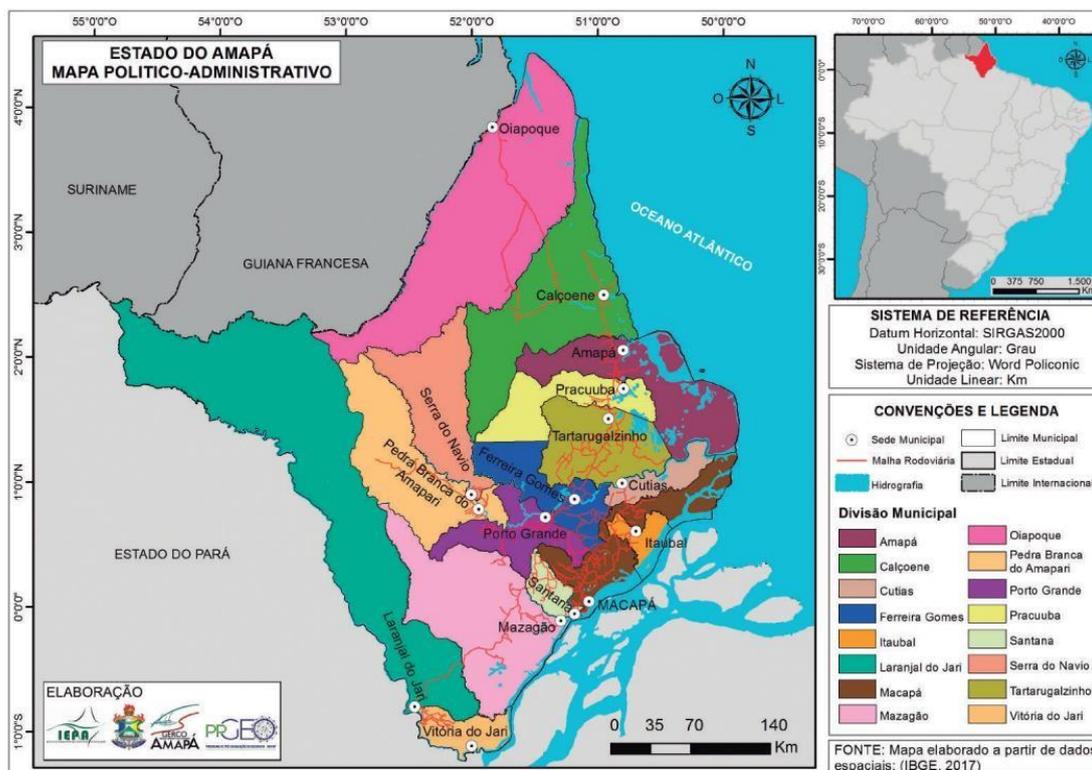
Destarte, o turismo passa a ser a opção para diminuição das desigualdades socioespaciais e para a reestruturação econômica. Neste sentido, a tese sustenta-se no fato de o turismo entrar no jogo das transformações que viabilizem mecanismos de redução das desigualdades, considerando que a região turística se fundamentará em meios que oportunizem o desenvolvimento econômico do estado no que concerne à área, sem prejuízos socioespaciais, o que remete à redução das desigualdades sociais em função da criação de trabalho e renda por meio de ações sustentáveis, que primam pela preservação das belezas naturais amapaenses com foco na contribuição para a preservação ambiental da Amazônia enquanto região.

1.2 RECORTE ESPACIAL

A presente tese tem como recorte espacial as terras localizadas a partir da margem esquerda do rio Amazonas, nesse espaço da porção mais setentrional do território nacional existe, ainda, uma Amazônia menos conhecida, inclusive por muitos amazônidas e marcada por muitas particularidades de ordem geográfica.

O estado do Amapá (mapa 01), localizada em grande parte no hemisfério norte, possui vastas áreas florestadas ainda bem conservadas ou transformadas em grandes unidades de proteção ambiental e, de reservas indígenas; apresenta baixa densidade demográfica com uma rede urbana constituída por pequenas cidades com intensas primazias, além de ter grande parte de seu território compondo a faixa de fronteira internacional.

Mapa 01 – Mapa Político-Administrativo do Estado do Amapá



Fonte: Silva Junior (2022)

O estado do Amapá, destaca-se a importância dos rios como um dos principais meios de circulação e de integração inter-regional, devido em parte pela existência de uma malha rodoviária precária em muito de seus segmentos. Dessa maneira, os eixos fluviais assumem um papel muito importante na produção e articulação espacial. O maior deles, o rio Amazonas, impõe suas águas turvas sobre o Atlântico e ajuda a emoldurar a região em questão

A escolha dessa porção do espaço amazônico não se deu em virtude da continuidade de pesquisa proveniente de uma dissertação de mestrado, mas por residir no Estado do Amapá desde 2013. Assim, o porquê dessa escolha, além de permitir um primeiro *link* ao que será exposto nesse trabalho, remeterá a uma trajetória de reconhecimento do autor em relação ao seu objeto de estudo, visto que o desenvolvimento do turismo no estado do Amapá está ocorrendo de forma embrionária.

Nesta região turística, encontram-se: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o Parque Nacional de Cabo Orange, a Estação Ecológica Maracá –

Jipióca, a Estação Ecológica do Jari, a Floresta Nacional do Amapá, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Revecom, a Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, entre outras unidades de conservação que configuram, portanto, e de algum modo, uma importantíssima área no contexto ambiental brasileiro, caracterizando o estado como um dos mais protegidos em sua biodiversidade.

As unidades de conservação do estado do Amapá são bastante presentes ao longo de todo o território estadual. Nesse sentido, referem-se a espaços delimitados que buscam a preservação da fauna e flora, a conservação de suas características geológicas e a manutenção do ecossistema. Daí se depreende a importância desta pesquisa quanto ao planejamento e gestão do território, com vistas também a garantir a preservação da área para usufruto das gerações futuras.

A representação turística no estado do Amapá está atrelada ao discurso de proteção e ao uso do território pela atividade de forma sustentável na medida em que de bens naturais e fixos estejam vinculados a mecanismos de preservação ambiental.

Seguindo as discussões que assinalam a relevância turística e suas implicações e desdobramentos, convém destacar que diversas instituições, sindicatos e associações estão presentes no estado do Amapá. Desse modo, destacamos, particularmente, a Secretaria Estadual e Municipal de Turismo, a Secretaria de Estado da Cultura — SECULT, a Secretaria do Meio Ambiente — SEMA, a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo — SETE, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — SEBRAE, o Serviço Social de Aprendizagem Comercial — SENAC, o Sindicato dos Guias de Turismo do Amapá e Empresas de Turismo do estado do Amapá. Com efeito, percebe-se a existência de uma significativa rede capaz de estimular o turismo e, bem como o reconhecimento do ambiente, a proteção ambiental e o seu desenvolvimento.

Em face das discussões até então tratadas e considerando-se o recorte praticamente regional da análise, depreende-se o ineditismo e os aspectos diferenciais da presente pesquisa, uma vez que estudos pretéritos sobre a região turística e desenvolvimento do estado do Amapá são fragmentados, haja vista que não foram realizados aprofundamentos capazes de relacionar a dinâmica produtiva da região turística no contexto dos 16 (dezesseis) municípios que compõem o Estado.

O que se pretende neste estudo e que defendemos ser de notada relevância é compreender a formação dessa região alavancada pela reestruturação produtiva, neste caso, pelo turismo. Destarte, julgamos que o estudo apresenta empreendimento científico inovador.

Registre-se que a pesquisa possibilita fomentar a realização de trabalhos que façam a relação do turismo, políticas públicas e desenvolvimento local e regional, já que em consultas a periódicos CAPES, assim como bancos de teses e dissertações no âmbito de Brasil ficou evidente a existência de poucas investigações que façam esta relação no âmbito do Estado do Amapá, conseqüentemente sendo interessante direcionar a análise nesse sentido.

1.3 PERGUNTA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Em síntese, o estudo gira em torno das seguintes perguntas de pesquisa que colocam em destaque a região turística, especialmente com foco no estado do Amapá, considerando as contribuições das políticas públicas para o desenvolvimento local e regional. Qual a dinâmica da região turística do estado Amapá? Quais as contradições na região turística do estado do Amapá? e quais as políticas públicas para o turismo e suas contribuições para o desenvolvimento local e regional?

Uma vez que o turismo desponta como atividade econômica dinamizadora, entretanto complexa do ponto de vista econômico, social e ambiental, a pesquisa em tela tem como objetivo geral analisar a região turística do estado do Amapá, considerando as contribuições das políticas públicas, para o desenvolvimento local e regional.

Além disso, especificamente, objetiva-se:

- a) Identificar a região turística do estado do Amapá pertinentes ao turismo;
- b) Descrever a dinâmica da região turística amapaense;
- c) Apontar as contradições socioespaciais na região turística do Amapá;
- d) Avaliar as políticas públicas para o turismo com as contribuições para o desenvolvimento local e regional;

1.4 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa adotada teve como foco o aprofundamento das leituras e o levantamento bibliográfico sobre as principais categorias de análise que embasam o estudo, isto é, os conceitos de Região, Turismo e Desenvolvimento. A discussão teórica e inter-relação dessas categorias contribuíram, neste estudo, para compreender a dinâmica região turística do estado do Amapá, de forma que a análise tenha foco na totalidade espacial.

Nesse sentido, a compreensão da realidade do espaço geográfico deve acontecer a partir de sua totalidade social porque é fruto de oposições e contradições entre as condições objetivas e subjetivas do espaço, isto é, a realidade social concreta no espaço, embasada na relação entre a sociedade e a natureza que estão em constante movimento interno e externo de mudança, amparados em conflitos e antagonismos. Logo, compreende-se que o espaço é, por sua vez, social e suas interrelações acontecem dialeticamente.

O método dialético subsidiou o embasamento para elucidação das dúvidas sobre a região no sentido turístico, contribuindo para desvendar a realidade do espaço. Para Lefebvre (1995) o espaço é um produto social, refletido e produzido na realidade social, uma vez que a sua produção se dá no cotidiano da sociedade. Deste modo, um processo que se apropria do espaço de forma dialética circunscreve-se no âmago dos estudos geográficos que colocam em destaque e problematizam questões espaciais.

O espaço geográfico é complexo e recheado de contradições, destacando-se nesse quadro, principalmente, a relação entre a sociedade e a natureza (SANTOS, 1997). Para isso é interessante partir do pressuposto socioespacial, considerando que os antagonismos existentes no espaço são frutos dos movimentos: interno e externo que surgem a partir da práxis humana, podendo, assim, compreender a conexão lógica da produção e reprodução desse espaço.

De forma geral, para o desenvolvimento dos objetivos propostos, foram necessárias algumas etapas metodológicas que podem ser sintetizadas em 06 (seis) fases:

- 1) Levantamento teórico, metodológico e conceitual ao longo do desenvolvimento da tese, e levantamento de dados primários e secundários em órgãos competentes e instituições públicas e privadas, relacionados à temática da pesquisa no intuito de compreender a dinâmica do turismo e sua relação com o aspecto socioespacial para, com isso, identificar as regiões turísticas no estado do Amapá.
- 2) Identificação e análise por meio de documentos e dados nos portais dos governos: federal, estadual e municipais. Identificação e análise de fluxos turísticos, e seu contexto histórico e político; identificação de políticas públicas, dados de visitação, fluxo de investimentos; identificação das intervenções nas esferas públicas (Federal, Estadual e Municipal) de políticas públicas, planos, programas e projetos de desenvolvimento voltados ao turismo;
- 3) Realização de trabalho de campo em 03 (três) municípios do Estado do Amapá, sendo eles: Macapá, Laranjal do Jari e Oiapoque, em função de pontos fixos existentes na capital e nos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque devido a seus aspectos regionais sendo fronteiras que recebem diretamente turistas, pois Laranjal do Jari se apresenta em área de divisa com Monte Dourado-Almeirim no estado do Pará e, Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa e outros países com a finalidade de confrontar a teoria e a empiria, com isso analisar e responder aos objetivos, questões de pesquisa e hipóteses.
- 4) O trabalho de campo foi estruturado através de entrevistas semiestruturadas, diálogos informais, levantamento documental, visitas a órgãos públicos, associações, atrativos turísticos, restaurantes, hotéis e pousadas, organizações não governamentais, cooperativas, com o intuito estabelecer aproximação com o objeto de estudo investigado.
- 5) Com a finalidade de desenvolver a análise, foram realizadas 09 (nove) entrevistas semiestruturadas, com os atores sociais elencados em três categorias principais, a saber: (i) os gestores públicos municipais (secretários e/ou diretores de turismo e agentes públicos, etc.); (ii) os agentes de produção do espaço turístico (guias de turismo, recepcionistas, agentes de viagens, proprietários de restaurantes, pousadas e hotéis e, (iii) as organizações não governamentais (meio ambiente, cultura, turismo, social, etc.).

Do total de entrevistas, 03 (três) foram desenvolvidas com gestores públicos, entre secretários de meio ambiente e de turismo, bem como de outras funções administrativas, cujo objetivo foi identificar as atividades desenvolvidas na localidade, a dinâmica do turismo, legislação turística, políticas, programas e projetos turísticos e de meio ambiente, infraestrutura institucional, estrutura de gestão turística, o quadro (pessoal) técnico especializado, associações e organizações não governamentais, o planejamento e envolvimento dos atores sociais e a relevância da atividade turística para a área em questão.

Em se tratando dos agentes de produção do espaço turísticos, foram realizadas 03 (três) entrevistas semiestruturadas que tinham como foco compreender a importância do turismo para a população local. Além disso, objetivou-se identificar o potencial turístico da localidade, os pontos positivos e negativos do crescimento do turismo, as funções de trabalho ocupadas, a renda mensal, o custo de vida, as condições sociais desses atores, como também: a) entender se a população local tem abandonado suas atividades artesanais; b) identificar outros usos do território, e por fim, c) identificar se há preparação por meio de cursos, capacitações, etc, dos atores sociais para atuarem no mercado do turismo.

Registre-se que também foram aplicadas 03 (três) entrevistas semiestruturadas a pessoas responsáveis por organizações não governamentais, cujo foco foi verificar quais os objetivos da instituição, o tempo que está presente na área, identificar quais perspectivas positivas e negativas relacionadas ao turismo no território, a situação das desigualdades sociais, os múltiplos usos do território, os impactos do turismo e o crescimento do turismo.

Por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores do turismo no estado do Amapá com o intuito de verificar a infraestrutura, equipamentos, instalações, etc., os projetos, programas e ações desenvolvidas, as parcerias público privadas, os recursos existentes, o número de visitantes, a documentação existente, os principais impactos ambientais na visão do gestor público, os pontos positivos e negativos da relação turismo.

Convém destacar que houve a necessidade de se estabelecer a amostra considerando os aspectos geográficos, de rotatividade dos cargos, da ausência de

instituições públicas e privadas a respeito, quando se conseguiu uma amostra de 03 gestores municipais, 03 agentes de produção do espaço turístico e 03 instituições não governamentais. Essa realidade é assegurada por Severino (2007, p.142), quando explana que a amostra corresponde a uma parcela da população e possibilita revelar o retrato claro da realidade estudada.

Nessa fase, também se fez importante a tabulação dos dados levantados e a elaboração de mapas utilizando-se do SIG ArcGIS. De forma geral, os dados obtidos nas entrevistas subsidiaram a construção de cartogramas e mapas de localização, identificação, rodovias, pontos turísticos, identificação das regiões turísticas do estado do Amapá.

O contato direto com a realidade pesquisada permitiu o registro fotográfico de alguns atrativos turísticos que subsidiaram a dinâmica do turismo e sua relação com o estado do Amapá, quando se fez ainda a produção de conhecimento sobre o turismo na narrativa de Valdinei Lopes, indivíduo que, mesmo sem formação específica na área, tem atuado no desenvolvimento de pesquisas sobre o turismo no estado do Amapá e vivenciado determinadas práticas a respeito, ressaltando elementos como censo do turismo no Amapá, ilustrado por meio de gráficos e tabelas contendo uma gama de importantes informações a respeito.

Desta forma, de acordo com a natureza da investigação, adotou-se o enfoque qualitativo e quantitativo. Teixeira (2008) faz relevantes contribuições acerca da pesquisa mista que, no caso, se trata da região turística no estado do Amapá e assinala que a pesquisa qualitativa se expressa por dados discursivos e, a quantitativa, por dados numéricos, ensejando quantidade. No que concerne aos procedimentos, a pesquisa é de natureza exploratório-descritiva, uma vez que se consegue contemplar o fenômeno estudado em minúcias e, posteriormente, descrevê-lo, apontando suas características, o que se sustenta em Richardson (2000) que assevera que uma investigação exploratório-descritiva permite uma visão ampla da realidade estudada.

1.4.1 Região e Regionalização

Sobre o objeto da geografia, Lencioni (2003) destaca duas grandes chaves de interpretação: a primeira entende que a geografia estuda a relação entre o homem e o meio ambiente, enquanto a segunda a concebe como uma área particular de conhecimento voltada para as diferenças de área de estudo. Essas duas direções gerais implicam conceitos diferentes da região.

Na primeira perspectiva, a área é muitas vezes referida como ambientalista, e existe por si mesma, ou seja, é auto evidente e cabe ao pesquisador identificar a área por meio de análises. Esta é a região alva do estudo inicial. No segundo caso, a região não existe em si mesma, não é objeto de estudo no sentido restrito do termo pois conforma o resultado do processo de pesquisa, processo que, com o desenvolvimento de critérios definidos no o processo de pesquisa, edifica a ruptura espacial (LENCIONI, 2003).

O segundo caso é o mais adequado para a elaboração deste trabalho, pois aqui as diferenças entre as áreas são visíveis através da interação dos fenômenos físicos e humanos, e é aí que a geografia se forma e mantém sua unidade.

Nesse sentido, a regionalização das regiões turísticas do estado do Amapá será produto de inter-relações de fenômenos que o pesquisador seleciona, fazendo com que essa região se constitua no final do processo de investigação, ou seja, na abordagem dessa proposta de estudo não se partirá da região, mas chega-se à região (DUARTE, 1988).

Uma região em que uma realidade específica é identificada a partir da aplicação do conceito de totalidade à unidade espacial analisada. No entanto, um todo conceituado de forma diferente daquele que vê o todo como partes constituintes, mesmo que estejam relacionadas, interajam e se oponham.

Foi pelas considerações metodológicas atreladas a dialética, que a região passou a ser entendida como uma dimensão espacial das particularidades sociais em uma totalidade espaço-social, que tem a capacidade de resistir à homogeneização da sociedade e do espaço imposta pelo capital hegemônico (DUARTE, 1980).

É importante ressaltar que regionalização e periodização socioespacial são operações intelectuais diferentes. Nesta situação, algumas áreas podem incluir períodos de tempo da história por exemplo, ocorrendo na produção histórica e geográfica do estado do Amapá.

O conceito de região servirá como mediação entre os processos gerais e singulares, pois a correlação do singular e do geral no particular manifesta-se igualmente na transformação do singular em geral e, vice versa, no processo do movimento e do desenvolvimento das formações materiais (CHEPTULIN, 1982).

No entanto, a compreensão da região nesta tese é incluída não apenas como um fato específico histórica e dialeticamente diferenciado espacialmente, mas também por incluir esse fato como um método ou meio teórico. apoiado por Haesbaert (2009) como um domínio de "artefato".

Conseqüentemente, o conceito da área em questão não pode ser entendido como um simples recorte empírico uma categoria da realidade ou uma simples forma de interpretação, um método uma categoria de análise).

Baseia-se nesse percurso conceitual e metodológico apresentado na introdução e visa chegar à conclusão de que a região turística do Amapá é um espaço diferenciado na Amazônia.

1.5 ESTRUTURA DA TESE

Após a exposição da caracterização teórico-metodológica que subsidia este estudo, convém descrever a sua estrutura construída na sequência lógica de um trabalho de investigação científica, o qual se apresenta com a introdução e três capítulos que agregam as investigações teóricas, assim como a pesquisa de campo, contando, ainda, com as considerações finais que têm a finalidade de destacar o alcance e atendimento aos objetivos específicos elencados anteriormente.

O primeiro capítulo, *Articulação Regional no estado do Amapá* obedece a sequência do planejamento da investigação que gerou esta tese, uma vez que agrega conhecimentos referente a espacialidade nas regiões turísticas do estado do Amapá,

quando reúne reflexões a respeito da organização regional na Amazônia e local acompanhando os eixos de circulação no estado do Amapá.

O segundo capítulo, intitulado por *Formação Socioespacial do estado do Amapá* aborda discussão acerca da produção do espaço, da região. Tais conhecimentos são então oriundos do objetivo específico inicial. Destaca os aportes teóricos que advogam a respeito do desenvolvimento e o princípio do estado do Amapá, logo, faz referência à dinâmica da região turística como comando da pesquisa, revertendo-se nas minúcias das reflexões sobre a perspectiva regional.

O terceiro capítulo, *Regionalização e o turismo no estado do Amapá* segue nos aspectos teóricos sobre região e regionalização, reúne elementos teóricos sobre o turismo, revertendo-se nas minúcias como: reflexões sobre o desenvolvimento, turismo, o planejamento regional do turismo, gestão e políticas públicas do turismo.

O quarto capítulo, destinado às discussões e resultados, estrutura-se como marco analítico, retratando o resultado da investigação de campo e sua devida discussão, pontuando questões como contextualização do turismo no estado do Amapá: narrativa de Valdinei Lopes, o censo do turismo no estado do Amapá, alimentação fora do lar: consumidor e empreendedor, modal de transporte aéreo, empreendimentos e hospedagens: características, capacidades e instalações, capacidade hoteleira, conjuntura, mão de obra ocupada, artesanato, locação de automóveis, perfil do turista, turismólogos, guias de turismo, economia do turismo, discussão das entrevistas, abordagem aos gestores do turismo, abordagem aos agentes de produção dos espaços turísticos, abordagem das Ongs e análise documental.

Objetiva-se, no quinto capítulo, *Regiões turísticas do estado do Amapá: homogeneização e suas contradições* busca analisar a região turística do estado do Amapá e relacioná-los ao processo de fluxos, fixos, dinâmica histórica e a urbanização, assim como, paralelamente, refletir sobre as contradições socioespaciais no processo de reestruturação local e regional do estado do Amapá. O ponto de partida será uma narrativa em relação ao relativo isolamento geográfico do estado do Amapá, tratando de uma estratégia metodológica para compreender e sentir as particularidades regionais e simbólicas do Estado. Depois de conhecer e

caracterizar o Estado, chega o momento de caracterizar as regiões turísticas do estado do Amapá seguindo uma sequência de fluxos e fixos, iniciando pela região metropolitana de Macapá seguindo tanto para o eixo norte e posteriormente o eixo sul.

2 ARTICULAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO AMAPÁ

2.1 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NA AMAZÔNIA

Para Becker (2001), três níveis conceituais de análise podem ser identificados em relação à ocupação regional da Amazônia. A primeira diz respeito à economia exportadora desde o início da colonização até os dias atuais. O segundo nível, de natureza político-ideológica, refere-se à comparação das diferentes criações dos modelos de ocupação do território ao longo da história.

O terceiro nível conceitual refere-se a um modelo espacial: um modelo básico configurado por uma rede de links externos, que é composto por vias de circulação e seus nós. O centro garante produção e concentração para exportação, e outro modelo espacial externo que atende a população que vive fora da área, produtos naturais locais de uma área relativamente grande e isolada.

Gonçalves (2001) destaca que esses níveis conceituais permitem articular com os dois padrões de organização espacial para a Amazônia, verificados por meio das diferentes paisagens na região, são eles: o padrão de organização do espaço rio várzea-floresta e o padrão de organização do espaço estrada-terra firme subsolo.

O traçado das rodovias construídas na região e as frentes de expansão econômica, como a mineral e a agropecuária, atreladas, geralmente, aos modelos espontâneos ou dirigidos de ocupação privada ou estatal, passaram a orientar de maneira mais intensa o ordenamento territorial regional no esquema estrada-terra firme-subsolo. No entanto, algumas áreas da Amazônia que não ficaram sujeitas diretamente às repercussões dos projetos econômicos mais recentes continuam ligadas à dinâmica econômica, social e cultural herdada do passado e das vias fluviais.

No estado do Amapá em particular, esses dois padrões espaciais podem ser vistos articulados por meio da intermodalidade do transporte terrestre (rodoviário e ferroviário) e fluvial (fluvial e marítimo), aplicados tanto para o escoamento da produção mineral quanto florestal no rancho em a área central do estado do Amapá, no que diz respeito ao escoamento da produção agrícola da planície aluvial, pesca artesanal e atividades extrativistas, como madeireiro e do açaí, da planície aluvial das Ilhas do Pará.

O estado possui o complexo portuário de Macapá – Santana recebe os fluxos de pessoas e de produção provenientes das margens das rodovias e ferrovias e, das margens e dos rios da embocadura do rio Amazonas. Essa macha urbana serve como espaço de articulação e sobreposição entre os padrões de organização espacial, identificados por Gonçalves (2001) para a região amazônica. Vale destacar que as cidades de Macapá e Santana funcionam como espaço de consumo, entreposto comercial e elo logístico na circulação de pessoas e mercadorias em várias escalas.

Por sua dimensão espacial, bem como pelas características naturais e históricas de seu processo de ocupação e desenvolvimento socioeconômico, a região amazônica chega ao século XXI, e seu ambiente natural pouco mudou ou humanizou na maior parte de seu território. Este fato dos povos amazônicos permitiu que muitos continuassem um nível natural de desenvolvimento social. A primeira é uma subárea opaca marcada por uma taxa de fluxo baixa e lenta.

Dessa forma, falar do processo de formação e organização espacial dessa região sem estabelecer relações com os rios é quase impossível, já que em muitos de seus sítios os rios ainda são a única via de acesso. No que diz respeito ao estado do Amapá, esta reflexão é muito oportuna uma vez que as redes hidrográficas ainda desempenham um papel muito ativo em sua dinâmica socioeconômica e na formação de seu território.

2.2 EIXOS DE CIRCULAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ

Na teoria geral da circulação o conceito de movimento está subordinado ao de troca. No entanto, vincular o apelo apenas às questões econômicas limita a análise às regiões específicas. Para Vallaux (1914), a rotatividade deve ser avaliada do ponto de vista político. Enfatiza o papel do estado na construção e manutenção da malha viária.

Na Amazônia, tendo como marco a construção da Belém-Brasília, a configuração espacial regional ganha novo sentido com a implantação das rodovias. Elas passam a orientar eixos de ocupação diferentes daqueles ordenados historicamente pelos cursos fluviais. Dessa maneira, ao tradicional padrão espacial

dentrítico da beira de rio, foi acrescido o padrão espacial da terra-firme da beira de estrada.

Na análise dos autores Castro, Figueiredo, Rivero e Almeida (2018, p. 35), a “Amazônia tem sido pensada como um espaço a desbravar, vazio a ocupar”. Os autores destacam que o movimento de expansão da fronteira foi impulsionado pelo aumento da demanda de produtos agrícolas para o mercado interno e pela necessidade de atender a pauta de exportação de recursos primários.

O planejamento regional com ênfase nos polos de desenvolvimento se orientou basicamente por meio de uma lógica espacial zonal. Na década de 1980, a lógica espacial começou a ganhar força no planejamento brasileiro através do que se convencionou chamar de “corredores de exportação”, os quais seriam vias privilegiadas de escoamento da produção na direção dos portos com destino ao exterior.

Uns dos grandes desafios na questão lógica dos transportes brasileiros, conforme o Ministério dos Transportes, é superar gargalos para aumentar a competitividade como i) infraestrutura degradada, ii) ineficiência de capacidade; e iii) extensão inadequada da malha nas regiões com competitividade de desenvolvimento, tal qual se verifica no estado do Amapá.

No ambiente de operacionalização de uma logística eficiente, está a interligação viária brasileira com os países a ele limítrofes, investimentos em portos de exportação, e em corredores multimodais, seguindo a lógica da cartilha da IIRSA. Dentre as rodovias brasileiras a serem interligadas num enlace internacional estão as do Arco Norte (BR 174/RR e BR 156/AP), as quais compõem um conjunto de vias que passam pelo planalto das Guianas e estão encadeadas numa lógica de interesses multinacionais.

Para Santana (1998), embora a bacia hidrográfica seja a espinha dorsal Amazônica, a modalidade rodoviária em áreas de fronteira tem desempenhado um papel de extrema relevância, sobretudo em cenários de integração física conforme apontam políticas recentes de vários ministérios brasileiros como da integração, planejamento e transportes.

Em relação ao estado do Amapá, desde a década de 1950 encontra-se conectado e articulado em rede global da mineração, o que lhe promoveu uma nova configuração espacial, regional e urbana em sua área de fronteira, no entanto, sua condição periférica de fronteira se redefiniu ao longo desse período.

2.2.1 Sistema Rodoviário – Eixo Norte/Sul do Estado do Amapá

A BR-156 é uma rodovia federal de sentido longitudinal de 823 km de extensão e tem seu início e seu final no território do estado do Amapá. Tem seu quilômetro zero marcado na localidade Cachoeira de Santo Antônio, no município de Laranjal do Jari, no sul do estado, e seu ponto final no início da ponte internacional entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Essa rodovia possui dois trechos pavimentados: o primeiro vai do quilômetro – 271,2, no município–de Macapá a 23 km da capital, ao quilômetro - 604,4, na entrada para a cidade de Calçoene, no município de mesmo nome; o segundo trecho, no município de Oiapoque, vai do quilômetro 769,8 até o quilômetro – 820,6, na cidade de Oiapoque, no trevo que dá acesso à ponte internacional. Portanto, segundo o Banco de Informações e Mapas de Transportes (BIT) do Ministério de Transportes, a BR – 156 está com 384,2 km pavimentados (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2021).

Um trecho bem interessante cortado pela BR-156 é a área florestada da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX do Cajari), região de ocorrência natural da castanha-do-pará ou castanha do Brasil.

Depois de atravessar essa área de floresta de terra-firme no sul do território do Amapá, a estrada passa a singrar áreas de ecótonos até, finalmente, ocorrer o predomínio da paisagem de cerrado. Do km 109 na Vila de São Pedro no Rio Cajari até o km 604 na entrada da cidade de Calçoene, a paisagem dominante para quem circula por essa estrada é a de cerrado, pois, assim como essa rodovia, o cerrado amapaense se estende num sentido longitudinal norte-sul.

Considerando uma viagem em sentido sul-norte, depois de orientar a expansão urbana da cidade de Laranjal do Jari, a BR-156 passa pelas proximidades da cidade

de Macapá e pela entrada das cidades de Porto Grande e de Ferreira Gomes, para, então, atravessar o rio Araguari através da Ponte Tancredo Neves da qual é possível avistar e ouvir o barulho de suas corredeiras, bem ressaltadas durante o período de estiagem que tem início no segundo semestre do ano na região.

Depois da ponte sobre o rio Araguari, a BR-156 segue pelas terras que outrora consistiram no contestado franco-brasileiro, corta a cidade de Tartarugalzinho, que cresce às suas margens e a têm como sua principal avenida. A estrada passa, então, pelas entradas das cidades de Pracuúba e do Amapá, até, finalmente, a paisagem de cerrado dar lugar novamente ao domínio da Floresta Amazônica.

Agora, a rodovia segue até o seu final no que ainda é reconhecido por muitos como o extremo norte do Brasil, ou seja, no Oiapoque, depois de atravessar aproximadamente 215 quilômetros de floresta de terra-firme que recobre o relevo ondulado das bordas do Planalto das Guianas. Nesse segmento, a BR-156 delinea, ao longo de 90 quilômetros, o limite oeste da terra indígena Uaçá, e sua pavimentação tem gerado conflitos políticos, devido aos problemas que podem ser gerados com aumento do fluxo nessa rodovia em relação à integridade territorial e física dos índios aldeados às margens dela.

Outra questão também muito marcante nesse último trecho da BR-156, diz respeito às péssimas condições de trafegabilidade dos quilômetros ainda não pavimentados que, durante o período do denominado inverno chuvoso amazônico, ao longo dos seis primeiros meses do ano, transforma segmentos dessa estrada em verdadeiros lamaçais que, em certas ocasiões, os veículos só podem ser deslocados com a ajuda de tratores, ocasionando uma viagem de 575 km de Macapá a Oiapoque que, em situação normal, é realizada em torno de 10 a 12 horas.

O estado do Amapá tem um eixo de conexão viária por meio da BR 156, e com efeito, a conexão física do Amapá viabiliza uma ruptura de seu isolamento através de articulações internacionais, via Caiena/Macapá e da construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque. As interligações com a Guiana Francesa estão se intensificando inclusive através de um contingente expressivo de brasileiros que estão se radicando naquele departamento.

A rodovia BR 156, integrante do corredor da fronteira Norte, é a espinha dorsal dos transportes amapaenses, cuja pavimentação na porção Norte, tem por uma das suas finalidades integrar o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa, Suriname e Guiana). Isso possibilitará a utilização do Porto de Santana/AP por outros países para intercâmbio comercial; o uso desta via para movimentação do potencial turístico regional e local, bem como, a redução de gargalos infra estruturais para melhoria do trânsito de mercadorias e pessoas.

Acrescente-se, ainda, em relação à rodovia BR 156, o fato de esta passa por municípios com importância histórica, cultural, econômica e paisagística. Penetra quase todos os ecossistemas apresentados no estado do Amapá, e, por outro lado, os nove municípios que ela corta, bem como outros dois margeados, concentrando aproximadamente 75% do território e muitos de seus pontos turísticos de acordo com a SETUR.

De fato, o Estado do Amapá possui um território-zona, mas que está conectado por meio de rodovias estaduais e federal, constituindo um território-rede que favorece a dinâmica produtiva nos âmbitos local, regional e nacional, este último através dos fluxos turísticos de entradas pelos portos e aeroporto.

Os municípios do estado do Amapá, de forma geral, possuem um panorama histórico de formação territorial e econômica semelhantes, inclusive no contexto de desigualdades socioespaciais, uma vez que se destacam na agricultura, pecuária e extrativismo pelo processo de territorialização nas últimas décadas e tem contribuído para a reestruturação produtiva dos seus territórios em função da intervenção pública, especialmente, embasados nas políticas públicas espaciais que têm sido promovidos durante esse período.

2.2.2 Sistema Rodoviário – Eixo Leste/Oeste do estado do Amapá

A BR-210, também conhecida por Perimetral Norte, foi planejada durante o regime militar e fazia parte do Plano de Integração Nacional. Essa rodovia tem seu início no Amapá, mas, diferente da BR-156, que inicia e termina nesse estado, ela

prolonga-se cortando os demais estados que possuem territórios na porção setentrional da Amazônia: Pará, Roraima e Amazonas.

No estado do Amapá, a BR-210 foi iniciada em 1973 aproveitando os 102 quilômetros já construídos pela Indústria de Comércio de Minérios (ICOMI). Em trecho pavimentado e implantado no estado do Amapá, possui uma extensão de 305 km.

Seu quilometro zero é na saída da cidade de Macapá, possui pavimentação até a cidade de Porto Grande, o que equivale a um trecho de 106 km.

A partir da cidade de Porto Grande, a rodovia BR-210 segue pelo domínio florístico da Floresta de Terra-Firme atravessando mais dois municípios: Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, e possibilitando o acesso rodoviário às suas sedes municipais. O final dessa rodovia, em seu trecho implantado no Amapá, está nos limites das terras indígenas dos Waiãpi, na área central do estado.

Essas duas rodovias federais, BR-156 e BR-210, estabelecem os dois principais eixos de ocupação e circulação terrestre no território do Amapá. Entre as cidades dessa região localizadas fora desses dois eixos estão: a cidade de Vitória do Jari no sul do estado do Amapá, que tem como acesso principal o meio fluvial, as cidades de Itaubal do Piritim e Cutias do Araguari, que se articulam via rodoviária com a cidade de Macapá através da rodovia AP-070, a cidade de Mazagão pela AP-010 e as cidades do oeste marajoara no Pará de Chaves, Afuá e Gurupá se articulam com Macapá via fluvial pelo Canal do Amazonas.

2.2.3 Eixos Fluviais

Em muitas partes da Amazônia, os rios podem ser compreendidos como o elemento que separa os que moram na outra margem ou para além dela, mas que possibilitam, também, romper com essa cisão através de sua navegabilidade.

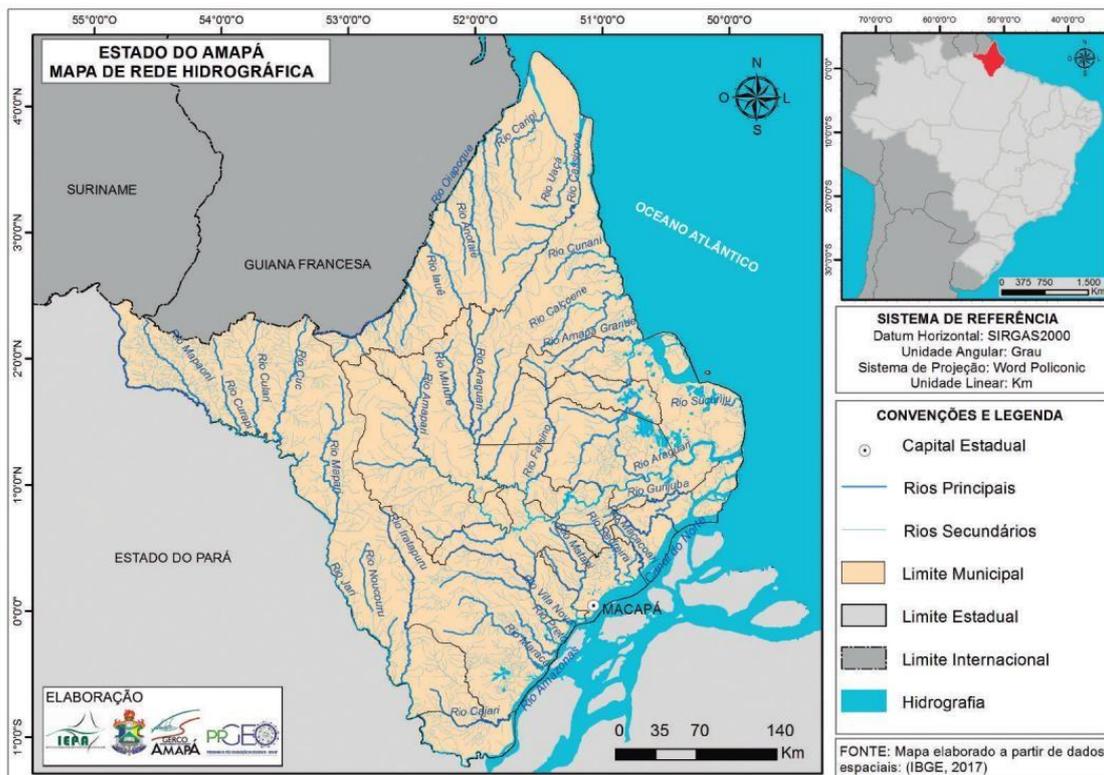
Para os amazônidas, os rios nunca foram obstáculos para a circulação, pelo contrário, a densa malha fluvial da bacia amazônica através das calhas principais e seus tributários de várias ordens permitem com a embarcação adequada aos seus

calados, atingir os pontos mais longínquos dessa região, os quais até hoje só são acessados por essa via ou pela aérea.

O estado do Amapá, semelhante a uma ilha, tem nos rios Amazonas, Jarí, Oiapoque e Araguari, seus principais eixos de circulação fluvial. Esses corpos d'água, não somente por suas grandezas de ordem física, mas, também, pelo que representam em sua dinâmica econômica, histórica e cultural.

No mapa abaixo, no estado estão representados os principais rios que sulcam o Amapá e deságuam na zona costeira estuarina do Amazonas ou na Costa Atlântica Amapaense. Entre as várias denominações históricas dessa região, a de Guiana Brasileira, parece bem adequada ao que se quer chamar atenção nesse momento, pois o termo Guiana na língua indígena significa terras entrecortadas e banhadas por rios.

Mapa 02 – Mapa da rede hidrográfica do estado do Amapá



Fonte: Silva Junior (2022)

Para além de uma caracterização do sistema natural da região em questão, buscar-se-á apresentar algumas articulações que esses cursos d'água possibilitam,

principalmente, numa escala intrarregional, enfatizando os principais fixos instalados ao longo desses eixos naturais e alguns de seus fluxos, pois fixos e fluxos juntos interagindo expressam a realidade geográfica de um lugar. “Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS, 2002, p.62).

O rio Amazonas teve e, hodiernamente, tem um papel fundamental nas particularidades da formação socioespacial do Amapá, em sua identidade cultural e em sua integração com o mundo. Relevância que remonta aos idos em que essas terras configuravam o território da capitania do Cabo Norte e que se estende até os dias de hoje. A partir de critérios naturais, geográficos e de localização, presentes na regionalização de Ab’Saber (2010) para a planície do grande rio Amazonas, será caracterizada a sub-região do Golfão Marajoara, na qual se encontra o segmento espacial por onde se delineia o principal caminho de articulação regional do território do Amapá.

3 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO ESTADO DO AMAPÁ

3.1 PRÍNCÍPIO DO ESTADO DO AMAPÁ

O objetivo desta seção é apresentar a composição socioespacial do estado do Amapá e apresentar as transmutações históricas do estado e relacioná-las com o processo de urbanização e, ao mesmo tempo, refletir sobre o processo socioespacial contradições neste processo. Reestruturação local e regional da região turística de amapaense.

É importante destacar que muito antes da chegada dos colonizadores europeus, o processo de formação socioespacial na Amazônia, e em particular no atual estado do Amapá, se dava a partir das ações produtivos materiais e simbólicas dos vários precursores. povos colombianos que ocupam esta região.

As terras do cabo Norte, que hoje formam o estado do Amapá, foram atreladas, junto com o restante das terras sob controle das coroas ibéricas do Novo Cosmo. A acumulação primitiva revelou um processo de hierarquização do espaço, uma espacialidade diferenciada necessária ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção criadas pelo centro europeu de dispersão e sua vasta área de expansão, cuja ordem só seria quebrada séculos depois.

Na primeira metade do século XIX, o governo central brasileiro não tinha uma estratégia específica em relação aos territórios amazônicos, mesmo sendo um período de grandes movimentações políticas que afetaram direta ou indiretamente a região como: a invasão da Guiana Francesa por tropas portuguesas e inglesas (1809-1817), a independência das colônias espanholas, a conquista da maior parte da Guiana Holandesa pelos ingleses e o estabelecimento da Guiana Inglesa, a independência do Brasil (1822) e a rebelião da Cabanagem (1835-1840).

Os limites do território brasileiro, que incluía o antigo estado do Grão Pará, eram indefinidos, e a região norte era conhecida como terra incógnita. Diante de um novo contexto histórico e econômico, o controle do tráfego herdado dos portugueses no vale do rio Amazonas foi perdido quando foi aberto à navegação em 1866, depois que uma empresa brasileira suspendeu o monopólio dos navios a vapor.

Com o aumento do uso da borracha em nível industrial, os olhares externos voltaram-se novamente para a região. Muitos imigrantes nordestinos se alteraram para a região em busca de riqueza. Já no atual estado do Amapá, o impacto da economia da borracha tem sido visível no vale do Jarí.

Em termos geopolíticos, a economia da borracha marca o início da intervenção estadunidense na Amazônia e na América do Sul em geral, bem como das alianças políticas entre os principais compradores de café e borracha brasileira, o Brasil, e os Estados Unidos.

Na última década do século XIX, outra dinâmica econômica tumultuou as esquecidas terras do Cabo Norte, denominadas neste período de Guiana Brasileira em especial entre os rios Araguari e Oiapoque, considerada como área do Contestado (SARNEY; COSTA, 1999. CARDOSO, 2008).

Nesse território, que até então não pertencia ao Brasil, o grande pivô econômico que gerou confrontos diplomáticos e armados entre franceses e brasileiros não estava ligado à extração do látex, mas à descoberta e extração de ouro nos vales dos rios do interior a área disputada. O desenvolvimento desse fato econômico e depois político resultou na fusão do território disputado com os domínios brasileiros, que traspassaram a fazer parte da Amazônia brasileira, hoje chamada de Amapá.

Segundo Cardoso (2008), a maioria dos assentamentos na área do Contestado foi formada às margens de um rio, pois correspondiam inicialmente a uma posição estratégica não para os estados litigantes, mas para os diversos grupos indígenas que fizeram desses rios sua nascente. renda, alimentação, comunicação e representação simbólica.

Conhecer a localização dos cursos fluviais é importante para entender o processo de ocupação, demarcação das áreas ou melhor, dos vales de maior influência e presença de franceses e brasileiros na área, que provocaram uma divisão oficiosa no território do Contestado.

Na última década do século XX, o Contestado estava longe de ser um espaço de liberdade. As descobertas de jazidas de ouro no Contestado situaram-se praticamente entre os rios Calçoene e Cunani, zona inicialmente de influência francesa. A corrida do ouro confunde os interesses pessoais de “fique rico rápido” com

os discursos de soberania do Brasil e da França sobre a região em disputa, o que fica bem explicitado na obra de Cardoso (2008).

Nesse sentido, acabou sendo inevitável em 15 de maio de 1895, o confronto armado entre brasileiros da vila do Amapá, sob o comando de Francisco Xavier da Veiga Cabral, contra soldados franceses comandados pelo Capitão Lunier. Depois do ocorrido na vila do Amapá, se intensifica o processo de arbitragem diplomática para estabelecer em definitivo os limites fronteiriços entre o Brasil e a França.

A sentença arbitral foi proferida em 1º de dezembro de 1900 e foi inteiramente favorável ao Brasil. Após Laudo de Berna vencer a ação contra o Brasil, as terras dos Contestados são incorporadas ao território do estado do Pará, rebatizado de território Aricari. Um ano após a decisão diplomática, dois municípios foram criados: Amapá, localizado na cidade de mesmo nome. e Montenegro Ele está localizado na cidade de Calçoene.

Em 1930, a área que formava o antigo Contestado traspassou a se chamar Amapá. Em 1937, esse município era formado por três distritos: Amapá (sede), Oiapoque e Araguari. Enquanto isso, no sul do atual estado do Amapá, entre os rios Araguari e Jari, os municípios de Almeirim, Macapá e Mazagão tiveram destinos diferentes dado o quadro geral de estagnação econômica regional. Macapá consolidou-se como o centro da região.

Dentre os eventos que motivaram a ocupação da área do antigo Contestado na primeira metade do século XX, destacam-se: a construção da colônia agrícola de Clevelândia às margens do rio Oiapoque, a continuação do garimpo nos vales do Oiapoque, Cassiporé e Calçoene, o estabelecimento de uma base militar estadunidense perto da cidade do Amapá e a criação do território Federal do Amapá em 1943.

A dois quilômetros a jusante do rio Oiapoque a partir de Clevelândia, se desenvolveu no mesmo período um pequeno povoado denominado de Martinica, que serviu de ponto de apoio e de lazer para os garimpeiros que exploravam ouro no vale desse rio. Em 1927 passou a se chamar vila do Espírito Santo e depois modificado para Oiapoque (ROMANI, 2010).

Depois que o Brasil entrou na luta ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, em 1942 teve início a construção da base militar estado-unidense no povoado de Amapá, próximo ao seu centro. A costa do Amapá era vista pela Grã-Bretanha, França e Estados Unidos como um local estratégico para o patrulhamento do oceano Atlântico em caso de possíveis ataques de submarinos germânicos.

Na base do Amapá existia um esquadrão de “blimps”, balões dirigíveis que faziam a patrulha antissubmarina e a escolta de comboios de navios no Atlântico. A construção da base americana foi motivo de esperança de desenvolvimento para a região. Os alojamentos receberam aproximadamente 2 mil militares em vários períodos durante os anos da II Guerra Mundial. Na cidade, também, chegaram diversos prestadores de serviços, o comércio se intensificou e surgiram inúmeras fazendas de gado (ADEODATO, 2011).

Com o fim da guerra em 1945, a base foi desativada no ano seguinte e passou para as mãos da Base Aérea Brasileira (FAB), que ali instalou o centro de Instrução Aérea. Note-se também que a primeira capital do distrito Federal foi a cidade de Amapá, mas foi transferida para a cidade de Macapá em 1944 por questões de acesso e infraestrutura.

Dessa maneira, por meio do Decreto Federal 5.812, de 13 de setembro de 1943 foi criado o Território Federal do Amapá que passou a receber a ação de modernização sobre o seu território através de políticas públicas mais efetivas de ocupação, defesa e integração.

Apesar das tentativas anteriores de colonizar o atual estado do Amapá, essa região chega a meados do século XX e apresenta baixa densidade populacional. Crescimento populacional contínuo embora bastante concentrado no aglomerado Macapá-Santana. Mas isso só aconteceu nessa sub-região amazônica depois da formação do Território Federal do Amapá.

Segundo Cardoso (2008) até a criação do Território Federal, a circulação na região dependia praticamente das vias fluviais. Já o transporte aéreo, no começo da criação do Território Federal, era feito apenas pelo Correio Aéreo Nacional e depois, também, pela empresa aérea Cruzeiro do Sul Ltda, que realizava duas viagens semanais entre Belém e Macapá feitas em aviões Douglas C-47. Quanto ao transporte

rodoviário iniciou com a abertura das principais estradas da região, como a rodovia Macapá/Clevelândia, a qual estava enquadrada dentro do Plano Rodoviário Nacional e, tinha como prefixo a BR-15 (atualmente corresponde a BR-156).

Após sua inauguração, a BR-15, que deveria ligar a capital Macapá ao extremo norte do território, passou a ser considerada a "espinha dorsal" das comunicações terrestres nessa região. Na década de 1950, essa estrada foi edificada no trecho entre a capital Macapá e o Amapá.

A segunda metade do século XX marca em definitivo a inserção da Amazônia na economia mundo, promovendo as transformações necessárias para atender aos propósitos políticos e econômicos de modernização, imposta a essa região (BECKER, 1990; RIBEIRO, 2001).

Para Buarque (1995), o segundo período do processo de integração econômica da Amazônia foi marcado pelas frentes agropecuárias e minerometalúrgica. Em se tratando da história econômica do Amapá, a atividade de mineração possui destaque na região desde os meados do século XIX, sendo um dos principais motivos para as disputas entre o Brasil e a França.

Para Drummond e Pereira (2007), esse já era um prenúncio da importância que a atividade mineradora assumiria no Amapá, que se efetivou somente no ano de 1953, com o início de um grande projeto de mineração com previsão de exploração de manganês por 50 anos.

A criação do Território Federal do Amapá (1943) e, posteriormente, do estado do Amapá (1988), somado a políticas de desenvolvimento regional, como por exemplo, o estabelecimento do polo Amapá como um dos polos de desenvolvimento da Amazônia, criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) foram, também, responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas de objetos e de normas que contribuíram para configurar e consolidar a formação socioespacial dessa sub-região amazônica na segunda metade do século XX.

A influência das políticas de desenvolvimento regional para o estado do Amapá é evidente em sua configuração territorial contemporânea, sendo responsáveis pela

gênese de seus principais eixos de circulação terrestre e alguns de seus núcleos urbanos.

4 REGIONALIZAÇÃO E O TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Nesta quarta parte, destacam-se as controvérsias sobre o conceito de região e regionalização, primeiro pela apresentação da categoria filosófica do particular, seguida pelas principais perspectivas regionais desenvolvidas na geografia e pela complexidade da abordagem regional do processo de globalização.

A noção de região está relacionada à ideia de parte de um todo, o que leva à ideia de divisão e à questão do tamanho das partes. Sendo parte e todo, apresenta-se como um todo aberto e móvel, o que nos deixa superar a ideia de que o todo é a soma das partes ou que existe antes delas (LENCIONI, 2003). A possibilidade de ser parte e um todo ao mesmo tempo pode ser discutida a partir da relação entre as categorias dialéticas materialista individual, particular e geral.

O estudo de uma região e no mesmo estágio de desenvolvimento deve se basear principalmente em características que diferem de outras regiões e não de semelhanças singularidade dessa região. Então seremos capazes de descrever sua essência e analisá-los na ordem de muitas flutuações de sua manifestação.

Parece que, no plano da organização do conhecimento geográfico para explicar o conceito de região como sua categoria de análise, a Geografia procura compreender a variação ou as diferenças espaciais entre os territórios e acaba por estabelecer a relação entre o geral e o particular.

Do ponto de vista geográfico, a região é um exemplo de manifestação dialética entre o geral e o particular, que pode ser entendida através da globalização que se impõe hegemonicamente no espaço do mundo que representa um fenômeno geral, o todo, enquanto a estrada manifestando-se nos diferentes cantos do planeta, retornará à sua particularidade, aquela parte que, diante das inúmeras combinações entre os traços das singularidades com que se repete, produzirá as diferentes e complexos regionalizações.

A ideia de região se constitui na construção da própria sociabilidade das pessoas, tornando-as vulneráveis à mistificação social e à manipulação política. O uso desse vocábulo na linguagem cotidiana gerou grande polissemia e denuncia a

presença do conhecimento geográfico em nossas vidas desde a antiguidade (LENCIONI, 2003).

Para Corrêa (2011), os diferentes conceitos de região desenvolvidas pelos geógrafos constituem respostas a um mundo real complexo, fragmentado e articulado, observável, ainda que timidamente, desde o final do século XIX e início do século XX.

Entre os principais adjetivos conceituais de região resultantes da sistematização e institucionalização da Geografia, dados pelos geógrafos diante das mudanças no mundo estão: a região Natural, a região Geográfica, a região Homogênea, a região Funcional ou Polarizada. e a região como um todo socioespacial baseado na lei do desenvolvimento desigual e combinado (GOMES, 2003).

O conceito de região é proeminente na geografia clássica. Isso se deve em grande parte ao conceito de região natural e região geográfica. Os estudos geográficos nessa fase tinham uma perspectiva regional descritiva, pois não buscavam estabelecer relações, análises e correlações entre os fatos. Foi a geografia que resultou em sua apropriação dos fatos, não sustentada por conjecturas ou modelos analíticos, mas validada pelo peso das monografias regionais (GOMES, 2003).

Na mente de Lablacheana, regiões podiam ser vistas na superfície da terra refletido na paisagem e nas realidades físicas e culturais E o grupo humano estava ciente dessa divisão. Para Hartshorne apud Lencioni (2003), a região não se constitui em um objeto em si, mas é definida a partir de uma construção mental, com seus recortes resultantes do exercício intelectual do pesquisador a partir de determinados objetivos.

As divisões territoriais não são mais definitivas e não vamos registrar a totalidade da diversidade espacial. As divisões regionais devem promover a compreensão concreta e colaborar com a explanação concreta. A região é hoje um meio e não um produto (GOMES, 2003).

A região torna-se uma classe de espaço, resultado de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios ou variáveis arbitrarias justificadas para julgar sua relevância para uma dada explicação.

No final do século XX, a urbanização, a industrialização e a centralização tornaram-se questões centrais na geografia. A sociedade cada vez mais urbana e metropolitana tornou-se um campo de ação para os fluxos. Quando esses fluxos se encontram em uma cidade eles também chegaram ao centro da região.

Com a introdução do marxismo na temática regional, formularam-se estudos baseados na crítica da fetichinização espacial e na descrição e análise das funções regionais. A partir do conceito de materialismo dialético, a região passa a ser compreendida como um espaço social integral. Desse ponto de vista, a região é uma integração histórica concreta de instâncias espaciais ontológicas de processos sociais, produtos, meios de produção, reprodução de toda a vida social (SANTOS, 1994).

Entre os pontos-chave da abordagem geográfica marxista está o anseio de mostrar as relações inter-regionais como recortes espaciais e práticas sociais. A reconstrução histórica é uma forma de compreender a região em estudo e utilizar os conceitos de formação socioeconômica.

É interessante notar que em muitas análises a região tem sido interpretada como produto da divisão territorial do trabalho decorrente do processo geral de produção capitalista, cujas características internas e específicas são relegadas a segundo plano. Conseqüentemente, diferenças na produção regional virão apenas de processos externos (LENCIONI, 2003).

A análise regional de uma perspectiva fenomenológica, por outro lado, não se limita ao exame geográfico da dinâmica econômica ou da estrutura social, mas tenta ir além do nível socioeconômico e tentar entender como as pessoas se relacionam com a região a forma como se organizam os elementos que compõem a organização regional, as dinâmicas regionais e a relação do aspecto estrutural e funcional com o subjetivo, como a relação das imagens mentais que as pessoas constroem sobre o espaço vivenciado., da região. A identidade do homem com o território tornou-se então um problema central na geografia regional de inspiração fenomenológica (LENCIONI, 2003).

Do ponto de vista da experiência vivida, os estudos regionais traspassaram a pensar o homem com seus valores culturais e sociais, buscando superar o

reducionismo de muitas análises que o notavam sobretudo como um ser econômico ou um dado de matriz.

4.2 TURISMO

O termo turismo tem raiz etimológica de *tour*, de origem francesa, e que significa “volta, volta ao redor, circuito” Barretto (2003). O termo também é mencionado como *tourns* que deriva do verbo *tornare*, que tem o significado de “giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida” Andrade (1992). Nesse sentido, a etimologia do turismo está conectada à ideia de movimento, saída de um ponto para outro e o seu retorno, de modo que os indivíduos possam contemplar, vivenciar e aprender com este giro.

A grande quantidade de conceitos de turismo que foram sendo construídos ao longo das décadas seguintes (1942) fizeram com que a Organização Mundial do Turismo – OMT se posicionasse sobre a problemática informando que “há uma ausência de definições conceituais claras que delimitam a atividade turística e a distingam de outros setores” OMT (2001, p. 35). Diante disso, formulou um conceito geral para basilar o turismo no contexto mundial pautados na sua missão de promover, universalizar e induzir o desenvolvimento inclusivo.

O turismo é conceituado pela OMT (2003, p. 18) como “as atividades de pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual para lazer, negócios ou outros intentos por um período não superior a um ano consecutivo”. Vale ressaltar a desconsideração dos aspectos sociais e ambientais. Ele se concentra apenas no contexto econômico, mas as atividades podem gerar diversos impactos. em várias dimensões enquanto crítica e formular conceitos que possam abranger as bases oficiais do turismo.

Importante destacar que, no início do século XX, o pesquisador Oscar de La Torre conceituou o turismo como:

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1919, p. 19)

Percebe-se que De La Torre (1997) já incluía as dimensões social, econômica e cultural em seu conceito, mesmo assim, a OMT driblou a possibilidade de inseri-las, apesar de toda a complexidade no esteio do turismo.

No intento de analisar e entender o conceito de turismo, Figueiredo (2014) apresenta-o como realidade, uma forma de viagem relativa a um certo estilo de vida, de uma sociedade que se consolida como mundial. Para o autor, viajar é uma prática social que deve ser relativizada nos contextos dos grupos que a praticam.

Neste sentido, para analisar e entender a atividade turística Fratucci (2008, p. 45) destaca que o turismo “em sua essência e natureza primeira se compõe dos movimentos e das paradas dos turistas pelo espaço”. Essas paradas representam o processo de territorialização do visitante, momento que há apropriação dos elementos espaciais, mesmo que de forma superficial. De acordo com Fratucci (2008, p. 90-91):

O turismo, visto como resultado das ações dos seus diferentes grupos de agentes sociais produtores, constitui-se em um sistema complexo, aberto, dinâmico e em eterno movimento, o que torna o trabalho de quem o pensa bastante árduo e sempre incompleto. Cada um dos agentes sociais age e interage com os outros agentes sociais de maneira quase sempre aleatória, sazonal e diacrônica, o que nos impede de pensar o turismo como um sistema fechado ou completo. Entretanto, esse movimento entre os diversos agentes sociais sempre se dá em uma dimensão espacial específica, o que torna o espaço um dos pontos de partida para a compreensão de todo o processo de produção do turismo.

A atividade turística possui uma dinâmica que incorpora as dimensões econômica, social, ecológica, cultural etc., sendo efetivadas no espaço e a mediação, o planejamento e a gestão são realizados pelo Estado. Contudo, com manobras do mercado a partir de um discurso para o desenvolvimento das localidades envolvidas.

O desenrolar do turismo é permeado pela apropriação do espaço a partir das relações sociais de produção e reprodução. Por isso que também é caracterizado como “[...] um fenômeno social complexo e diversificado” (BARRETTO, 2003, p. 17). Sem deixar de lado a concretude de suas ações no espaço, o turismo enquanto “prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo.” (CRUZ, 2003, p. 9). A referida autora enfatiza as relações socioespaciais envolvidas com a lógica de produção e

reprodução do espaço, fato que pode contribuir para o consumo da paisagem, como também para a segregação socioespacial.

Segundo Cruz (2000, p. 17):

nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo e esse é um fator importante da diferenciação entre o turismo e outras atividades produtivas. É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos.

Acerca deste excerto, destaque-se que há, portanto, uma apropriação do espaço voltada para a lógica produtiva, a fim de consolidar grandes corporações do turismo através do uso da paisagem turística, da população local como mão de obra barata, subemprego, especulação imobiliária e financiamento público para promover a infraestrutura direcionada para os empreendimentos turísticos, em detrimento da sociedade envolvida. Nesse sentido, Rodrigues (1996, p.12) assinala que:

O turismo cria espaços urbanos uma vez que necessita, para sua realização, da demanda da população anfitriã, do comércio dos serviços, das infraestruturas básicas e de apoio, dos sistemas de promoção e de comercialização, das instituições que exercem o poder de decisão. Todos estes elementos interagindo numa dada porção do território emprestam-lhe feições e estilos de vida reconhecidamente urbanos.

O turismo é uma atividade que pode ser analisada em diferentes perspectivas, uma vez que se conecta com as dimensões social, econômica, ecológica e cultural.

Segundo Moesch (2002, p.9), configura-se como:

[...] combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição interam-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiental diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

Para Rose (2002, p. 4), o turismo também é destacado como “[...] um fenômeno estritamente social”, pois a apropriação do espaço pela atividade se dá exatamente pela intrínseca relação dos múltiplos usos do território pela sociedade que produz, reproduz, condiciona e é condicionada dialeticamente.

Diante do exposto, Silveira (2002, p. 87) contextualiza, de forma abrangente e específica, os aspectos direcionados ao fenômeno turístico destacando que está:

Classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo”. Para muitas regiões, essa atividade provoca impactos negativos no meio ambiente. São impactos que incidem tanto no meio natural (vegetação, rios, praias, mangues, montanhas etc.), quanto no patrimônio histórico-cultural e modos de vida dos habitantes locais. (SILVEIRA, 1997, p. 87)

Não se pode ocultar a complexidade da atividade turística, particularmente, por ser um fenômeno social. Em função disso, para que possa amazonizá-la, devemos partir do entendimento de sua totalidade para, a partir daí, compreender o turismo de forma dialética considerando o contexto socioeconômico, ecológico e cultural, bem como os atores sociais envolvidos. Conforme Cruz (2003, p. 8):

[...] toda tentativa de uma leitura do turismo na sua relação com o espaço que parta de um isolamento desse fenômeno está, desde o início, fadada ao fracasso. É o mundo que explica o turismo e não o contrário. O esforço teórico e metodológico que se nos coloca é o de tentar encontrar sentidos e significados do mundo e, a partir daí, buscar apreender a inserção da atividade turística nessa totalidade.

Deste modo, poderá minimizar efeitos negativos e maximizar os positivos, assim como oportunizar o dinamismo econômico, gerar benefícios sociais, culturais e ecológicos. No entanto, é importante considerar-se a participação social, o planejamento integrado e uma gestão democrática (GOMES, 2013).

O turismo apropria-se do espaço a fim de transformá-lo por meio de uma lógica da diferenciação geográfica dos lugares, do desenvolvimento desigual e combinado. Para Smith (1988), isso desencadeia um processo de espacialização ora desterritorializando, ora reterritorializando, bem como produzindo novas configurações geográficas, isto é, provocando a formação de novos territórios, neste caso, turísticos.

O turismo tem uma estreita e complexa relação com o território, especialmente porque a produção e reprodução – isto é, a apropriação do espaço – é constituída a partir de campos de forças, movimentos interno e externo que acontecem dialeticamente, uma vez que agentes sociais da produção interagem com o espaço e,

por sua vez, com o denominado “território usado” (SANTOS, 1999), provocam transformações, muitas vezes, estruturais, no território e através do turismo.

Apesar da complexidade do turismo, o discurso nas esferas pública e privada está voltado à resolução dos problemas sociais, econômicos, ecológicos e culturais das localidades escolhidas pelo capital para implantação, constituição e promoção do turismo. Segundo Rodrigues (1999, p.31), “a atividade turística por si só não é alternativa de desenvolvimento em regiões socioeconomicamente frágeis”. Afirmção corrobora o pensamento de Luchiari (2000, p. 114) ao destacar que:

O turismo coloca-se, muitas vezes, como única possibilidade de desenvolvimento econômico para um lugar, uma cidade, uma região [...] e muitas vezes também submete as populações locais a uma ordem externa, desarticulando culturas tradicionais, como é o caso da maioria das nossas comunidades litorâneas.

Os planos, programas e projetos governamentais têm objetivos que conduzem para o desenvolvimentismo por serem construídos verticalizados, hierarquizados, sem ao menos o conhecimento das especificidades locais. Para Selva e Coutinho (2000; 2010), tal fato não é diferente no estado do Amapá, pode-se dizer que seja ainda mais complexo porque se trata da relação do território e turismo distribuídos por 16 municípios. Com isso, amplificam-se as dicotomias, oposições e conflitos dos múltiplos usos desse território que é potencializado pelo turismo como atividade que desenvolve uma relação dialética da sociedade e da natureza.

Ante o exposto, percebe-se que a atividade turística permeia variadas dimensões (social, econômica, ecológica, cultural etc.). Por isso, apresenta elevada complexidade de análise e, ainda assim, os direcionamentos desencadeiam conflitos de uso do espaço e, sobretudo, tem foco no crescimento econômico. Então, distancie-se do desenvolvimento, pois, segundo ressaltam Gastal e Moesch (2007, p.41), “o turismo ainda estaria reduzido a um instrumento de desenvolvimento econômico, parte de políticas setoriais, as quais não possuiriam clareza dos impactos causados e dos compromissos acarretados junto às localidades, quando de sua implantação”.

A inserção do turismo com vistas a um desenvolvimentismo contribui para aumentar a segregação socioespacial e para transformar esse quadro em benefícios

para a localidade. Nesse sentido, faz-se necessário produzir políticas que visem atender às perspectivas, inicialmente, da população local, sejam melhorias de infraestrutura, saúde, educação, segurança ou geração de emprego e renda. De acordo com Gastal e Moesch (2007, p.73) “[...] o turismo passará a exigir não só políticas públicas que visem a preparar os destinos para receber visitantes, mas também políticas públicas que venham a garantir, mesmo a grupos economicamente excluídos, o exercício e o usufruto do lazer e, por extensão, do turismo [...]”.

Deve-se, a partir das questões ressaltadas, focar em um turismo transformador não apenas dos equipamentos turísticos, mas da qualidade de vida das pessoas. Com isso, aproximar-se da capacidade de dinamizar o crescimento econômico e favorecer os benefícios sociais e ecológicos que o setor turístico pode propiciar. Logo, os conflitos e contradições são diversos, sendo primordial uma concepção de turismo “[...] mais contemporânea e articuladora de vivências locais e globais entre cidadãos e visitantes, entre fluxos e fixos, resistiria a uma produção espetacularizada, artificial, só para turistas” (GASTAL e MOESCH, 2007, p.46).

Nesse sentido, Figueiredo (2014) caracteriza o turismo como lazer desenvolvido fora da residência do indivíduo. O autor referido (2008) destaca que turismo é lazer, assim, é possível entender que, apesar do deslocamento e da viagem serem encontrados em muitos povos e culturas, durante o processo de formação das sociedades modernas, não podem ser entendidos como natural, regra ou universal. Ainda segundo o autor, o turismo é, na realidade, uma forma de viagem a um certo estilo de vida, de uma sociedade que se consolida como mundial.

De maneira geral, como já enfatizado, o turismo se apropria do espaço e, por sua vez, dos seus elementos, dinâmica que considera a territorialização turística. Para Santos (1997), os elementos do espaço, nesta conjuntura turística, correspondem aos “homens” que representam as relações sociais de produção e reprodução através da práxis, da mesma maneira que são os agentes sociais individuais.

As “firmas” produzem bens e serviços, planejam a utilização do território turístico e comercializam os seus produtos através de empresas de turismo, destacam-se, agências turísticas, empresas de transporte, companhias aéreas, instituições com espaços para eventos, assim como os sistemas de promoção e de

divulgação do turismo. Os homens e as firmas são elementos que possuem intensa relação na construção da cadeia turística, Santos e Rodrigues (1997; 1999).

Entender turismo, passa, necessariamente, por entender os turistas. Acerca disso, Barreto (1996) expõe que, se há turista, significa dizer que de alguma localidade vieram. Logo, existirão fluxos, gerando lucros de forma direta ou indireta que levam os turistas a outros locais. Estes fluxos são as viagens. Para melhor compreender a história do turismo, é fundamental compreender a diferença entre o conceito de viagem, que implica apenas em deslocamento e o conceito de turismo, que corresponde à existência de recursos e de infraestrutura (BARRETTO, 2002).

Neste íterim, Figueiredo (2014, p. 286) salienta que “viagem e o turismo se caracterizam hoje pela possibilidade de representarem o homem moderno”. O autor (2012) destaca que a viagem cria possibilidades de uma vida melhor, pois ela cura, relaxa o stress cotidiano e representa uma possibilidade infinita de ter experiências de vida e vivências.

4.3 TURISMO E DESENVOLVIMENTO

A atividade turística surge da apropriação do espaço por meio de intenso dinamismo das relações sociais de produção e reprodução no processo de territorialização que transforma e ressignifica o território turístico para atender à lógica constituída pelos interesses do capital. Este movimento de utilização dos recursos naturais, sociais e culturais do espaço contribuem para o surgimento de conflitos, contradições e antagonismo que podem afetar o desenvolvimento da atividade turística, por isso que a Organização Mundial do Turismo – OMT propõe um modelo de desenvolvimento turístico sustentável que é definido

como aquele que satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. Assuma-se que leva a um manejo de todos os recursos, de uma maneira que necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte da vida são mantidos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24).

Fica claro, portanto, as preocupações com a gestão turística, haja vista destacar o manejo dos recursos e a preservação da integridade para as próximas gerações. No entanto, Hanai (2012, p. 211) maximiza esta perspectiva quando comenta a devida definição da OMT (2001 e 2003) e destaca que a gestão do território pode ser ampliada a partir dos:

[...] princípios do desenvolvimento turístico sustentável à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de um adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à ampla distribuição dos benefícios do turismo por toda a sociedade (HANAI, 2012, p. 211).

O entendimento de Hanai (2012) ajusta a teorização da OMT (2001) sobre o desenvolvimento turístico sustentável quando destaca a importância de um adequado planejamento e gestão da atividade, de maneira que serão minimizados impactos provenientes dos usos desses recursos paisagísticos pelo turismo. Desse modo, destaque-se que:

O desenvolvimento turístico sustentável é um processo de mudança qualitativa, produto da vontade política que, com a participação imprescindível da população local, adapta o marco institucional e legal, assim como os instrumentos de planejamento e gestão, a um desenvolvimento turístico baseado em um equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social do desenvolvimento (VERA REBOLLO; IVARS BAIDAL, 2003, p.108).

Importante enfatizar que a participação dos atores sociais na construção e desenvolvimento turístico sustentável é imprescindível porque possibilita compreender as especificidades locais, evita conflitos no território turístico e minimiza impactos ambientais. Neste contexto, incontestável que mediar as conexões do turismo e desenvolvimento sustentável é tarefa árdua, complexa e potencializadora dos benefícios sociais, econômicos e ecológicos.

Há um conjunto de variáveis nas dimensões econômica, social e ecológica que complexifica gerir o território turístico, do mesmo modo que pode conduzir para a sustentabilidade. Segundo Ruschmann (2001) é interessante compreender os conceitos de desenvolvimento sustentável e turismo porque “estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente, o que se deve ao fato de que encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um

desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil" Ruschmann (2001, p. 109).

O planejamento e a gestão do turismo são etapas indispensáveis no desenvolvimento da atividade, pois são requisitos que podem conduzir para que o setor turístico tenha atratividade equilibrada e contribua com benefícios sociais e econômicos, mais precisamente como o princípio de assegurar que nossas ações hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as gerações futuras.

O discurso do setor público é o de que o turismo pode propiciar o desenvolvimento. No entanto, os resultados que têm sido verificados apresentam, apenas, crescimento econômico, isto é, acumulação de capital e fortalecimento das grandes corporações do turismo, enquanto a população local é expropriada, explorada e segregada, contribuindo assim para a acentuação das desigualdades sociais. O discurso desenvolvimentista, portanto, é a padronização para a implantação do turismo, especialmente, por parte das esferas públicas, mais articulada com o mercado que utilizam o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos, como também no sentido da sustentabilidade, no intuito de apoio para a inserção do turismo.

O turismo pode ou não contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos, bem como pode provocar centralização do capital. Logo, distancia-se dos princípios da sustentabilidade e dos preceitos do desenvolvimento. No entanto, o turismo é uma atividade econômica que visa atender à lógica do capital e deste modo o mercado é o maior regulador do desenvolvimento da atividade.

Segundo Foladori (2001, p. 141) o sistema capitalista tem como principal instrumento o mercado que organiza a produção e a economia, de acordo com o pensamento econômico neoclássico e keynesiano. Todavia, podendo haver a intervenção do Estado apenas como acessório, pois, "assim como regulado pela mão invisível", ressaltada por Adam Smith, esta conjuntura acontece a partir do século XIX quando se institucionalizou o denominado mundo ocidental foi teorizado pelo o pensamento neoclássico e keynesiano.

De forma geral, Foladori (2001) destaca que os limites da economia neoclássica, keynesiana e ecológica são frutos da não crítica ao funcionamento do modo de produção vigente, possibilitando, com isso, a mercantilização dos recursos naturais, neste caso, a utilização da paisagem como atrativo turístico. Consequentemente, é necessário discutir as relações sociais de produção e reprodução no território, considerando que as soluções técnicas e tecnológicas não dão conta das adversidades que surgem no desenvolvimento da atividade turística; assim, entender as relações entre o homem e natureza pode contribuir para a diminuição dos problemas ambientais. De acordo com Foladori (2001, p.206):

As relações sociais são as que se estabelecem entre os seres humanos a partir da forma como se distribuem os meios de produção (...) Trata-se das causas de fundo dos problemas ambientais. Causas nunca específicas, mais sempre essenciais, que se manifestam nas mais variadas relações técnicas e não se explicam a partir de uma análise de causalidade imediata.

O turismo é uma atividade que pode agregar valores, porém é necessário que esteja pautado nos princípios da sustentabilidade (FOLADOR, 2007), da participação social, do planejamento integrado e da gestão democrática. Com isso, pode contribuir com o desenvolvimento sustentável, pois, segundo Silva (2011, p. 17) corresponde ao:

“[...] resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais cultivadas no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente”.

Ressalte-se que a lógica capitalista é estabelecida como propulsora do crescimento econômico, nesta conjuntura, pelo turismo, pode-se inferir como uma primeira fase para o desenvolvimento, pois deve seguir-se à melhoria da qualidade de vida em vez de concentra-se apenas no acúmulo de capital, até porque, como já ressaltado, o turismo abarca as dimensões econômica, social, ecológica e cultural, por isso que se deve buscar uma perspectiva ampla do desenvolvimento, tal qual destaca Sen (2000, p.17-18) ao asseverar que:

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumento especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão

das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importantes, em vez de restringi-la a alguns dos meios, que inter alia, desempenham um papel relevante no processo (SEN, 2000, p. 17-18).

Sabe-se que enfrentar a lógica capitalista na busca do desenvolvimento concentrado na perspectiva das liberdades humanas é adentrar um palco de conflitos e contradições entre o equilíbrio ecológico, a justiça social e o crescimento econômico que precisam serem estabilizados para evitar os efeitos antagônicos, embora seja possível a gestão do território com ações que justificam e concentram as expectativas para o desenvolvimento equitativo em busca da liberdade. Desse modo, advoga Sen (2001, p. 71) ao assinalar que:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada à oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação em não de entrega sob encomenda (SEN, 2000, p. 71).

Com efeito, é imprescindível que haja o envolvimento dos atores sociais na construção do desenvolvimento, pois, somente assim, as perspectivas de liberdade poderão ser garantidas, em virtude de que são os verdadeiros conhecedores do território turísticos, apesar de envoltos no processo de territorialização que naturalmente é gerenciado pelo Estado e possuem interesses distintos e, por vezes, escusos que notadamente atendem às perspectivas do mercado capitalista, entretanto as ações diversas devem reverberar em benefício para a sociedade. De acordo com Barretto *et al* (2003, p. 33):

Cabe ao Estado construir a infraestrutura de acesso. Uma infraestrutura básica urbana que também atenda a população, locar e prover de uma superestrutura jurídica (secretarias e similares) cujo papel é planejar e controlar que os investimentos que o Estado realiza permitam o desenvolvimento da iniciativa privada, encarregada de construir os equipamentos e prestar os serviços para que retornem na forma de benefícios para toda a sociedade.

Entende-se também que o turismo e o desenvolvimento estão extremamente alinhados por meio das suas dimensões econômica, social, ecológica e cultural, como também de sua complexidade de gestão, por isso que, numa escala global e regional,

far-se-á uso do conceito amplo de desenvolvimento e nas especificidades da territorialização turística buscará um conceito que corrobore o entendimento do desenvolvimento local.

No âmbito da territorialização turística, o conceito de desenvolvimento pode não permitir o entendimento das especificidades no âmbito da escala local porque são oriundas da dinâmica produtiva local, embora haja conexões com a economia globalizada. Por esse motivo e pela mudança da escala global para a local que se discutirá o desenvolvimento local como forma de aproximar a escala para uma melhor compreensão da territorialização do território turístico do estado do Amapá.

Registre-se que, na escala local, é que se materializa a territorialização turística e são desenvolvidos os conflitos, contradições e antagonismos que são originados pelos múltiplos usos do território, da mesma forma que as especificidades ficam latentes, com isso alavanca a necessidade de gestão do território, a fim de dirimir a maximização de impactos ambientais negativos e potencialize o desenvolvimento local que segundo Buarque (2002, p. 25):

[...] pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e a condição para a qualidade de vida da população local. Este empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

Para Buarque (2004, p. 37) o desenvolvimento local sustentável é um processo de transformação social com vistas a “[...] elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações”.

Segundo Endlich (2007, p. 11), “[...] o desenvolvimento local é uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual num contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras”. Destaque-se também que o

desenvolvimento deve estar pautado em transformação consciente da experiência local e regional, ou seja, preocupando-se com o presente, bem como com as gerações futuras. A conceituação de desenvolvimento local referenciada por Buarque (2002; 2004) também é compartilhada, de certa forma, por Hanai (2012) que percebe o desenvolvimento local como:

um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades. (HANAI, 2012, p. 210)

A abordagem de Jesus (2003, p. 72 e 75) contribui para o entendimento do desenvolvimento na perspectiva da mobilização dos atores sociais e instituições, uma vez que “[...] se trata de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs [...]”.

Das diversas atividades econômicas existentes no mundo, uma delas é o turismo que se materializa no lugar e tem sido opção do discurso desenvolvimentista para ascensão das economias locais ou regionais. Todavia tem contribuído, sobretudo, para o crescimento econômico e, por conseguinte, sendo importante o respeito ao endógeno, bem como à valorização da participação da população local na construção e execução do planejamento e gestão, isto é, a atividade precisa ocorrer na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento local (HANAI 2002; 2004).

As particularidades, conflitos, contradições são materializados no território turístico destacadamente no âmbito local, apesar de sofrer influências globais. Por esta razão é que a escala local é a que apresenta as singularidades da dinâmica produtiva do turismo, portanto, compreender o desenvolvimento, com cerne no local, favorece entender a totalidade espacial. Sendo assim, será utilizado o conceito de desenvolvimento local, nos termos de Buarque, Endlich e Hanai (2002, 2004; 2007; 2012) para verificação das relações de produção local, e paralelamente em entendimento do desenvolvimento, Sen e Sachs (2000; 2004) numa amplitude de escala global, nacional e regional para a análise dos aspectos gerais.

4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E DO AMAPÁ

A organização do turismo na Amazônia passou por uma longa construção ideológica e conflitante de políticas públicas, as quais vêm sendo desenvolvidas desde a década de 1960 na região, visto que ele vai além das questões estritamente econômicas. O turismo é hoje um dos principais produtores de signos, seja em âmbito socioespacial, cultural ou político e isso faz dele um instrumento importante na promoção de desenvolvimento conciliando os interesses econômicos e os relativos à valorização da cultura local e ao equilíbrio ambiental, onde as políticas públicas elaboradas para o turismo devem direcionar suas ações e projetos para os diferentes eixos da estrutura política e econômica do país.

Em meados dos anos 60, as primeiras políticas públicas de turismo para a Amazônia começaram a ser desenvolvidas. Nesse período, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão responsável pelo planejamento e coordenação do desenvolvimento amazônico, apresentou em seu segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) a possibilidade de criação de uma política própria para o setor. Política essa que primaria pela criação de instrumentos necessários para o desenvolvimento do turismo na Região.

O I Plano de Turismo da Amazônia (PTA) foi lançado em 1977, com ações a serem implementadas de 1980 até 1985. Em 1992, foi divulgado o II PTA que, a exemplo do anterior, seguia as tendências mundiais. Porém, neste caso, elas preconizavam um planejamento bem mais preocupado com o meio ambiente e com a sociedade e apontavam para a necessidade de valorizar e preservar o patrimônio natural e cultural da região Amazônica (PDSA, 2006).

Paralelo a esse fato, diversas tentativas de reorganização e estruturação de uma política de turismo no país vinham sendo construídas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) que fomentava, desde o final da década de 1960, o turismo no Brasil. Porém, só a partir da década de 1970 passou a primar pela interação homem/natureza, pautadas nas discussões ambientalistas mundiais.

No âmbito da EMBRATUR, em 1992, foi lançado o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR). Após dois anos, em 1996, foi lançado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), tendo como objetivo principal a descentralização política de turismo. Garantia-se, assim, uma maior participação dos municípios nas questões políticas de valorização dessa atividade.

Em se tratando especificamente do ecoturismo na Amazônia legal, o Governo Federal lança mão do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), no âmbito do Programa Nacional de Ecoturismo (um dos programas da Política Nacional de Turismo de 1996) e da Política de Ecoturismo da Amazônia Legal (1999). Para o desenvolvimento integrado do ecoturismo na Amazônia Legal, foram desenvolvidos estudos criteriosos para a criação e dinamização dos polos de ecoturismo selecionados na Amazônia Legal que objetivassem, principalmente, a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor de forma articulada com a comunidade local.

Deste modo, tem-se que, desde a década de 1970, as políticas de turismo foram formuladas e estruturadas sob a orientação da necessidade mundial. Esta instigava o desenvolvimento do turismo na Amazônia como alternativa ilusória de crescimento econômico, apesar de, teoricamente, propor ações que estavam articulados a uma perspectiva mais preocupada com as questões ambientais e sociais. Nesse sentido, sabe-se que o desenvolvimento econômico implica, sobretudo, em mudanças estruturais que vão de questões sociais como a cultura até questões institucionais da sociedade, Bresser Pereira (2007) o que ratifica a necessidade de uma maior preocupação em torno do planejamento dessa atividade econômica.

A trajetória do turismo na Amazônia, como já foi destacado, teve uma longa construção ideológica e de políticas públicas, que foram desenvolvidas desde a década de 1970 na região. A discussão sobre turismo perpassa por questões inerentes ao processo de planejamento, tendo em vista os aspectos necessários para a sua eficácia, quais sejam: a definição de políticas públicas de turismo, o reconhecimento da importância da participação da comunidade, as necessidades que levam os turistas a conhecerem novos lugares, assim como a percepção de quem o recebe.

Como advogam Gastal e Moesh (2007), o turismo pode ser entendido como um fenômeno sociocultural, pois se relaciona direta e indiretamente a diferentes práticas sociais, que proporcionam novas experiências e vivências entre aquele que visita e o que é visitado. Isso impõe uma dialética contínua entre a gestão turística do local e as políticas públicas. Os significados do turismo, portanto, percorrem por processos inteiramente ligados às decisões dos estados para com o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, é a partir das discussões sobre desenvolvimento que os estados definem seus objetivos, formulam e programam sua política pública para o desenvolvimento do turismo. Logo, em conformidade à afirmação de Costa (2006) citado em Cruz (2008, p. 134) “o conceito de desenvolvimento não se restringe, somente, à ideia de crescimento econômico”, pois reflete processos históricos e socioculturais. Portanto, o desenvolvimento implica, sobretudo, em mudanças estruturais que vão de questões sociais, como a cultura, até questões institucionais da sociedade, o que, segundo Bresser Pereira (2007), torna-se impossível de analisa-lo apenas do ponto de vista econômico, o que ratifica que a globalização é um processo que está vinculado ao território Barqueiro (2001), pois a dinâmica econômica e produtiva do território depende das decisões dos atores locais.

O conceito de desenvolvimento passou a ir além das questões estritamente econômicas de um lugar, passando a ser “encarado como um processo complexo de mudanças e transformações da ordem econômica, política e, principalmente, humana e social” Oliveira (2001) citado em Cruz, (2009). Aspectos estes que levaram ao surgimento do termo desenvolvimento local e /ou endógeno, o qual propõe discutir novas práticas de produção econômica no espaço, de modo que esteja engajado em compromissos solidários-associativos e que consigam reafirmar a identidade do local. Do mesmo modo, as políticas de turismo passaram por grandes mudanças na sua estruturação.

Conforme aponta Schneider (2005), a política pública não é um assunto exclusivo de uma “hierarquia governamental”, mas se encontra numa zona complexa de interferências, que envolve assunto coletivo e privado que se integram e cooperam numa estrutura de redes. Ainda nessa linha, Santana (2009) mostra que a participação dos atores locais no processo de desenvolvimento do turismo vem sendo discutida há

décadas. Mas que, por exigir um complexo acompanhamento dos comportamentos variáveis da comunidade, acaba sendo pouco considerada nas políticas públicas.

Os programas enfatizam o desenvolvimento dos municípios envolvidos nos polos turísticos e ressaltam o objetivo de buscar a melhoria das condições de vida das populações locais. Portanto, há uma ênfase no benefício das localidades, embora ainda permaneça a perspectiva da demanda turística como orientadora das ações de investimentos (SANTANA, 2009).

O uso de metodologias para amparar o planejamento participativo é uma inovação no processo de planejamento, mas ainda limitado no que se refere a proporcionar um equilíbrio de poder entre os diversos atores sociais relacionados ao desenvolvimento do turismo, haja vista a assimetria de investimentos que favorecem as ações de grandes empresas e os investimentos nas políticas definidas por processo participativos ou que privilegiem os mais pobres.

Trata-se, portanto, de um processo de seleção e exclusão de territórios, baseados na lógica da localização industrial e no entendimento do território como oportunidade de acumulação, de mercantilização de seus atributos e, portanto, como condição para reprodução do capital. Embora o viés seja econômico, a opção pelos polos de desenvolvimento não deixa de ter um forte componente territorial. Mais do que isso, o fato evidencia que o território tem sido tratado, nas políticas de turismo, quase exclusivamente como mercadoria.

Por fim, formando o tripé de uma estratégia para o desenvolvimento do turismo na região, aborda-se o ecoturismo. Segundo Embratur e Ministério do Meio Ambiente, um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2014).

Ao traçar uma estratégia para fomentar o ecoturismo na Região Amazônica, deve-se ter como referencial, entre outras coisas, a Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente. Trata-se de relevante instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, pois se propõe a conciliar proteção ambiental com justiça social e eficiência econômica.

O tipo de turismo que deve ser desenvolvido na região precisa utilizar matriz limpa, respeitando o ambiente, evitando o desmatamento de grandes áreas, preservando as espécies, reciclando os dejetos, reaproveitando as águas pluviais, entre outros investimentos. Nesse sentido, problemas como queimadas, desmatamento, ocupação irregular do solo entre outros males que assolam a Amazônia somente serão resolvidos com uma atividade econômica que possibilite a inclusão socioeconômica do homem amazônico, que o retire da penumbra em que se encontra atualmente e o torne protagonista do desenvolvimento, e não mero coadjuvante. Essa atividade é, sem dúvida, o turismo.

A política pública está inserida na administração pública, com a finalidade de obter resultados favoráveis para o bem comum, ou seja, para todos que dela necessitam, seja nas áreas da saúde, educação, segurança ou do turismo. Nesse sentido, Hall (2001, p. 75) afirma que “política pública é bem simples de entender, pois é tudo que os governos determinam ou fazem em prol da sociedade”.

Neste sentido, a política pública de turismo traz em seu bojo a possibilidade de contribuir para a melhoria na condição de vida das populações receptoras do turismo, de modo que possibilita captar investidores para contribuir no desenvolvimento do destino. Desta forma, estudos realizados por estudiosos como Chen (2010), sobre investimentos estrangeiros para a atividade do turismo apontam que, para a entrada de investimentos, é necessário que sejam realizados planejamento para a captação destes recursos. Contudo, as políticas direcionadas ao planejamento e desenvolvimento do turismo devem ser “articuladas com outras políticas, que podem ser ligadas diretamente ao turismo, ou a ele relacionadas, como transporte, meio ambiente, saneamento básico, saúde, educação, segurança, fomento de atividades produtivas (...)” (BRASIL, 2009, p. 30).

No Amapá, a secretaria estadual de turismo só passou a existir em 2004, inicialmente denominada de - Departamento Estadual de Turismo [DETUR], vinculada à Secretaria da indústria, comércio e mineração do Estado do Amapá – [SEICOM] (CONCEIÇÃO, 2010).

Segundo Conceição (2010), as competências do Governo nas mais diversas esferas da administração pública e no que tange ao turismo, tem como premissa

estabelecer normas e diretrizes para que o desenvolvimento social e econômico ocorra de forma igualitária nas regiões ou localidades em que exista o fenômeno turístico. Observa-se, assim, que, no Brasil, as informações concernentes às competências e diretrizes do turismo nacional estão sob a égide dos Planos Nacionais de Turismo (PNT) 2003/2007; 2007/2010, e no Programa de Regionalização do Turismo (PRT) “Roteiros do Brasil”.

Molina e Rodrigues (2001) entendem que os instrumentos mais importantes no sentido do planejamento e políticas do turismo são os seguintes:

- Financiamento – Tem a capacidade de mobilizar recursos humanos, técnicos, materiais, tecnológicos etc. Da mesma forma, o financiamento visa melhorar a distribuição da receita nacional e regional e, além disso, regular e conduzir a economia e toda a sociedade para atingir os objetivos predeterminados;
- Pressuposto de saídas (gasto público) – Afeta diretamente a estratégia global de desenvolvimento e o ritmo de crescimento da economia e dos setores sociais. O gasto público maior corresponde a uma maior intervenção do governo na sociedade;
- Pressupostos de entradas (receitas públicas) – Constitui o instrumento que ajuda na determinação e início das diferentes atividades e projetos que derivam de um plano. O governo obtém receitas por intermédio de impostos, explorações diversas etc;
- Normas jurídicas – Têm o papel de definir as responsabilidades, atribuições e limitações às quais devem estar diretamente envolvidas as instituições no processo de planejamento (MOINA & RODRIGUES, 2001).

Os instrumentos acima destacados sobre o planejamento do turismo, tem como finalidade obter resultados pertinentes ao desenvolvimento do setor. Esses instrumentos, que foram propostos por Molina e Rodrigues (2001), servem para contribuir para a formatação das políticas de turismo. Já o autor Beni (2006) diz que os instrumentos de turismo necessitam de potenciais objetivos como:

- Criar mecanismos de envolvimento e participação dos outros setores de governos para solucionar de forma planejada as demandas turísticas;

- Fortalecer instrumentos de controle e fiscalização que coíbam os desvios do setor;
- Consolidar uma base orçamentária de investimento no setor de turismo, incluindo investimentos dos setores públicos e privado, bem como o dos setores de serviços e de infraestrutura;
- Criar acompanhamento de execução orçamentária e dimensionar os prejuízos do não investimento dos recursos retido (BENI, 2006).

Para Beni (2006), esses objetivos servem para que o turismo se desenvolva segundo as políticas de turismo que são propostas pelos governos em suas diversas esferas, nacionais, regionais e locais. Para Bramwell (2001), é necessário utilizar outros instrumentos para o desenvolvimento do turismo, e as suas reflexões sobre o poder público são vistas de uma forma peculiar.

Bramwell (2003), por sua vez, considera que o poder público dispõe de quatro grandes instrumentos que possibilitam implementar as políticas de turismo nas regiões com vocação para o turismo, citando-as assim, respectivamente: encorajamento; incentivos financeiros; investimentos públicos; e regulamentação. Os instrumentos políticos que Bramwell (2003) descreve são:

- Encorajamento – através da informação, da educação e da persuasão geral dirigidas às operadoras de turismo, turistas ou comunidades nas áreas turísticas, para motivá-los a adotarem um comportamento sustentável;
- Incentivos Financeiros – são os que alteram os preços no que diz respeito aos negócios de turismo, aos turistas, ou às comunidades hospedeiras, quando ocorrem danos ambientais ou culturais ou ao contrário, comportamentos benéficos;
- Gasto do Governo e/ou Investimentos Públicos – são ações desenvolvidas pelo próprio governo ou por agências estatais, como a despesa em transporte público, aquisição de terras e medidas de conservação para os parques nacionais, assim como iniciativas de desenvolvimento da comunidade e administração de resíduos;

- Regulamentação – proíbem ou exigem caminhos específicos de ações e são amparadas pela lei, mas que não envolvem um incentivo financeiro ou gasto direto do governo (BRAMWELL, 2003).

Pensando-se no estado do Amapá e com a flexibilidade que norteia o turismo, esse instrumento pode ser um dos aliados para desenvolvimento socioeconômico da região, permitindo que seus envolvidos contribuam para a subsistência do turismo no Amapá. Neste sentido, Solha (2006) comenta que a política de turismo, assim como a abrangência que possui, deveria ser conforme os objetivos e necessidades de cada localidade. No estado do Amapá, as políticas públicas de turismo foram baseadas em programas e projetos realizados no período de 2004/2013.

Nesse período, não existia uma política formalizada por lei ou decreto, mas a política de turismo, que o Amapá adotou são baseados em programas e projetos elaborados pela Secretaria Estadual de Turismo, através de programas e projetos que existiam no Estado para a captação de recursos e desenvolvimento de turismo.

Para chegar à escolha dos instrumentos políticos de Bramwel (2003), foram observados instrumentos de planejamento e de turismo de Beni (2006), Molina e Rodrigues (2001), e foi identificado que os instrumentos de Bramwell eram o que melhor se enquadra para realizar as análises dos programas e projetos do estado do Amapá no período entre 2004/2013 para determinar se existia ou não políticas com base nos PNT 2003/2007 e o PRT (2004).

No período supramencionado, a SETUR desenvolveu alguns programas e projetos, tais como: o Pró-turismo - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Amapá; Programa de Gestão de Políticas para o Desenvolvimento do Turismo; Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo; Projeto de Inventariação da Oferta Turística dos Municípios do Estado do Amapá; Projeto I Festival de Turismo no Meio do Mundo. Com a utilização dos instrumentos e temas políticos propostos por Bramwell (2003), pode-se ter a complementação das atividades turísticas desenvolvidas através dos programas e projetos que serviram como base de análises para o entendimento do surgimento das políticas de turismo do Amapá.

Os projetos criados pela SETUR – AP mostram o intuito e a elaboração da Política Pública de turismo do Estado do Amapá. Pode-se verificar que elas estão

atreladas às políticas nacionais, no caso o PNT 2003/2007 – 2007/2010 e no PRT “Roteiros do Brasil” (2004), de modo que a constituição desta política se deu mediante a observação e adequação de programas e projetos que tinham como fundamento os planos nacionais atrelados às peculiaridades do Amapá.

Com os projetos e programas do estado do Amapá, pode-se compreender como a política de turismo foi constituída, possuem objetivos, metas, diretrizes e bases conceituais em relação ao turismo do Estado. Mas acima de tudo, pode-se observar que essas políticas são baseadas em programas e projetos estaduais apoiados pelo PNT. Bramwell (2003) afirma que esses instrumentos políticos servem para constituir e compreender a relação e elaboração de políticas públicas de turismo como base em elementos que contribuem para o desenvolvimento da política pública de turismo.

5 MARCO ANALÍTICO

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ: NARRATIVA DE VALDINEI LOPES

A efetivação do turismo no estado do Amapá, enquanto questão institucionalizada, surgiu em momento muito recente, em 2004, através do decreto n. 1994/2004 – GEA. Até então, tudo que se tratava de políticas para o turismo no estado estava vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e Mineração. A criação e aprovação desencadeou na estruturação da secretaria pertinente, no qual se fixa toda a estrutura e competências de seus setores.

No ano de 2006, foi criada a ABRASEL, órgão que se preocupa com a gastronomia e no Festival Brasil Sabor, que apoia as especificidades do Amapá, primando, a rigor, pela regionalização da gastronomia. Esse mecanismo ocorreu com o intuito de valorização e fomentação da gastronomia do estado do Amapá.

No ano de 2007, foi criado o Convention Birro. Nesse sentido, esta criação sobre o turismo foi sempre com foco nas formas de deslocamentos de turistas no Estado do Amapá, com o intuito de planejamento estratégico, uma vez que se fez uma profunda reflexão sobre os traslados existentes, objetivando como melhor os de acessos aos fixos turísticos no estado do Amapá que possam permitir condições mais adequadas de acessos aos turistas.

Em 2015, aconteceu a criação do Observatório do Turismo, evento que se preocupou desde então com a construção do senso do turismo no Estado do Amapá, considerando todas as áreas que foram denominadas de fixos e fluxos do turismo no estado, sempre com a intenção do registro do existente para fins de projeção ao futuro a respeito da melhoria do turismo no Amapá. Esse Observatório do Turismo tem vinculação com o Ministério do Turismo, que tem entidades e segmentos com relações diretas a hotéis, restaurantes e outros setores de gastronomia.

Uma análise pertinente do professor Dr. Valdinei Lopes foi no sentido de trazer a lume tudo o que já existe sobre o turismo no estado do Amapá, uma vez que ainda se faz necessário governança por meio de gestão que se disponha a melhor

fomentação de um setor tão importante para redução das desigualdades socioespaciais. Desta forma, é essencial que o estado do Amapá, em especial pelo poder público, coordene melhor a questão a partir da criação de políticas públicas a esse respeito, quando essa questão não se restrinja ao estado de forma isolada, mas que tenha um alcance local, regional e nacional.

Com base na consideração acima, faz-se necessário, ainda, que sejam empreendidas reflexões sobre a ausência de um Plano Estadual do Turismo. Considera-se que o plano de turismo está muito embrionário, visto que tanto a iniciativa pública como a privada precisam estar aliados no sentido da elaboração de um plano de turismo para alavancar o turismo no estado do Amapá, considerando que as ações realizadas acontecem de forma esporádicas e isoladas. Desta forma, é urgente a elaboração do plano como política pública de estado, pois, assim, assegurará melhor sustentação do turismo do Amapá, inclusive a partir daí, organizar a rede de turismo.

O professor Dr. Valdinei Lopes também relatou uma situação importante a respeito do percentual do PIB do estado pertinente ao turismo, considerando que o PIB interno do turismo no estado do Amapá representa 6,3%. Essa questão se dá não de forma permanente como política estadual, pois os turistas ingressam no Amapá por questões muito específicas como no caso de pessoas que vêm realizar um concurso público e aproveitam o momento para o turismo e com foco nos fixos mais próximos ou mesmo para participar de determinados eventos na área laboral e cultural, como feira e exposições, assim fazendo o turismo isolado. Essa realidade afeta negativamente as atividades dos turismólogos existentes no Estado, visto que se restringem a momentos isolados no turismo.

Vale lembrar o relato do professor. Dr. Valdinei Lopes quando informa que o estado do Amapá dispõe de roteiros turísticos, inclusive implementados, mas a sua existência é um tanto quanto diluída, pois as empresas privadas, por exemplo, não conseguem vender esse produto de maneira mais convincente, mais segura aos turistas amapaenses. Informou com convicção que os turistas que buscam esses roteiros são os que vem de fora do estado, mas que não se consegue pela divulgação

através de órgão da área, buscando o turismo do Amapá pela questão da amazônia em si.

Seguindo essa linha de raciocínio, de acordo com o professor Dr. Valdinei Lopes, mesmo com a pouca iniciativa das empresas privadas, as ações do turismo no Estado do Amapá acontecem mais por suas iniciativas, tendo em vistas que as secretarias estadual e municipal do turismo não apresentam um plano de turismo efetivo, de modo que todo o monitoramento do turismo acontece por iniciativa privada.

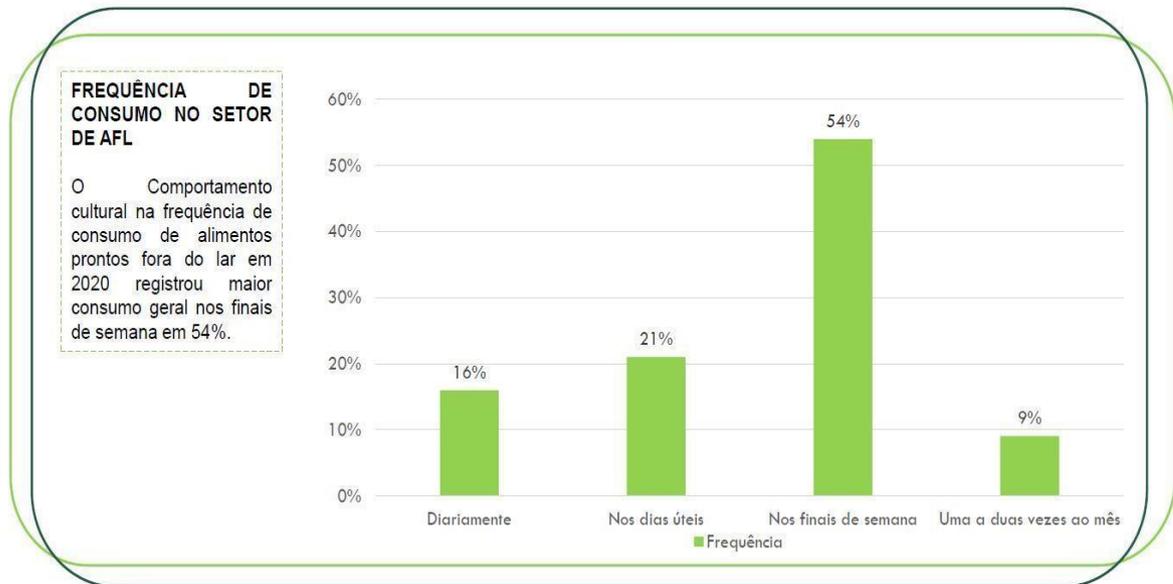
Destaque-se que as secretarias existem, porém, suas manifestações são isoladas, tornando o turismo um aspecto mais privado do que público. Isso se explica no fato de que a Secretaria de Estado do Turismo, considerando a Secretaria de Orçamento do Estado, se destina nele apenas 0,01% reservado anualmente para o turismo e o município assegura em seu orçamento apenas 0,001% ao mesmo. Essa realidade vai de encontro inclusive ao disposto na Lei Federal n. 11.771/2008 que fixa os fomentos por parte poder público ao turismo ao nível nacional, estadual e municipal, o não se tem efetivado em sua íntegra.

Ficou claro, no relato, que o estado do Amapá apresenta um potencial muito forte de turismo, em especial por ser um estado que se encontra na Amazônia, dispondo de fixos atrativos aos turistas internos e externos, questão que um sistema de desenvolvimento econômico forte e que pode contribuir significativamente com a redução das desigualdades socioespaciais, mas que caminha de forma lenta e isolada, considerando as poucas manifestações do poder público no sentido de fomentar fluxos e fixos que disponibilize infraestrutura mais adequadas aos turistas.

5.2 CENSO DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ

5.2.1 Alimentação fora do lar

Gráfico 01 - Frequência de consumo do setor alimento fora do lar



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

A investigação sistematizada nesta produção científica invadiu diversos setores que trabalham na viabilização de logística ao turismo no estado do Amapá, quando se acreditou importante a constatação da frequência de consumo do setor de alimentação fora do lar. Este caso prima para os aspectos turísticos que visualizem o consumidor externo e interno caracterizados nessa dimensão que procuram alimentação fora do lar, no sentido de locais apropriados como restaurantes a partir do destaque que foi efetivado referente à frequência de consumo do setor de alimentos fora do lar.

O gráfico 01 ilustra tal realidade por meio de percentuais. Desta forma, está registrado que 16% dos turistas frequentam restaurantes diariamente, o que se observação com relação a temporada turística. 21% dos turistas frequentam restaurantes em dias úteis. Por outro lado, 54% da população turística procura a alimentação fora do lar nos finais de semana, fato que se assegura pela disponibilidade de tempo, devido às atividades turísticas serem determinadas pelo objeto da existência turística, o que se pode tomar como exemplo o turismo oriundo de atividades laborais.

Outrossim, 9% dos turistas frequentam setores de alimentação fora do lar uma ou duas vezes no mês. Portanto, a frequência no setor de alimentação mostra claramente a inexistência de um mecanismo turístico planejado com formas de fluxo exatamente a esse fim.

A atividade turística pode contribuir consideravelmente para o território que está materializada, desde que o poder público parta de um planejamento participativo que envolva os agentes do espaço turístico, inclusive, com poder decisório, tenha um entendimento da complexidade do turismo, equilibrando a dinâmica econômica, social e ambiental, conseqüentemente, contribuindo com o desenvolvimento numa escala local e regional, Buarque (2002; 2004); Hanai, (2012).

Gráfico 02 - Tipologia de negócios nos restaurantes



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

O que marca este momento é o necessário conhecimento sobre a tipologia de negócios nos restaurantes, questão que elucida o tipo de consumo da alimentação fora do lar por turistas no estado do Amapá, quando se observa as preferências dos turistas em especial pela comodidade que tal realidade lhes proporciona, uma vez que busca questões como sabores, qualidade, praticidade, entre outros, inclusive pela própria forma do momento turístico viabilizado pelos próprios, visto sua situação que

ora aparece mesmo que em pouca escala de visita ao estado e em maior escala por ser turista que a vida laboral lhe proporcionou.

Nesse caminho, está claro segundo o gráfico 02 que aponta essa tipologia de negócio nos restaurantes. Esses registros asseguram uma ilustração dessa tipologia nos anos de 2018 a 2020. A tipologia de negócio girou sobre o restaurante, *a la carte*, a quilo, delivery e mais de um modelo. Nota-se, então, pelo percentual no gráfico, que de 2018 a 2020, a utilização dos restaurantes sobressaiu-se na preferência turística, quando se fixou na investigação que em 2018 houve procura de 58%, de forma que em 2019 se apontou um leve crescimento de 59%, com considerável baixa no ano de 2020 em função do período pandêmico.

A *la carte* gerou percentual maior em 2019 com 53%, em 2018 com 43% e em 2020 com queda para 37%. A quilo o maior índice foi em 2018 com 40%, em 2019 caiu para 25% e em 2020 queda brusca de 7% apenas. No quesito delivery no ano de 2018 ocorreu em 7%, já em 2019 com 8%, mas em 2020 um crescimento de 27%. No modelo de uma ou mais opções em 2018 carregou 10%, em 2019 13% e com aumento significativo em 2020 com 31%. Valendo lembrar que às opções com quedas acentuadas que ocorreram em 2020 foi gerada pelo momento em que o país passou com a crise pandêmica.

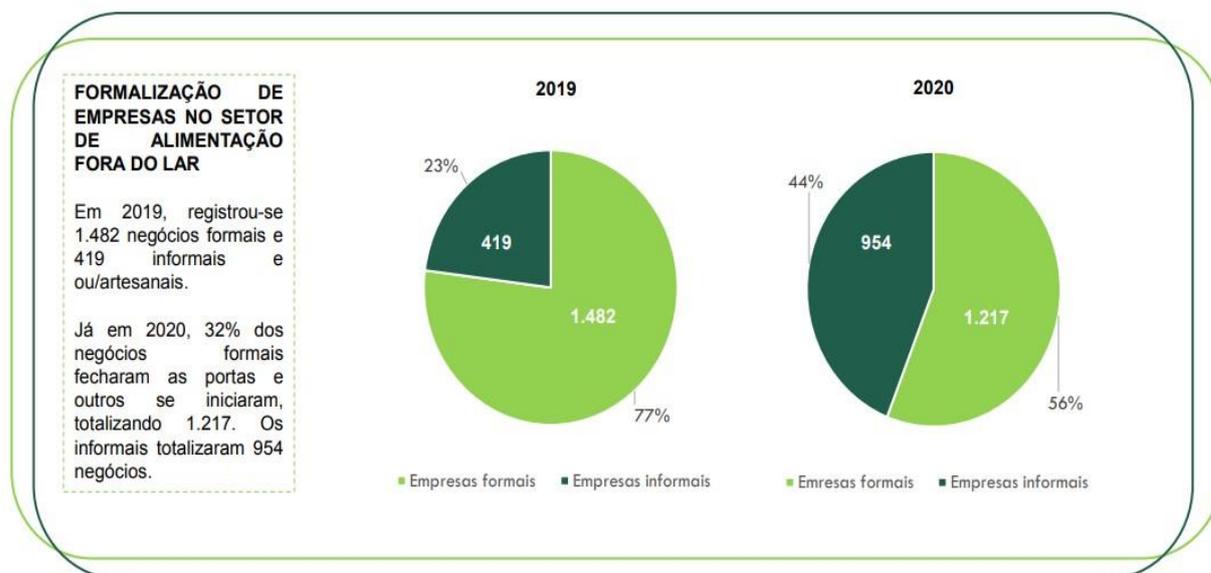
Os objetos que estão e constituem o espaço são produtos das relações sociais e de suas interrelações também no espaço e a partir do sistema de ações, Santos (1997), de maneira que são derivados do uso das técnicas e do trabalho a cada momento histórico, como também do modo de produção, com isso possibilitando a produção e reprodução do espaço, pois, segundo Santos (1985, p. 2), os fatos, objetos e coisas têm origem em

“[...] um modo de produção e os modos de produção se realizam por intermédio das técnicas, cujo número é grande: técnicas produtivas, técnicas sociais, técnicas políticas, etc. Mas, nenhuma sociedade utiliza técnicas que sejam exclusivamente originárias de um só momento histórico”.

Deste modo, é possível analisar a dialética socioespacial a partir de cada momento histórico, isto é, as rugosidades presentes no espaço são originadas em um período técnico diferenciado e determinado no tempo histórico, às formas por si só

não responderiam à análise, mas as formas- conteúdo, sua estrutura e funções estão inscritas, produzidas e reproduzidas no espaço.

Gráfico 03 - Formalização de empresas no setor de alimentação fora do lar



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

A investigação sobre os múltiplos usos do território turístico na Amazônia, direcionados ao estado do Amapá propiciou a definição da importante informação sobre as questões no tocante às empresas, o que se buscou com precisão acerca da formalização de empresas no setor de alimentação fora do lar, no intuito de constatação sobre essa realidade que automaticamente prima pelo desenvolvimento regional e local, quando se fez uma reflexão a respeito referentes aos anos de 2019 e 2020, caracterizadas aqui como empresas formais e não formais, abordando os índices desse desenvolvimento nos anos supramencionados.

O gráfico 03 retrata essa realidade da formalização de empresas no setor de alimentação fora do lar, em especial no que se refere aos restaurantes instalados e desinstalados nesse período, considerando ainda os negócios informais. Nesse prisma se constatou que no ano de 2019 existiam 1.482 estabelecimentos denominados de empresas formais gerando um percentual de 77% e 419 negócios informais com percentual de 23% na área de alimentação fora do lar aos turistas internos e externos.

Destaque-se que o ano de 2020 registra uma queda dos negócios formais, pois se registrou a existência de 1.217 estabelecimentos formais e 944 equivalentes a 44% dos negócios informais. A informalidade dos negócios aumentou no ano de 2020 também em função da pandemia. Nesse sentido, o espaço, ressaltado por Soja (1993), está conectado a uma totalidade, por sua vez, socialmente produzida e construída no espaço, mas também produto e produtor, bem como condicionada e condicionador a partir do espaço, por isso, a visualização deve ser a de totalidade dialética, segundo Santos (1985, p. 85):

espacio debe ser considerado como una totalidad, a modo de la propia sociedad que le da vida. Considerarlo así es una regla de método cuya práctica exige que se encuentre, paralelamente, em través del análisis, la posibilidad de dividirlo en partes.

5.2.2 Modal de transporte aéreo

Gráfico 04 – Oscilação do fluxo total no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre nos anos de 2019 e 2020



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Com efeito, reserva-se o momento para refletir a respeito do fluxo de passageiros que desembarcaram e embarcaram no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre, considerando os anos de 2019 e 2020. Não se pode

deixar de ressaltar que a investigação quando esbarra na questão dos anos aqui como amostragem se estará fazendo comparações, pois a realidade sanitária do estado, aliás de todo o mundo nada poderia fazer para tornar o ano de 2020 como momento de turismo em função de algo que era a preservação da vida, o que está óbvio em todos os setores turísticos do país, sem necessitar a busca de elementos científicos para a comprovação de que quase nada se podia fazer no momento ao setor turístico.

O gráfico 04 retrata a questão da grande perda do setor turístico no que diz respeito ao ingresso de turista no estado e mesmo na movimentação do turista interno ocorrida no ano de 2020. No entanto, vale ressaltar o grande crescimento no fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre, o que no gráfico não especifica como passageiros turísticos e sua quantidade, considerando que faz uma análise geral desse fluxo, sem registros de passageiros que vieram especificamente ao turismo, o que, de qualquer forma se deduz que parte dele, seja por meio de trabalho ou especificamente viagem turística acaba por se apresentar a esse fim.

O gráfico 04 registra, ainda, um crescimento considerável no fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre com aumento quatro vezes maior dos últimos 4 anos, no ano de 2019, tanto que se registrou um fluxo de 599.329 passageiros. Já no ano de 2020 se instala a pior marca do fluxo de passageiros com 370.106 passageiros, o que não precisa de justificativa e nem procura de culpados, pois essa situação se fixou em função da pandemia.

Desse modo, ouçamos Saquet e Silva (2008, p. 31) ao assinalarem que:

o espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução.

A produção do espaço é eminentemente social, ou seja, a *práxis humana* propicia a relação indissociável entre os sistemas de objetos e sistema de ações, de forma contínua e dialética. Segundo Carlos (2011, p. 20):

a partir da tese segundo a qual a sociedade em seu processo constitutivo de humanização produz continuamente um espaço num movimento perpétuo, tornando- o imanente a sua própria existência. A noção de produção aponta

a análise de um conteúdo que transcende as formas morfológicas ou a paisagem para enfocar o processo constitutivo dessa produção bem como os sujeitos dela, as mediações que tornam o processo real, tanto quanto a distribuição dos produtos desse processo.

Gráfico 05 – Fluxo anual no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre entre os anos de 2007 a 2020



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

O momento aqui foi reservado para uma visão geral acerca do fluxo anual de embarque e desembarque de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá Alberto Alcolumbre, o que leva a crer que parte considerável desse pública reflete a existência de turistas que ingressaram no estado oriundos de viagens específicas e a negócio que os leva a turistar no Amapá, pois não se pode negar os pontos turísticos significativos que apresenta principalmente no tocante ao meio ambiente, uma vez que o estado do Amapá é líder em áreas de preservação na Amazônia no que diz respeito à fauna e à flora.

No gráfico 05 está expressa a trajetória do fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre, quando se registra de 2007 a 2012 uma equiparação nesse sentido, com leve oscilação na medida em que varia no fluxo de 520.000 a 573.000 passageiros que computadorizada seus registros nesse traslado.

Houve, entre 2013 e 2015, um considerável aumento desse fluxo, uma vez que está fixado entre 663.534 e 748.480 passageiros em trânsito no aeroporto. Nos anos de 2016 a 2019, aconteceu queda desse fluxo, pois girou em torno de 568.873 e

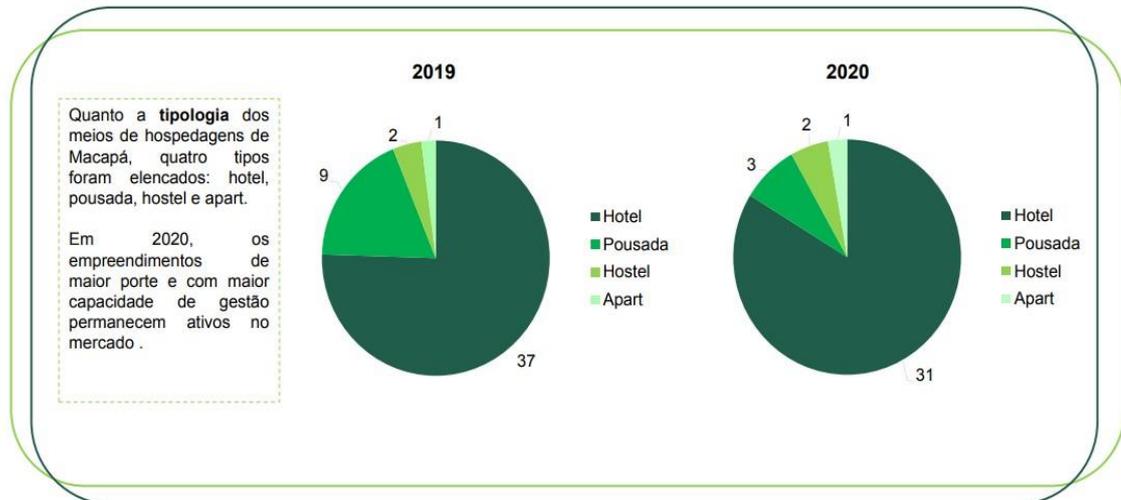
599.329. Já no ano de 2020, a baixa no fluxo de passageiros no aeroporto foi significativa, mas em função também do momento de pandemia enfrentado no país. Vale ressaltar que esse fluxo de pessoas no aeroporto de Macapá, considerando as taxas altas e baixas se deu pelo fato da economia brasileira, pois quando a economia estava em alta, automaticamente o fluxo de passageiros aumentou, o que reduziu conforme a baixa na economia no Brasil.

Segundo Santos (1977, p. 161) “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”, assim, compreender a produção do espaço é analisar a sua totalidade que deve ser o foco a partir das suas transformações e pelo seu movimento histórico que possibilitará verificar “em diferentes escalas as noções de totalidade e tempo. O movimento que contribui para produção do espaço, especialmente, advindo do trabalho é originado a partir de cada período histórico e em cada sociedade que o produz, inclusive as formas, funções e estruturas ficam inscritas no espaço com as características utilizadas por este grupo social em sua totalidade espacial.

De acordo com Alvarenga e Santana (2015, p. 6), cada sociedade produz, de forma própria, o seu espaço, sendo que “[...] cada novo modo de produção se apropria do espaço já existente, às vezes lentamente, adaptando-se, e às vezes violentamente, o transformando”.

5.2.3 Empreendimentos e hospedagens: Características, capacidades e instalações, gestão empresarial, capacidade hoteleira, conjuntura, mão de obra ocupada

Gráfico 06 – Tipologia hoteleira



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

No tocante aos empreendimentos e hospedagens, buscou-se diversas informações para a ilustração dos múltiplos usos do território turístico no estado do Amapá, de forma que, inicialmente, se registra elementos como suas características e sobre elas especificamente se trata da tipologia hoteleira, quando se vai ter uma ilustração das existências de hospedagens no estado do Amapá, seja por turistas internos e externos, que buscam suas comodidades, o que permite equivalência ao seu poder aquisitivo.

No gráfico 06, apresenta-se as existências esbarrando em quatro modalidades de hospedagem, sendo elas: hotel, pousada, hostel e apart. Para tanto, considerouse, aqui, uma visualização nos anos de 2019 e 2020. No ano de 2019 foi constatado a existência de 37 hotéis, 09 pousadas, 02 hostel e 01 apart.

Foi considerado ainda o ano de 2020 sobre a questão do tipo de hospedagem existente no estado do Amapá e foram visualizadas, ainda, as quatro modalidades dessa natureza, de forma que houve uma significativa inexistência de números de hospedagem, o que se atribui ao período pandêmico enfrentado pelo Estado.

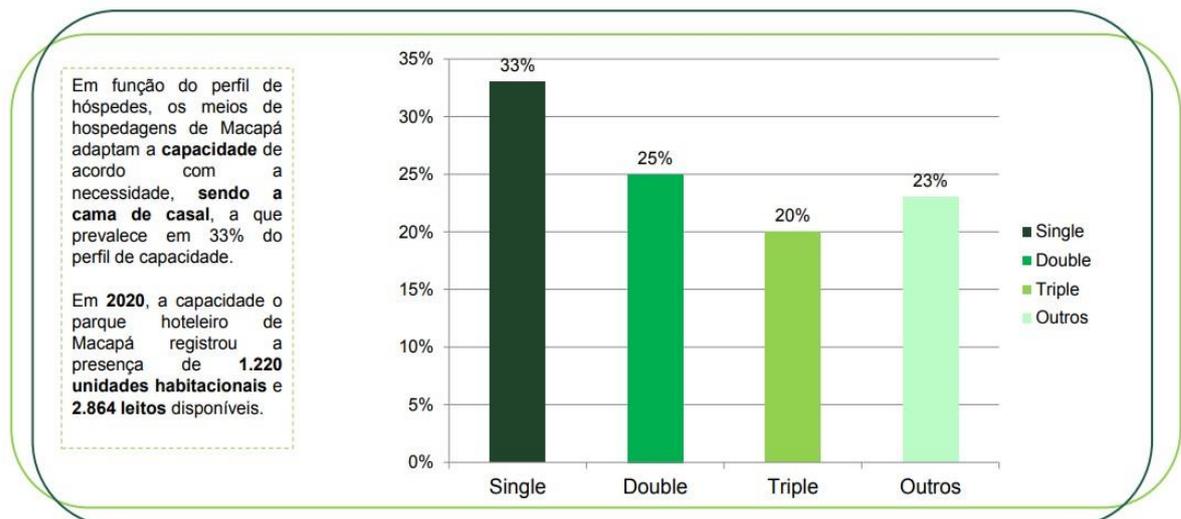
Registre-se que, em 2020, registrou-se a existência de 31 hotéis, com queda então de 6 empreendimentos que fecharam. As pousadas, que eram 09, no ano de 2019, passaram, no ano de 2020, a 03. Sobre hostel e apart, a quantidade de estabelecimentos manteve-se estável.

Tendenciosamente, a produção do espaço fica imbricada em relações capitalistas de homogeneização, fragmentação e segregação que a sociedade nem se dá conta, pois é como se o espaço fosse abstraído em função do tempo e que, no mesmo momento, suas dimensões, relações e movimentos fossem apagados, obscurecidos e esquecidos exatamente para que o capital possa fluir indiscriminadamente, provocando suas transformações e se apropriando do espaço.

De acordo Alvarenga e Santana (2015, p. 9):

É importante superar a “ilusão de transparência” que se constrói pela ideia de que a realidade se mostra no visível. A produção e organização do espaço no capitalismo se fazem como “fachada”, criando a ilusão de que aquela imagem construída para ser vista representa o todo das relações sociais que a compõem. Desta forma, os usos possíveis já estariam todos pré-determinados e só caberia ao seu habitante adequar-se às formas existentes (ALVARENGA; SANTANA, 2015, p. 9).

Gráfico 07 – Capacidade e instalações



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

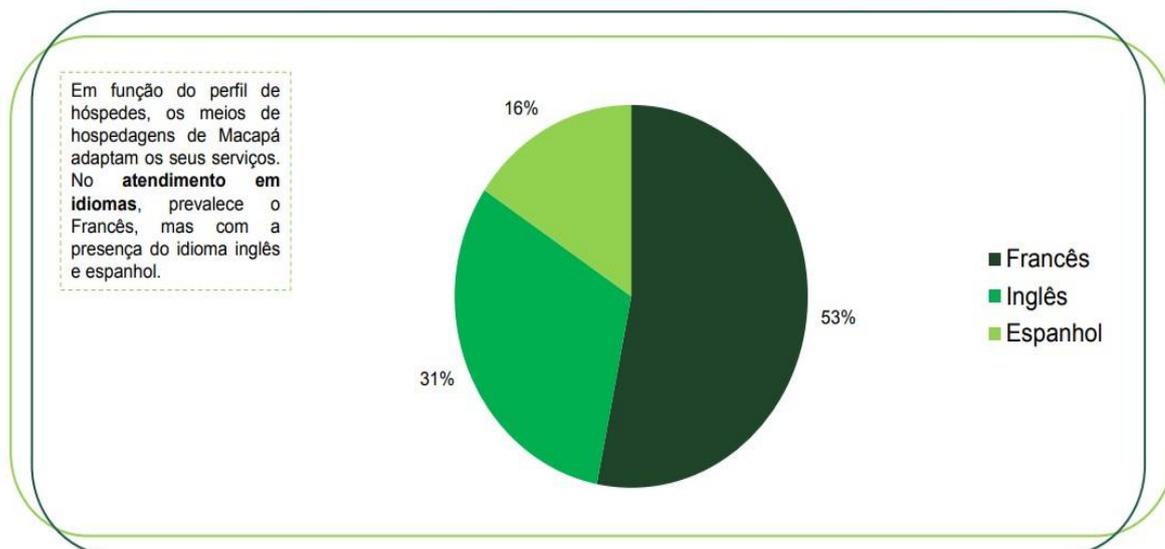
Outro ponto de elucidação dos empreendimentos e hospedagens que a natureza da investigação exigiu manifestação diz respeito à capacidade e instalações

hoteleiras e, nesse sentido, buscou-se informações precisas para a fundamentação que agrega as demais informações, sendo salutar expor a realidade das preferências das acomodações solicitadas pelos turistas, quando se apresentam as seguintes categorias: *single*, *double*, *triple* e outros, situação que varia conforme o ingresso de turistas no estado do Amapá e ainda pela própria situação financeira de cada grupo de turistas.

O gráfico 07 ilustra as preferências dos turistas externos e internos no que concerne às categorias. Registre-se, portanto, que a categoria *single* se encontra no topo das solicitações atingindo 33% das preferências entre os turistas. Na sequência, apresenta-se o *double* como segunda maior solicitação, registrando 25% delas. A opção *triple* alcança 20% da preferência dos turistas e 23% solicitam outras categorias de acomodação. Essa realidade apresenta-se consoante à estrutura e forma de turismo, uma vez que os turistas são aqueles que ingressam no estado somente com esse fim, mas ainda se consideram aqueles que ingressam no trabalho e aproveitam para fazer um turismo.

A lógica do capital, Santos (1993), Alves, (2007) e Harvey, (2005) contribuiu para a produção e reprodução do espaço a partir de homogeneidades, principalmente, articuladas em múltiplas escalas, mas destacadamente é enfatizada a escala global, cujo intento é inserir o espaço no contexto econômico mundializado pregando uma unificação dos procedimentos, inclusive das técnicas, para que não haja impedimentos à produção e à reprodução do capital de maneira fluída no e pelo espaço, Bauman (2001).

Gráfico 08 – Atendimento em idiomas



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Como a investigação que diz respeito aos múltiplos usos do território turístico na Amazônia, com foco no estado do Amapá, não se pode negar na investigação algumas considerações acerca dos idiomas, pois essa realidade leva a crer que há o ingresso de turistas de outros países no Amapá, em especial pelas questões naturais e ambientais, questão em que se deve ter preparo técnico ao atendimento de uma demanda internacional.

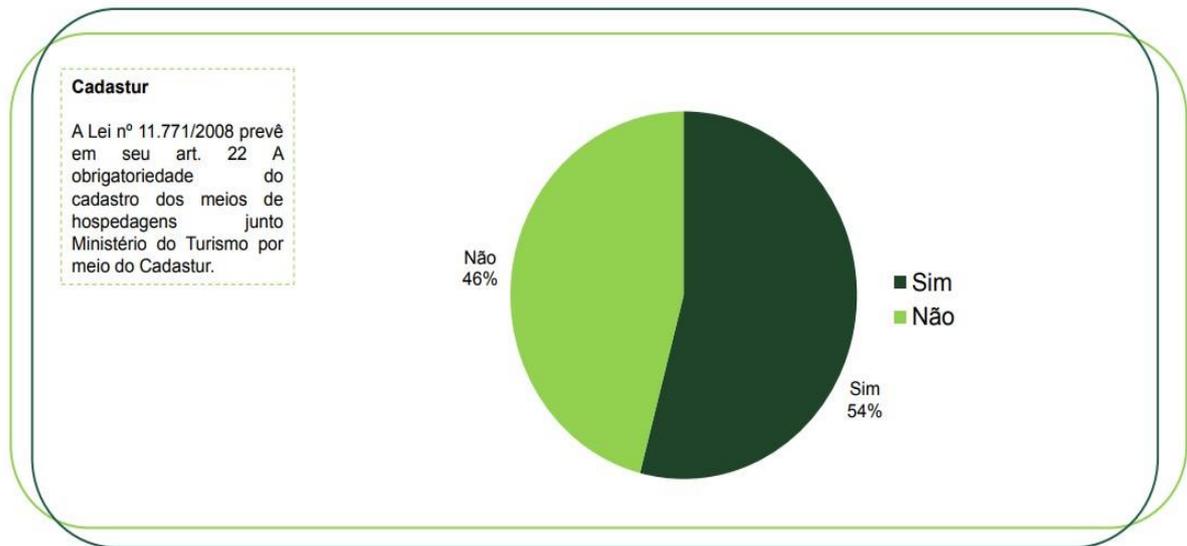
O fato de o Estado do Amapá apresentar área florestal de 97% preservada, dado que chama a atenção de turistas de diversos países, mas que, entre outras questões, prima-se por esse atendimento, principalmente devido ao fato de o estado do Amapá ser fronteira com vários países, com maior escala turistas da Guiana Francesa, o qual tem ligação direta com o Estado, através do Município de Oiapoque.

Nesse sentido, no gráfico 08, fica evidente a ocorrência de alguns idiomas mais utilizados no atendimento de turistas que ingressam no estado do Amapá. Sendo assim, no ranking dos idiomas, o francês lidera nessa utilização, pois alcança um percentual de 53% de utilização na área turística. Em segundo lugar, desponta o inglês, utilizado no atendimento de turistas por um percentual de 31%. Mas, é cabível a reflexão de que, mesmo em pouca escala, utiliza-se também o idioma espanhol, o qual aparece com 16%. Essa realidade leva a crer as proximidades de países ao

estado do Amapá que falam esses idiomas, a exemplo de Venezuela e, além disso, acentua-se o francês justamente em função da fronteira com a Guiana Francesa.

Fica evidente que o território somente se origina quando os atores territorializam o espaço, isto posto, metaforicamente por Raffestin (1993, p. 144) quando ressalta que “o espaço é a “prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si”, esta prisão original é entendida como espaço dado semelhante uma matéria-prima, uma vez que entende o espaço como sendo à primeira natureza, primitiva, intocada que é referenciada por Karl Marx, quando nela acontecem as relações sociais por meio da *práxis* humana “transforma-se de natureza ou espaço natural em sociedade que, por sua vez, ao se apropriar deste espaço o transforma em território [...]. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”, Raffestin (1993, *op. cit.*).

Gráfico 09 – Realização de Cadastur



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Ainda sobre empreendimentos e hospedagem fizemos uma investigação voltada à gestão empresarial pela realização de cadastro na *cadastur* como órgão do Ministério do Turismo no Brasil. Esse cadastro é importante para que se tenha um mapa dos múltiplos usos dos territórios turísticos no Brasil, sendo o que leva o ministério a elaboração de políticas públicas ao nível nacional que se possa lançar para alavancar o turismo brasileiro e nesse sentido fomentar financeiro para

enriquecimento das atividades turísticas nos estados brasileiros que fazem parte da federação.

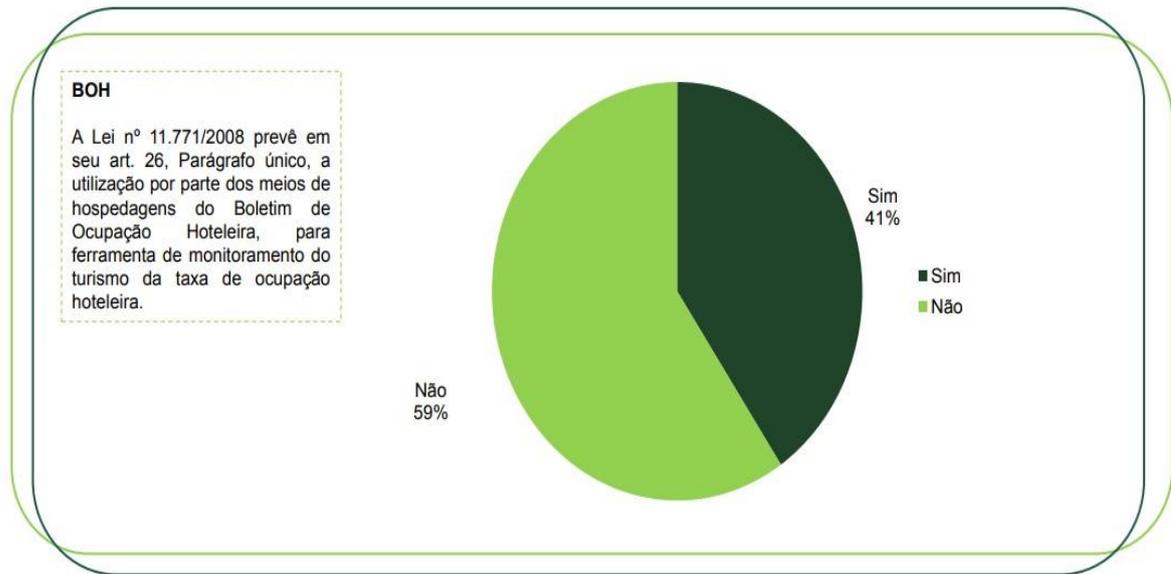
Para otimizar a elucidação dessa realidade, fizemos uma investigação no órgão responsável pelo turismo no estado do Amapá que pudesse retratar essa questão. Sobre o cadastro no *cadastur*, destaque-se que este aparece como exigência da Lei n. 11.771/2008, legalidade que é exigida no seu artigo 22 como obrigatoriedade de cadastro no *cadastur* dos meios de hospedagem no Ministério do Turismo.

Assim, registra-se no gráfico 09, que a maioria dos meios de hospedagem no Estado do Amapá tem o efetivo cadastro no *cadastur* na medida em que 54% dos meios de hospedagem afirmaram que apresentam tal cadastro. Mas há uma preocupação nesse sentido, até porque inviabiliza maiores investimentos nesse campo, pois ainda é alto o número de meios de hospedagem sem tal cadastro, visto que 46% deles não tomaram a cabível providência em obediência a legislação pertinente.

O território como delimitação, apropriação, disputa e pertencimento que está interrelacionado com a política e o solo, segundo Souza (2000) o primeiro grande autor da Geografia Política, o alemão Friedrich Ratzel, nos oferece, por meio de sua obra *Politische Geographie*, Ratzel (1974) exemplos da relação exclusiva que há entre o Estado e o solo. Logo:

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo [*boden*] imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através da interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir (RATZEL, 1982, p. 4).

Gráfico 10 – Boletim de ocupação hoteleira



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

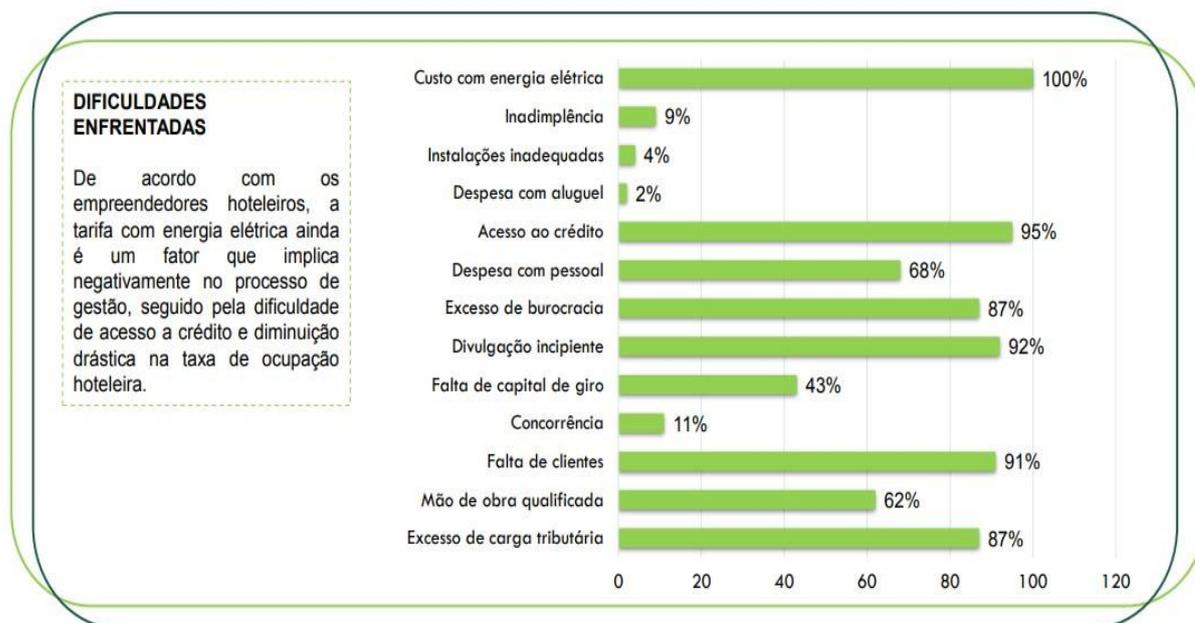
O momento da investigação registrada sob o prisma do boletim de ocupação hoteleira também surge aqui como elemento indispensável para que o Ministério do Turismo viabilize o lançamento de políticas públicas para o turismo no Brasil, atentando para as especificidades de cada região e estado. A explanação foi elencada devido à preocupação com a tímida efetivação desse boletim, uma vez que o gráfico acima revela que os meios de hospedagem não oficializam na maioria esses boletins ao Ministério do Turismo.

No gráfico 10, constata-se que a maioria dos meios de hospedagem não enviam ao Ministério do Turismo o boletim de ocupação hoteleira na medida em que se tem registrado que 59% dos meios de hospedagem isentam-se dessa importante tarefa. Apenas 41% dos meios de hospedagem tomaram essa providência, o que pode acarretar a falta de investimentos do setor turístico. Essa é uma exigência legal contida na Lei n. 11.771/2008 fixada em seu artigo 26, o que não está sendo providenciado na sua maioria.

O dinamismo do território está representado pelo conjunto de ações e poderes expressados nas formas, funções, processos e estruturas do espaço, segundo Santos (1999, p. 07) o “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história

do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Em vista disso, pressupõe compreender os aspectos funcionais, a lógica política e econômica expressa nas relações sociais de produção e de poder, já que elas contribuem para entender o território e seus componentes indissociáveis tanto na realização de funções, quanto na produção de significados (HAESBAERT, 2002).

Gráfico 11 – Dificuldades enfrentadas



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

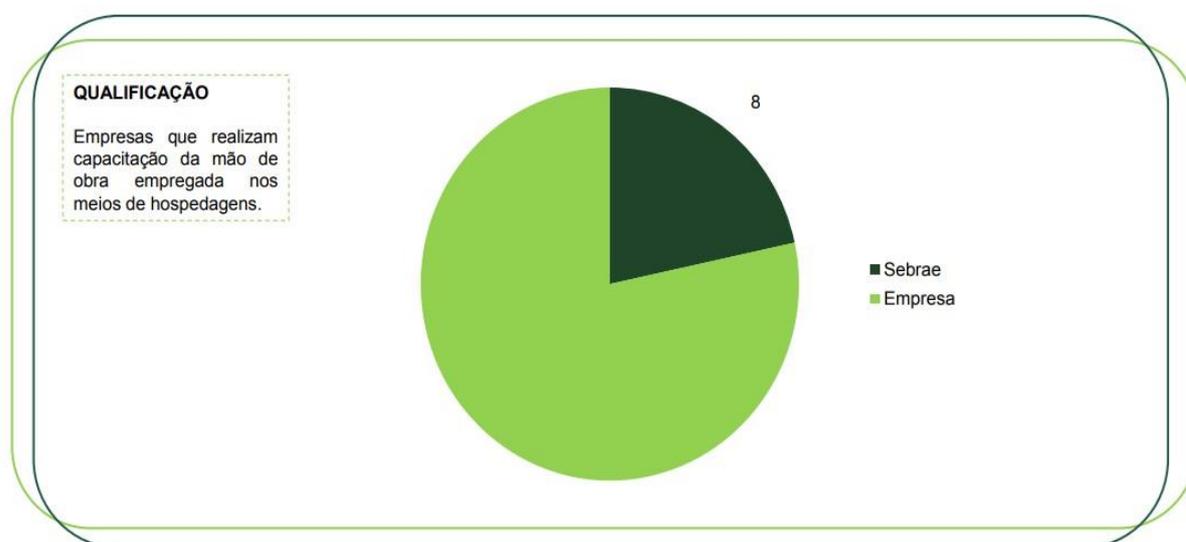
No contexto das dificuldades enfrentadas pelos meios de hospedagens, buscou-se informações para o esclarecimento sobre os empecilhos no sentido de ampliação dos negócios no tocante ao empreendimento existente no ramo da hotelaria que absorve turistas no estado do Amapá. Assim, destacou-se diversos elementos a respeito, como: custos com energia elétrica, inadimplências, instalações inadequadas, despesas com aluguel, acesso ao crédito, despesas com pessoal, excesso de burocracia, divulgação incipiente, falta de capital de giro, concorrência, falta de clientes, mão de obra qualificada e excesso de carga tributária, situações que por certo tem responsabilidade no lento desempenho no ramo da hotelaria.

O gráfico 11 elenca todos esses itens sobre as dificuldades enfrentadas e nele aparece claramente com 100% como maior dificuldade os custos com energia elétrica. A segunda maior dificuldade esbarra no difícil acesso ao crédito para o enriquecimento do negócio e como terceira dificuldade se apresenta a falta de ocupação hoteleira, ou

seja, a falta de clientes. Assim, os índices vão apontando as dificuldades com suas menores escalas com a atribuição de dificultar o enriquecimento e ampliação desse setor no que diz respeito ao atendimento dos turistas no estado do Amapá com maior comodidade e diversificação das opções.

A totalidade social é uma construção da relação do homem com a natureza inscrita, produzida e condicionada no espaço, ou seja, a natureza e o homem são intrínsecos e indissociáveis, de modo que há uma história natural e uma natureza histórica que são mútuas (SALATEL, 2008). Ambas foram produto da evolução e construção espacial que ora condiciona e que ora é condicionador, movimento que ocorre estimulado pelo próprio espaço e possibilita o seu caráter eminentemente social, segundo Santos (1982, p. 9) “o movimento do espaço, isto é, sua transformação, constitui, na realidade, uma modalidade de transformação de uma multiplicidade, quer dizer, da sociedade global, objeto real mais abstrato, em objetos concretos, fruto de sua própria determinação”.

Gráfico 12 – Qualificação de mão de obra



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

No que tange à qualificação da mão de obra absorvida nos negócios hoteleiros no estado do Amapá, vale destacar que as iniciativas não partem do setor público como política de formação ao ramo hoteleiro e nem turístico. Isso acontece de forma

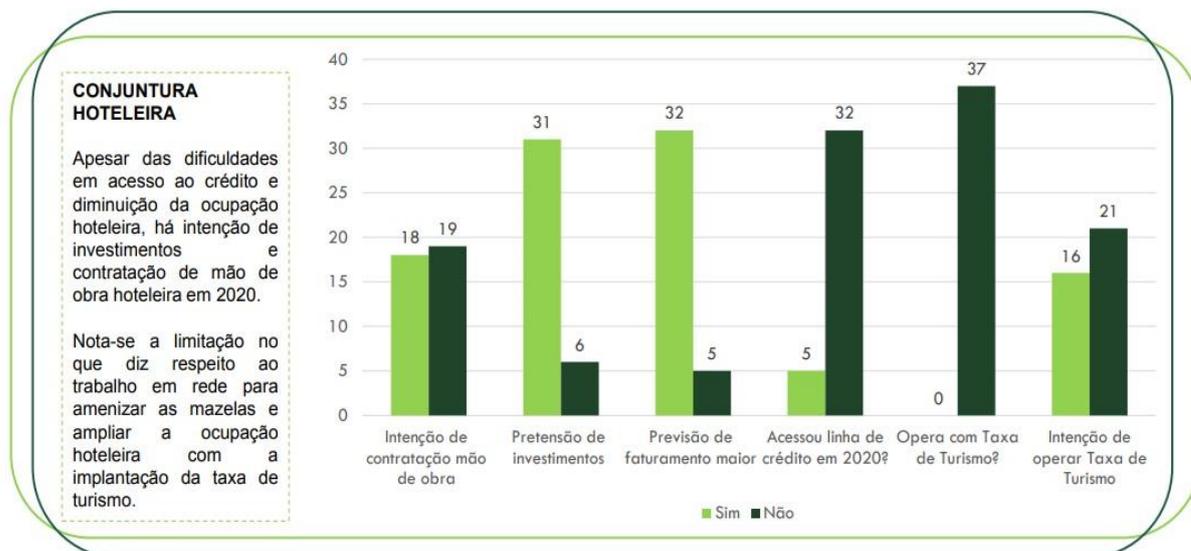
isolada em cursos de curta duração, o que não abrange todas as categorias, tanto que o gráfico 12 aponta a maior escala como iniciativas de empresas privadas a respeito.

O gráfico 12 destaca que a maior parte, ou seja, 92% das qualificações de mão de obra que desenvolvem atividades laborais nos hotéis e afins são realizadas por empresas privadas, tendo ainda a participação do SEBRAE com 8% de formas de qualificação contribuindo para a atuação nesse meio. Nota-se então as dificuldades que se enfrenta nesse sentido de contar com os profissionais qualificados e ainda com a formação continuada que a questão requer, uma vez que não há no Estado uma política efetiva de qualificação de mão de obra para atuação nos meios de hospedagens.

Portanto, trata-se de um processo conflituoso, dinâmico e potencializador de alterações significativas no espaço, tais ações são provenientes da apropriação social, que é conduzida pela lógica do capital estabelecida, o que faz surgir diferentes territorialidades, des-territorialidades e as re-territorialidades, Raffestin (1993); Haesbaert (2006) e Saquet (2015), compondo o processo de territorialização, de maneira que estabelece uma nova formação e configuração territorial. De acordo com Machado (2016, p. 36):

A territorialização corresponde então ao processo de formação de um território, e depende do conjunto de objetos e de ações de diversos agentes, sejam firmas, órgãos públicos ou indivíduos. É física e material, e está vinculada aos aspectos políticos e econômicos. A territorialidade, por sua vez, está direcionada à área de influência de indivíduos e grupos sociais, sendo eminentemente vinculada à esfera social.

Gráfico 13 – Conjuntura hoteleira



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Tratar da conjuntura hoteleira é de fundamental importância neste momento, pois esclarece um fiel cenário amplo da realidade hoteleira que absorve turistas no Estado do Amapá. Nessa perspectiva, encontram-se em evidências questões como a intenção de contratação de mão de obra, pretensão de investimento, previsão de faturamento maior, acessou linha de crédito em 2020 opera com taxa de turismo? Essas questões mostram as verdadeiras intenções no desenvolvimento do turismo no estado do Amapá, o que leva a crer sobre o agir com má fé ou não daqueles que detêm empreendimento nessa área de atuação, mas valendo ressaltar que determinadas situações ocorrem justamente por falta de incentivos no ramo turístico e conseqüentemente nos negócios hoteleiros.

No gráfico 13, está clara a conjuntura na medida que se opta ou não por certos investimentos considerando o contexto vivido no ramo em apreciação investigativa. Sobre a intenção da contratação de mão de obra, 18 estabelecimentos informam que sim e 19 deles afirmam que não tem essa intenção.

A respeito da intenção de investimento, aparecem 31 empreendedores afirmando que sim e 6 dizendo que não tem essa intenção. No que diz respeito à previsão de faturamento maior se destacam com 32 estabelecimentos esse desejo, mas 6 deles acreditam em não. Sobre ter acessado linha de crédito em 2020, 32

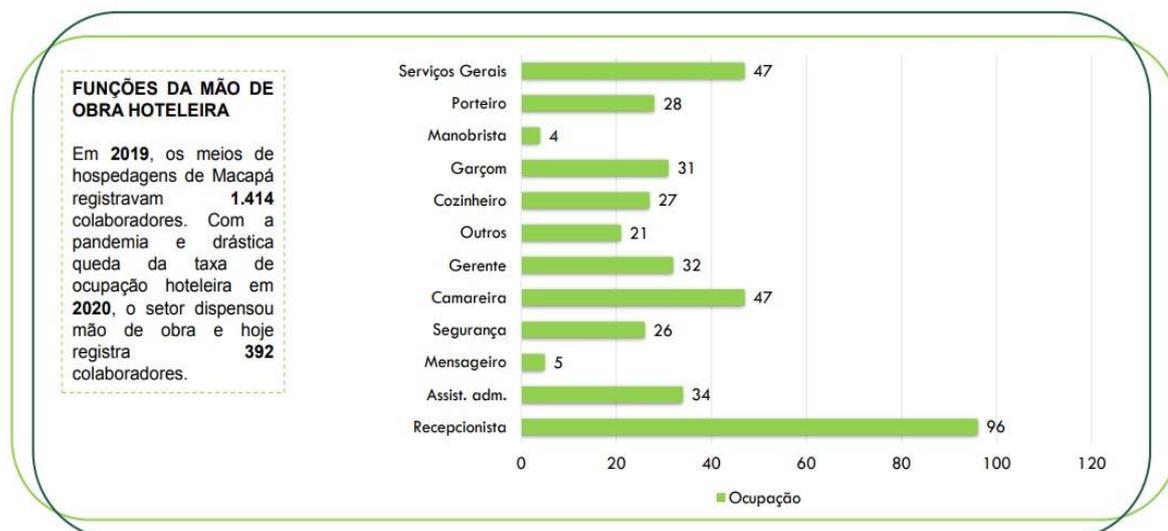
informaram que não e apenas 5 deles acessaram as linhas de crédito, sendo importante externar o momento pandêmico dessa situação.

A respeito da operacionalidade da rede hoteleira com taxa de turismo, registrou-se que os 37 estabelecimentos analisados informaram que não. Sobre a realidade da intenção sobre operar com taxa de turismo, 16 estabelecimentos têm a intenção, mas 21 deles responderam que não. Assim, esse cenário conjuntural explica os desafios e as possibilidades de enriquecimento do setor hoteleiro ao turismo no estado do Amapá.

Entender a dinâmica, modificações, oposições e conflitos que a territorialização provoca é adentrar no movimento contínuo e descontínuo, objetivo e subjetivo que se estabelece, sobretudo temporalmente e historicamente, nas ações providas nesse território, haja vista que as estruturas precedentes é que serão transformadas e darão nova roupagem ao processo de reestruturação produtiva. Segundo Saquet (2007b):

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades [...]. No território há temporalidades e territorialidade, descontinuidades, múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente. (SAQUET, 2007b, p. 69 e 73)

Gráfico 14 – Funções da mão de obra hoteleira



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Destaque-se, aqui, a questão das funções da mão de obra hoteleira. Esse é um importante ponto a se destacar, uma vez que a melhor receptividade e acomodação acontecem em função dos profissionais que atuam no setor hoteleiro. Como um parêntese se destaca que em 2019 o estado do Amapá contava com 1.414 profissionais que atuavam no ramo hoteleiro, com queda brusca no ano de 2020 com a pandemia quando se dispensou um número significativo de trabalhadores desse setor ficando apenas 392.

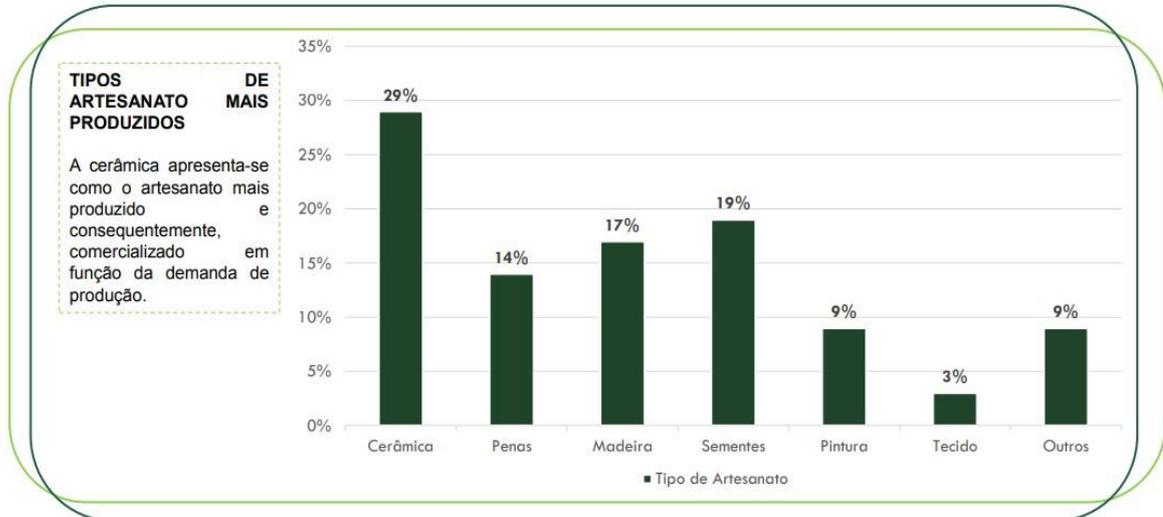
Há um destaque ao maior número de funções da mão de obra hoteleira registrada no gráfico 14 em se tratando de recepcionistas, num total de 96 deles atuando, em seguida aparecem serviços gerais com 47 deles e camareiros com também 47 deles nesse setor. Entre outras funções surgem porteiros, manobristas, garçons, cozinheiros, outros, gerentes, seguranças, mensageiros e assistentes administrativos com menor número atuando nos negócios hoteleiros.

A lógica do capital é estabelecida no território por meio de um jogo de poder entre os atores sociais envolvidos e seus interesses diversos que inevitavelmente faz surgir conflitos relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais, conforme Machado (2016):

O processo de territorialização turística leva então a criação dos “territórios turísticos”, nestes espaços se efetivam também as relações de poder entre os agentes envolvidos. Estes agentes são em sua maioria: os turistas; operadores turísticos; redes hoteleiras; empresas aéreas; restaurantes; hotéis e pousadas; e agências de viagens locais e externas que comercializam pacotes turísticos. (MACHADO, 2016, p. 35)

5.2.4 Artesanato

Gráfico 15 – Tipos de artesanatos mais produzidos no Estado do Amapá



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

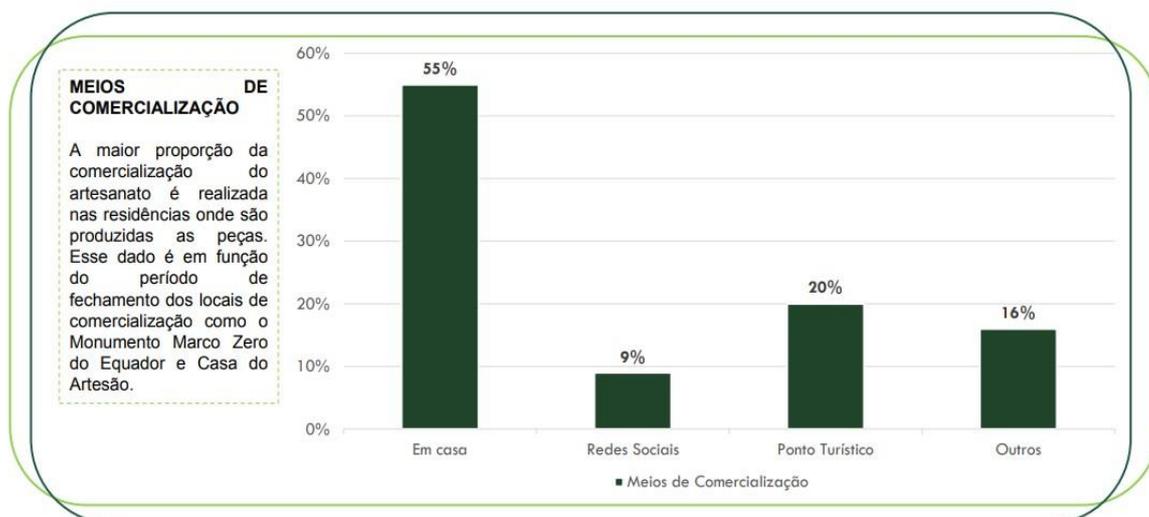
Neste momento refletimos acerca dos tipos de artesanatos mais produzidos no estado do Amapá, haja vista que o gráfico 15 aponta para os artesanatos de cerâmica, penas, madeiras, sementes, pinturas, tecidos e outros. Nesse cenário, apresenta-se de forma mais acentuada a utilização de artesanatos de cerâmica que carrega o percentual de 29% do total, seguido das sementes com 19%, da madeira com 17%, das penas com 14%, da pintura com 9%, outros também com 9% e de tecidos com apenas 3%. Vale ressaltar que os artesanatos são procurados como lembranças levadas do estado a partir de visitas turísticas, mas que também fomenta o turismo local.

Segundo Saquet (2007b, p. 26), a territorialidade é o “desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, da família, etc.; resultado e condição do processo de produção de cada território, cada lugar”. Assim sendo, cada território tem suas especificidades produzidas e reproduzidas pelas relações sociais, apropriações e campos de forças socioeconômicos e ambientais diariamente, da mesma maneira que constituem novas territorialidades.

Na análise e interpretação de Raffestin (1993, p. 45):

territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” e a “face agida” do poder.

Gráfico 16 – Meios de comercialização do artesanato

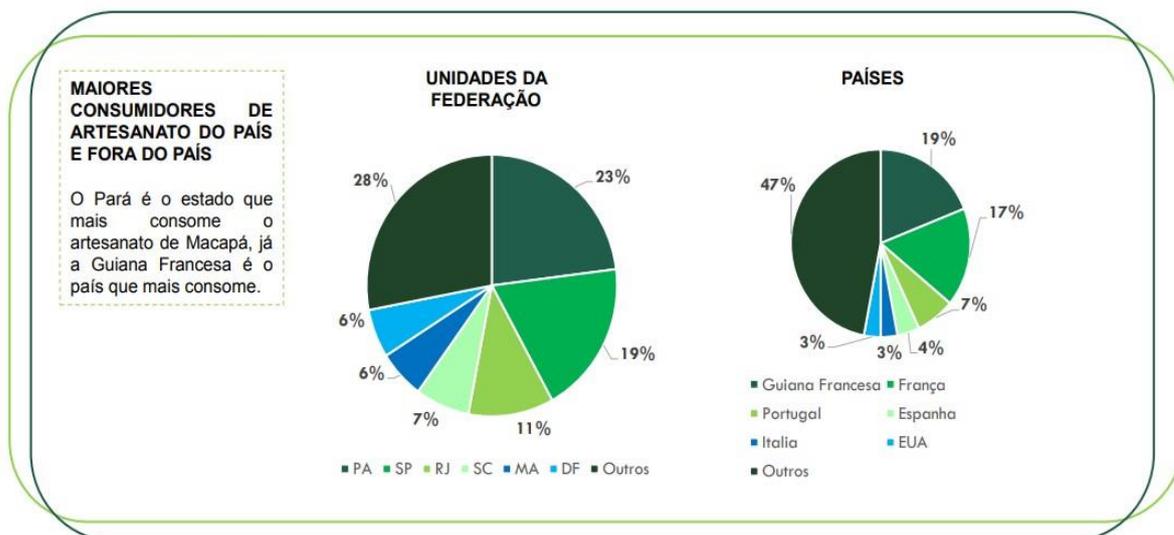


Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Outro ponto salutar da investigação sobre as regiões turísticas do estado do Amapá foi sobre os meios de comercialização do artesanato. Sobre essa questão se apresenta o gráfico acima com a indicação dos locais onde são comercializados os artesanatos. Com maior escala a comercialização dos artesanatos produzidos acontece na casa do artesão de maneira informal, pois esse dado registra 55% da comercialização. Destaque-se, ainda, que apenas 20% dessa comercialização se dá através de pontos turísticos. Na sequência, registra-se que 9% acontecem nas redes sociais e 16% em outros locais.

Pensar os processos de territorialização, ou seja, a formação de territórios, como um processo concomitantemente des-territorializador e, portanto, des-ordenador, não é tarefa fácil. Implica, em primeiro lugar, substituir as leituras estanques, “euclidianas”, de território como uma área ou superfície relativamente homogênea e dotada de limites ou fronteiras claramente estabelecidas. Devemos partir da constatação de que o espaço geográfico é moldado ao mesmo tempo por forças econômicas, políticas, culturais ou simbólicas e “naturais” que se conjugam de formas profundamente diferenciadas em cada local. (HAESBAERT, 2006, p. 120-121)

Gráfico 17 – Maiores consumidores do artesanato no país e fora do país



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

A investigação sobre os múltiplos usos do território turístico no Estado do Amapá, o que resultou nesta produção científica, se direcionou ainda para registro de conhecimentos sobre os maiores consumidores do artesanato no país e fora do país.

O primeiro gráfico destaca o Estado do Pará no topo desse consumo quando se registra que 28% deste produto é consumido por ele. Na sequência, encontram-se São Paulo que se destaca com 23% de consumo, Rio de Janeiro com 19% em aquisição do artesanato amapaense, Santa Catarina com 11%, Maranhão com 7%, Distrito Federal com 6% e outros também com 6%. Isso implica pensar que o artesanato não é somente produzido enquanto peça de decoração, mas que sua produção carrega um pouco da história do povo amapaense, sendo então de maior familiarização com o estado vizinho que é o Pará, o qual tem registrado maior fluxo turístico no Amapá.

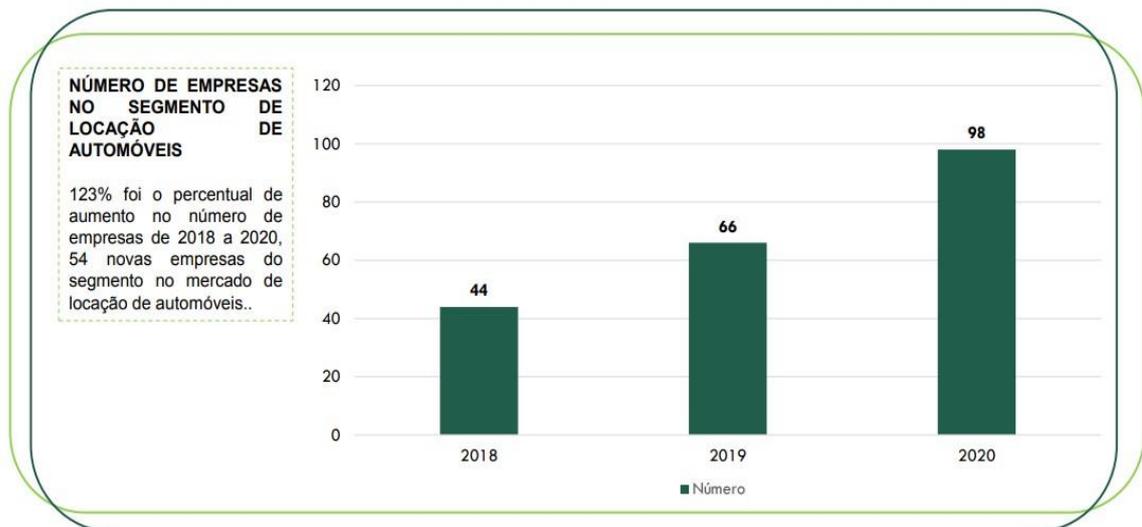
O segundo gráfico ilustra os países consumidores do artesanato amapaense por turistas, que, por motivos diversificados, frequentam o estado. Sobre esse consumo, há um destaque considerável pelos turistas da Guiana Francesa, país que faz fronteira com o estado do Amapá, uma vez que se apresenta com 47% do consumo do artesanato. Outros países, além do que foram apontados no gráfico, detêm 19% do consumo. Há a marca de 17% desses produtos serem absorvidos pela França, seguido de 7% por Portugal, 4% pela Espanha, 3% pela Itália e 3% pelos Estados

Unidos. Com esse cenário, constata-se que há um considerável consumo do artesanato produzido no estado do Amapá por diversos países, o que permite a reflexão da necessidade de maior fomentação para chamar mais atenção dos turistas.

[...] a territorialização turística permitirá que os lugares e regiões transformem suas vantagens comparativas, proporcionadas pelo seu capital natural e cultural, em vantagens competitivas, assegurando a continuidade do dinamismo e contribuindo para promover, com uma determinada autonomia, um efetivo desenvolvimento socioeconômico (SILVA; SILVA, 2006, p. 192193)

5.2.5 Locação de automóveis

Gráfico 18 – Número de empresas no segmento de locação de automóveis



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

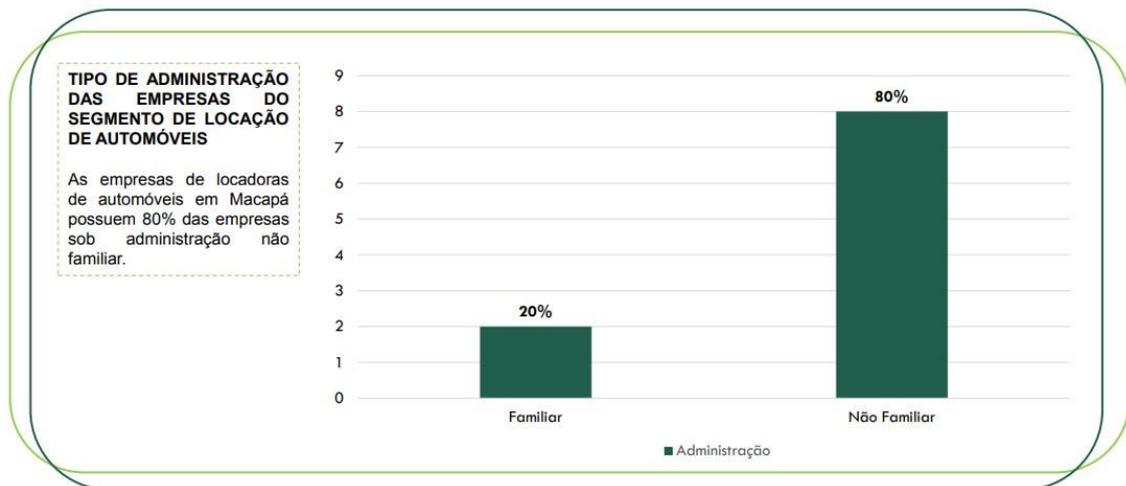
Neste momento, fazemos uma explanação investigativa a respeito do número de empresas de locação de automóveis no estado do Amapá com a característica de atendimento aos turistas que frequentam a região, o que se procede com vistas aos anos de 2018 a 2020. Em 2018, podia-se contar com um total de 44 empresas de locação de automóveis, número que tem apresentado significativo aumento, pois, em 2019, aumentou para 66 empresas nessa atuação e, em 2020, houve, então, uma aceleração nas instalações de empresas nesses ramos, tanto que nesse ano se registrou a existência de 98 empresas, com aumento percentual de 123% com relação ao ano de 2018. Isso mostra que a demanda teve crescimento e os negócios turísticos se manifestaram em crescimento.

Segundo Saquet (2007b, p. 26), a territorialidade é o “desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, da família, etc.; resultado e condição do processo de produção de cada território, cada lugar”. Assim sendo, cada território tem suas especificidades produzidas e reproduzidas pelas relações sociais, apropriações e campos de forças socioeconômicos e ambientais diariamente, da mesma maneira que constituem novas territorialidades.

Na análise e interpretação de Raffestin (1993, p. 45):

territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” e a “face agida” do poder.

Gráfico 19 – Tipo de administração das empresas do segmento de locação de automóveis



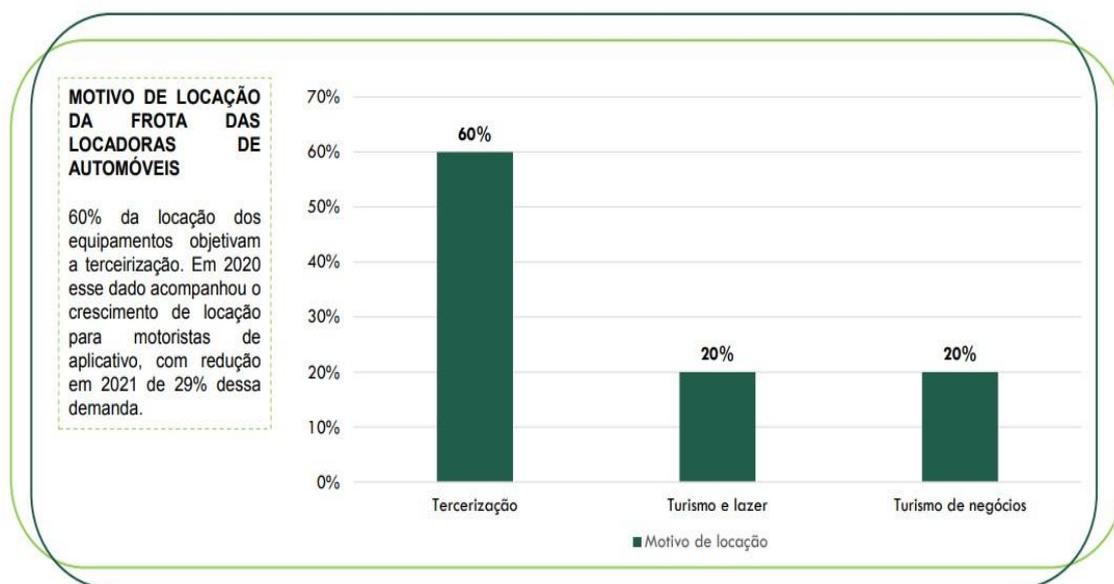
Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Destacamos, aqui, exposição acerca do tipo das empresas de locação de automóveis no estado do Amapá, o que tem um cenário de atuação considerável na formalidade, pois o gráfico 19 aponta para um registro de que 80% das empresas de locação de automóveis atuam no ramo com vistas ao atendimento em especial dos turistas que transitam no estado do Amapá. Porém, há ainda a constatação de que 20% desse atendimento se encontra na informalidade sendo executados por famílias que realizam essa atividade como renda única ou extra de subsistência. Nesse caso,

é importante destacar as que primam pela formalidade, uma vez que seus usuários podem contar com seguros de que providenciem ressarcimento de perdas ou acidentes e com registros oficiais a respeito.

Silveira (2002) destaca que, no período contemporâneo, o uso do território foi extremamente seletivo, em virtude de que as camadas mais pobres terem sido segregadas, excluídas e expropriadas dos investimentos e das políticas públicas do estado, ações que promovam a aceleração das desigualdades socioespaciais, enquanto se potencializava a inserção de variadas atividades econômicas e diferentes formas de apropriação social do território, isto é, os múltiplos usos do território favorecidos por iniciativa estatal paralelamente coadunados por interesses do mercado.

Gráfico 20 – Motivos das locações das frotas das locadoras de automóveis

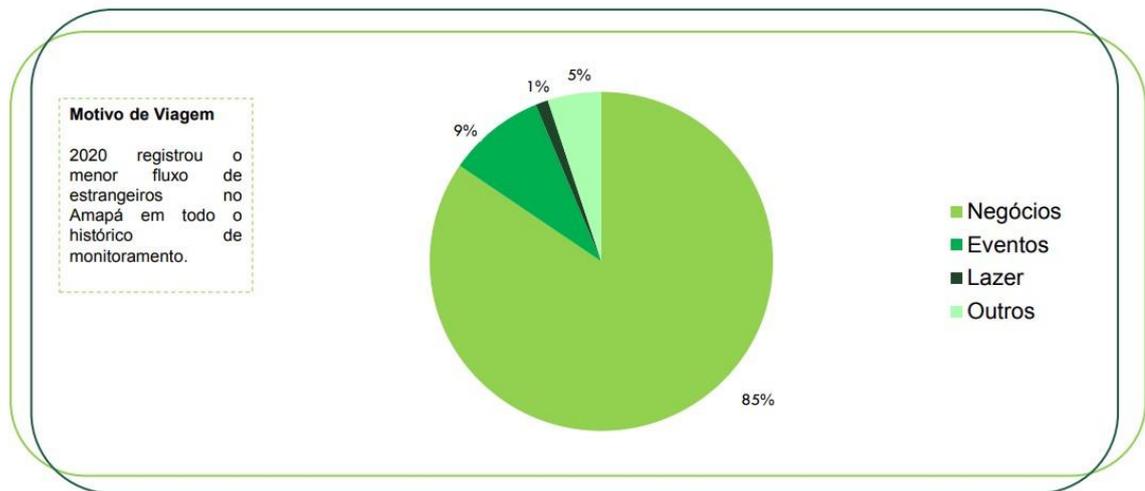


Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Um outro destaque a respeito da locação de automóveis, considerando as atividades turísticas no estado do Amapá corresponde aos motivos das locações das frotas das locadoras de automóveis. Nesse prisma, pôde-se constatar que houve um crescimento da terceirização em função da instalação dos motoristas de aplicativos, o que mostra, no gráfico 20, um percentual de 60, em meio à terceirização, mas destaca apenas 20% sob a ótica do turismo e lazer e 20% na perspectiva do turismo de

negócios. Note-se que há uma demanda de oferta para o atendimento dos turistas internos e externos para a locação de automóveis.

Gráfico 21 – Motivo de viagem dos turistas



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

As regiões turísticas no estado do Amapá direcionaram a investigação ainda para o registro de conhecimentos científicos sobre os motivos das viagens ao estado por turistas. Nesse sentido, o gráfico 21 destaca que o motivo com maior índice se encontra no tocante a negócios, inclusive alcança percentual significativo uma vez que 85% dos turistas entram no estado em virtude de vir realizar alguma atividade laboral e inclui o turismo em sua agenda. Destacando-se com 9%, está o motivo de eventos quando esse número ao nível de percentual acontece na medida de acontecimentos no estado. Logo, 1% procura o Amapá para o turismo como lazer e 5% dos motivos não estão identificados especificamente.

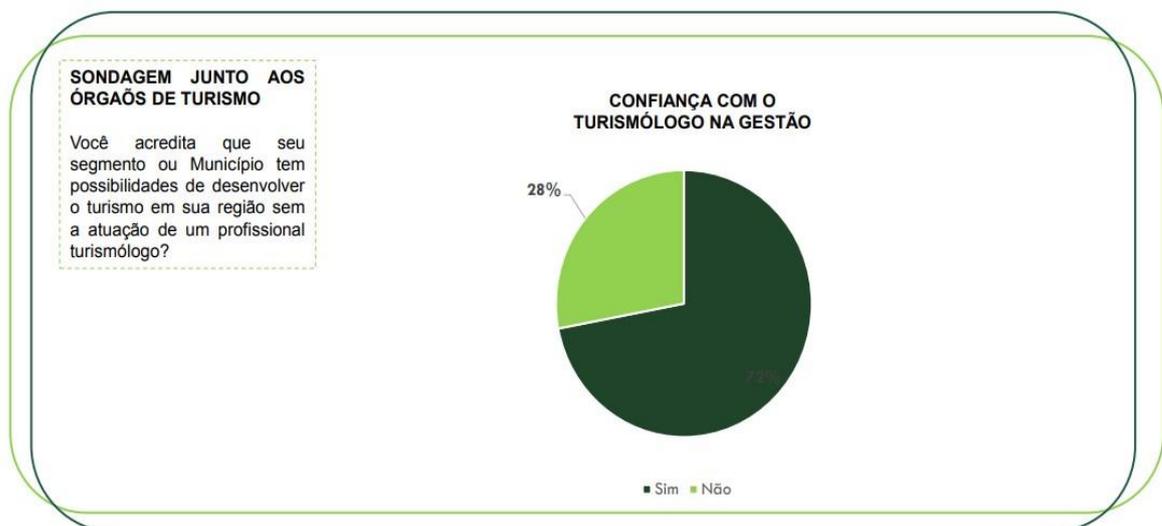
O turismo é conceituado pela OMT (2003, p. 18) como “as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou outros objetivos”. É cabível, aqui, o registro da ausência das dimensões social e ecológica, apenas sendo destaque o contexto econômico, entretanto, a atividade pode contribuir com efeitos diversos nas mais variadas dimensões. Com isso, surgiram críticas e formulações de conceitos que pudessem abarcar, de fato, o embasamento totalitário do turismo. Importante destacar

que, no início do século XX, o pesquisador Oscar de La Torre conceituou o turismo como:

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1997, p. 19)

5.2.7 Turismólogos

Gráfico 22 – Confiança com turismólogo na função



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

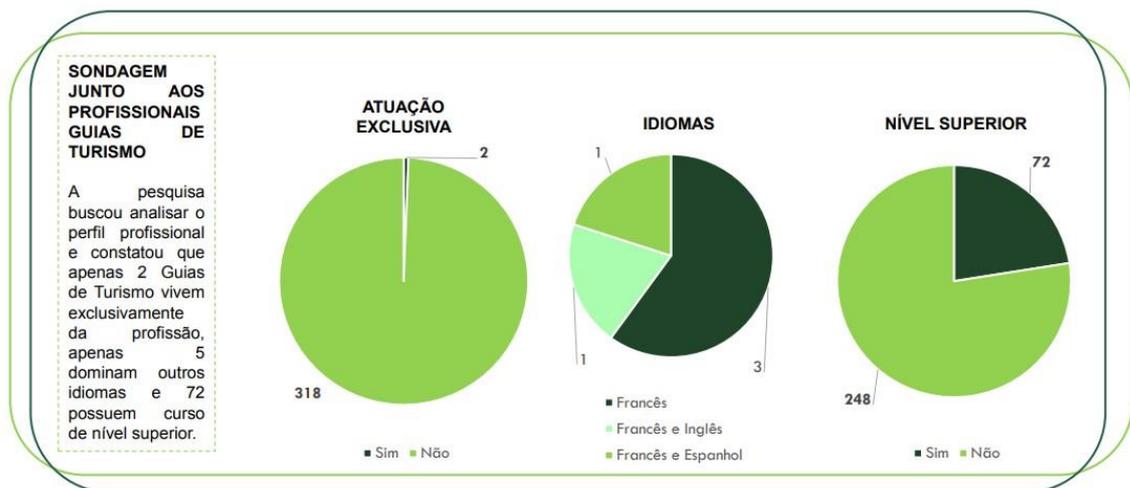
Essa é uma questão que foi necessária para registro que pudesse fundamentar esta tese como mais um elemento dos múltiplos usos do território turístico no estado do Amapá, visto que urge a atuação de profissionais qualificados para a observância da oferta de serviços de qualidades, pois os aspectos técnicos da área serão mais bem viabilizados para a satisfação dos clientes, que, nesse caso, se trata com o exercício do turismólogo, considerando o título em apreciação. Sobre essa situação houve, uma manifestação entre os turistas que se constata no gráfico 22, de modo que 72% dos entrevistados asseguram maior confiabilidade nos aspectos turísticos quando podem contar com os turismólogos à frente da gestão de tal atividade. Sabe-se da importância

dos profissionais qualificados em função do agregamento de conhecimentos técnicos, políticos e humanos em suas atuações.

[...]o processo de apropriação de trechos do espaço pelos agentes do turismo para a implantação da atividade turística, pela inclusão de novos fixos e/ou da re- funcionalização de outros já existentes e de novos fluxos e relações que caracterizam o turismo como fenômeno socioespacial contemporâneo. (FRATUCCI, 2008, p. 66)

5.2.8 Guias de turismo

Gráfico 23 – Sondagem aos profissionais guias de turismo



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Acerca do gráfico 23, buscou-se investigar para dar maior suporte à pesquisa sobre os múltiplos usos do território turístico no estado do Amapá sobre a sondagem aos profissionais guias de turismo, uma vez que estes têm fundamental importância em todo o processo de turismo, pois conduzem os turistas de forma sistematizada para o alcance com eficiência de contemplação do que desejam conhecer. Nesse sentido, foi feito um trabalho com vistas a três questões que se acreditou de relevância, que foi os guias de turismo sob o foco de atuação exclusiva, idiomas que dominam e a formação de nível superior.

No gráfico 23, fica perceptível a atuação exclusiva, indicando que a profissão não fornece subsídio financeiro para a atuação específica, pois, dos 320 guias de

turismo investigados, apenas 02 atuam exclusivamente na área, mas, como o negócio apresenta suas fragilidades, 318 guias de turismo trabalham em outras frentes para a garantia da subsistência. No tocante aos idiomas, observa-se, no gráfico, que apenas três dos guias de turismo dominam o idioma francês, 01 domina francês e inglês e 01 domina francês e espanhol.

Sobre a questão da formação em nível superior, está registrado que 72 guias de turismo, apenas, possuem o nível superior e 248 deles não possuem formação ao nível de graduação. Não se pode deixar de refletir que a formação dos guias de turismo é essencial ao melhor desempenho de suas funções, de forma que pelo fato de um número considerável de guias de turismo não se apresentar com formação em nível superior acarreta fragilidades no serviço ofertado.

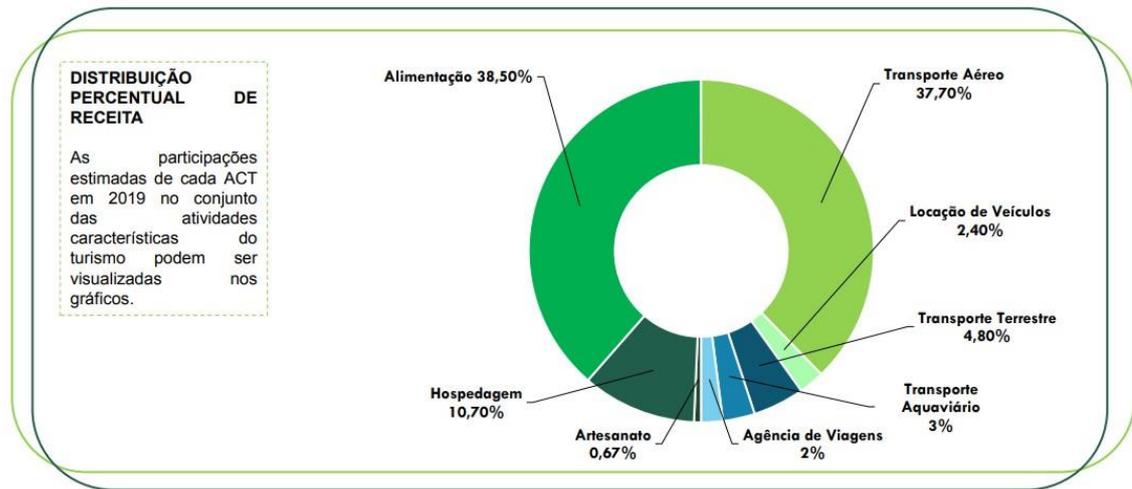
A atividade turística é bastante complexa e articula-se nas dimensões econômica, social, ecológica, cultural e até institucional, por isso, se faz necessário um planejamento e uma gestão articulada e participativa que possa garantir a gestão dos conflitos e o equilíbrio das ações voltadas para a inserção do turismo no território. De acordo com Ruschmann (2001, p. 9), tal atividade:

[...] consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que destroem ou reduzem sua atratividade.

Em face deste excerto, entende-se que seja fundamental um planejamento e uma gestão voltados à constituição da atividade, como também é preciso respeitar as especificidades locais.

5.2.9 Economia do turismo

Gráfico 24 – Distribuição percentual de receita



Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Esse quesito adentra na visualização da economia, relacionando-a aos múltiplos usos do território turístico no estado do Amapá, uma vez que se observa em percentual de 100% e sua distribuição em cada categoria sobre a distribuição percentual de receita. Assim, é possível perceber claramente as manifestações do turismo no que concerne à receita que sustenta a sua área específica, mas que permite outra visualização que é sua atuação na contribuição da economia com o estado do Amapá, na região Norte e, conseqüentemente, no Brasil, devido aos tributos que são direcionados às esferas municipal, estadual e nacional.

No que tange a essas considerações, constata-se, no gráfico 24, esses percentuais bem definidos, uma vez que agregam elementos de receita como: transporte aéreo, locação de veículos, transporte terrestre, transporte aquaviário, agências de viagens, artesanato, hospedagem e alimentação. Nesse contexto, registra-se que o transporte aéreo detém 37,70% da receita; a locação de veículo alcança 2,40%; o transporte terrestre chega a 2,80% da receita do turismo no estado do Amapá; o transporte aquaviário detém 3% da receita; as agências de viagens registram o controle de 2% dessa receita; o artesanato, por sua vez, alcançou 0,67% da receita; a hospedagem detém 10,70%; e o setor de alimentação dominando a receita no turismo com 38,50% do total da receita com vistas aos múltiplos usos do território turístico no estado do Amapá.

A complexidade da relação, território e turismo, estabelecida com o processo de turistificação, Knafou, (2001), Cruz, (2000, 2003, 2007), Fratucci, (2008) e Yázigi, (2009) faz parte do discurso intervencionista das esferas pública e privada na organização, estímulo e desenvolvimento da atividade, cujo intuito é atender às demandas das grandes corporações do turismo, conseqüentemente, da lógica do capital, Calvente *et al*, (2008) e retroalimenta “uma das mais dinâmicas atividades da economia global da atualidade”, Fratucci (2008, p. 91)

Tabela 01 – Participação na Economia Local

PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA LOCAL							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Diárias/ano	716.936	262.781	104.601	162.753	174.145	259.948	107.436
Média de hospedagem (Diária)	04	03	03	03	03	04	07
Valor médio da diária (R\$)	180,00	180,00	180,00	180,00	220,00	220,00	180,00
Número de hóspedes	179.234	87.593	34.867	54.251	58.048	64.987	15.348
PIB hoteleiro (milhões R\$)	129	47,3	18,8	29,2	38,3	84,2	19,4
Gasto médio hóspede/dia (R\$)	275,00	290,00	290,00	290,00	315,00	328,00	340,00
Gasto do turista no destino (milhões R\$)	197,1	76,2	30,3	47,2	54,0	97,3	36,5

Fonte: Pesquisa de campo Abrasel 2021 e IMATur

Neste momento, a par das informações da tabela 01, reflete-se a participação do turismo na economia local que, mesmo sem todo o incentivo necessário ao nível de investimentos locais, apresenta significativa receita à economia local, fazendo girar um montante financeiro que abastece diversos setores da economia do estado do Amapá. Tal informação pode ser visualizada a partir de elementos como diárias/ano, média de hospedagem (diária), valor médio da diária, número de hóspede, PIB hoteleiro (milhões), gasto médio hospedagem/dia e gasto do turismo no destino (milhões), sendo esses elementos que permitem uma visão ampla da forma que o turismo no estado do Amapá agrega a economia do todo, com sua contribuição, mesmo em se tratando de existência que agrega uma série de fragilidades.

A tabela 01 faz uma explanação da contribuição do turismo à economia local, assim, registrando aquisição de verbas considerando o período de 2014 a 2020. Vale

lembrar que as considerações dos valores do ano de 2020 estão em destaque, onde se constata as quedas em cada categoria, o que se atribui ao momento pandêmico.

Com a visualização da tabela, fica perceptível a significativa contribuição do turismo à economia local e isso não se altera com maior força em virtude da não existência de fomentação na área, o que pode alavancar mais a economia local se houvesse políticas públicas para investimentos que se pudesse tratar o turismo como permanente e não com ações isoladas como se vê claramente no estado.

O Amapá é um estado com belas e grandiosas riquezas naturais, o que atrai pessoas de grandes distâncias inclusive para a contemplação, mas peca na medida em que não investe em infraestrutura para tal. O resultado de desenvolvimento do Estado na área do turismo, mesmo que de forma tímida, se encontra registrado na tabela em apreciação.

Os conceitos de desenvolvimento e crescimento possuem certa complexidade, principalmente pelas interpretações diversas que acarretam uma polissemia conceitual, embora haja uma coesão no contexto geral de que ambos são, pelo menos complementares, assim como a lógica do capital se aproveita para inseri-los no discurso de resolução dos problemas socioeconômicos, no entanto, com características facetadas no desenvolvimentismo. Segundo Oliveira (2004, p.40):

desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

5.3 DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS

5.3.1 Abordagem aos gestores do turismo

Quadro 01 – Abordagem junto aos gestores do turismo no Estado do Amapá

Qual sua concepção das regiões turísticas no Estado do Amapá?		
RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
GESTORES DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	SECRETÁRIO DE TURISMO DE MACAPÁ	Compreendemos a região como o espaço delimitado e a partir das relações de poder e suas definições que se insere no contexto das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, onde o substrato material e espaço aparecem como fundo
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE OIAPOQUE	Utilizar todos os pontos turísticos da cidade para atender os turistas
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE LARANJAL DO JARI	Estruturar os lugares turísticos com hospedagem alimentação regional artesanatos para os turistas

Cite as regiões turísticas do Estado do Amapá, no período que compreende os anos de 1988 a 2021, referente ao seu município?

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
GESTORES DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	SECRETÁRIO DE TURISMO DE MACAPÁ	É quando identificamos o espaço múltiplo de território existente como Avenida Presidente Vargas ao longo do intervalo de tempo que compreende a hora/minuto na cidade até Santana, espaço urbano da referida cidade
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE OIAPOQUE	Os espaços de pontos turísticos com infraestrutura para os turistas
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE LARANJAL DO JARI	Eventos com shows, palestras, hospedagem, transporte e demais logísticas que atendam os turistas

Qual sua sugestão para a ideal utilização das regiões turísticas no Estado do Amapá referente ao seu município?

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE MACAPÁ	São características similares e/ou complementares e aspectos incomum: identidade histórica, cultural, econômica e geográfica existes nos municípios
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE OIAPOQUE	Criar infraestrutura para receber os turistas

	SECRETÁRIO DE TURISMO DE LARANJAL DO JARI	Montar espaços com hospedagem e demais logísticas para o atendimento dos turistas
Qual a dinâmica das regiões turísticas no Estado do Amapá, tendo em vistas as ações de seu município?		
RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
GESTORES DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	SECRETÁRIO DE TURISMO DE MACAPÁ	Isso se refere ao espaço territorial que se caracteriza em: clima, fauna, flora, atrativos turísticos, danças e etc.
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE OIAPOQUE	É a elaboração de todos os mecanismos para que os turistas se sintam bem acolhidos
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE LARANJAL DO JARI	Organizar eventos em pontos turísticos

Como você relaciona as contradições socioespaciais nas regiões turísticas do Estado do Amapá, considerando seu município?

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
GESTORES DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	SECRETÁRIO DE TURISMO DE MACAPÁ	Falta de valorização da cultura, gastronomia e artesanato regionais, descaracterização e desvalorização da comunidade local
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE OIAPOQUE	Realizar as atividades de turismo que desconsideram a cultura local
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE LARANJAL DO JARI	Eventos que não contenham hospedagem e alimentação e transportes adequados aos turistas

Cite os elementos das contradições socioespaciais nas regiões turísticas no Estado do Amapá, considerando seu município?

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
		Pode ser definida como um associado de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e ações deliberadas no

GESTORES DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	SECRETÁRIO DE TURISMO DE MACAPÁ	âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar o desenvolvimento de atividades em um determinado território. O FANTUR, faz isso. São políticas públicas direcionadas no desenvolvimento de uma determinada região
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE OIAPOQUE	Não valorizar a cultura local nos eventos
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE LARANJAL DO JARI	Desprezar a cultura local

Quais os exemplos de políticas públicas para o turismo no Estado do Amapá no tocante ao seu município?

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
GESTORES DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	SECRETÁRIO DE TURISMO DE MACAPÁ	São necessárias para o setor turístico, pois estabelecem regras e diretrizes a serem cumpridas a longo e médio prazos. Sem essas diretrizes o setor está destinado ao insucesso. E também como função dar direção comum aos interessados no setor, fornecendo uma estrutura para discussões sobre os rumos das atividades e o papel de cada campo social, facilitando o consenso

		de estratégias e objetivos do desenvolvimento.
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE OIAPOQUE	São ações da prefeitura para otimizar os serviços na área do turismo aos turistas internos e externos
	SECRETARIO DE TURISMO DE LARANJAL DO JARI	São propostas de atividades para as quais o prefeito providencia recursos financeiros que estructure os setores de turismo no município
Quais os benefícios das políticas públicas para o turismo no Estado do Amapá que contribuíram para o desenvolvimento local e regional no período que compreende 1988 a 2021?		
RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
GESTORES DO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ	SECRETÁRIO DE TURISMO DE MACAPÁ	Providenciar melhor estruturação de todos os pontos turísticos do Estado do Amapá, para viabilizar o ir e vir dos turistas externos e internos e com isso gera empregos que beneficiam as pessoas ligadas ou não ao turismo no Estado

	SECRETÁRIO DE TURISMO DE OIAPOQUE	Propostas de eventos para a atualidade com todas as logísticas necessárias aos turistas
	SECRETÁRIO DE TURISMO DE LARANJAL DO JARI	Programa permanente de atividades ao turismo

Fonte: Pesquisador

Neste momento, apresentamos, aqui, os dados investigados com os gestores do turismo, quando se realiza análise a respeito de suas contribuições às pesquisas. Assim, logo se pretendeu o registro da concepção das regiões turísticas no estado do Amapá.

Nesse sentido, todos contribuíram com respostas, de forma que sobre essa concepção o secretário de turismo de Macapá foi enfático respondendo que compreende as regiões como o espaço delimitado e a partir das relações de poder e de suas definições que se insere no contexto das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, uma vez que o substrato material e espaço aparecem como fundo. Já o secretário de turismo do Município de Oiapoque acrescentou que convém utilizar todos os pontos turísticos da cidade para atender aos turistas e o secretário de turismo do Município de Laranjal do Jari, por seu turno, respondeu que é necessário estruturar os lugares turísticos com hospedagem, alimentação regional e artesanatos para os turistas.

Percebe-se a contribuição de todos os gestores nas falas sobre o que definem a respeito das regiões turísticas no estado do Amapá com falas precisas, mesmo que tratadas de diferente retórica, apresentam uma concepção bastante semelhante sobre a temática em questão, uma vez que pontuam a forma que se deve acontecer a utilização das regiões turísticas no Amapá, garantindo nas suas falas que, para tanto, se faz necessário que o estado estruture toda a área nesse sentido

Para Santos (1985), as regiões turísticas surgem de intensas transformações espaciais que dão origem e ressignificam as funções, processos e estruturas do espaço, evidentemente, essas modificações acontecem por meio de conflitos, contradições e adversidades que provocam rupturas e criam espaços, muitas vezes, simulacros. Para Yázigi (2009), todavia, são, por vezes, aparentes as rugosidades que deram origem à nova estrutura socioespacial para atender à lógica econômica vigente, que parte de um discurso desenvolvimentista incitado pela intervenção estatal e do mercado que, exclusivamente, visa atender aos interesses capitalistas das grandes corporações do turismo.

Outra indagação realizada junto aos gestores do turismo da cidade de Macapá, Oiapoque e Laranjal do Jari foi a respeito de eles externam exemplos das regiões

turísticas no estado do Amapá. Nesse caminho, de imediato, obteve-se respostas dos gestores, de modo que o secretário de turismo de Macapá respondeu que ocorre quando se identifica o espaço múltiplo de território existente como Avenida Presidente Vargas ao longo do intervalo de tempo que compreende à hora/minuto na cidade até Santana, espaço urbano da referida cidade. O secretário de turismo de Oiapoque afirmou que são os espaços de pontos turísticos com infraestrutura para os turistas. Ainda, o secretário de turismo de Laranjal do Jari disse que são eventos com shows, palestras, hospedagem, transporte e demais logísticas que atendam os turistas.

Nota-se, portanto, que os três gestores do turismo se manifestaram a respeito de exemplos de regiões turísticas. Vale destacar a resposta do secretário de turismo de Macapá, uma vez que ele tratou a questão a partir de aspectos puramente geográficos sobre a situação, mas o secretário de turismo de Oiapoque e Laranjal do Jari foram além da questão de espaço geográfico e trataram de toda a infraestrutura que o turismo precisa para se desenvolver melhor no estado.

A terceira abordagem realizada junto aos gestores do turismo no estado do Amapá foi no sentido que que apontassem sugestões para a ideal utilização das regiões turísticas estadual. Sobre essa questão, pôde-se contar com a contribuição dos três gestores, quando o secretário de turismo de Macapá respondeu dizendo que são características similares e/ou complementares e aspectos incomum: identidade histórica, cultural, econômica e geográfica existentes nos municípios. O secretário de turismo de Oiapoque assinalou que é necessário criar infraestrutura para receber os turistas e o secretário de turismo de Laranjal do Jari afirmou que é necessário montar espaços com hospedagem e demais logísticas para o atendimento dos turistas.

No caso acima, buscou-se extrair, dos gestores do turismo no estado do Amapá, suas considerações a respeito das formas de otimizar as regiões turísticas, especificamente em relação ao município que gesta o turismo. Percebe-se que o secretário de turismo de Macapá respondeu, porém, de forma bem evasiva, uma vez que não pontua propostas para o enriquecimento do turismo. Já os gestores do turismo de Oiapoque e de Laranjal do Jari pontuaram situações para que se chegue a um processo ideal de utilização do território turístico, mesmo sendo limitados, mas ilustraram questões em termos práticos sobre a temática perguntada a eles.

De fato, as regiões turísticas e sua organização são geridos por diferentes atores sociais, em especial pelo Estado, pois, conforme Gallo (2017, p. 482), “[...] um dos agentes mais significativo no exercício do poder de uso do território é o Estado”, uma vez que, através das políticas públicas, direciona investimentos, ações, mudanças e transformações econômicas, sociais e ambientais. Inevitavelmente, o Estado, faz uso do seu poder de regular financiamentos, investimentos e a legislação para incentivar os múltiplos usos que sejam interessantes para a dinâmica produtiva e que fortaleça a lógica do capital nesse território.

Outra questão levantada junto aos gestores do turismo no estado do Amapá foi sobre seus conhecimentos a respeito da dinâmica das regiões turísticas locais, tendo em vista a realidade existente nos municípios em que são gestores. Sobre essa indagação, o secretário de turismo de Macapá afirmou que isso se refere ao espaço territorial que se caracteriza em: clima, fauna, flora, atrativos turísticos, danças etc.

O secretário de turismo do Município de Oiapoque respondeu dizendo que diz respeito à elaboração de todos os mecanismos para que os turistas se sintam bem acolhidos e o secretário de turismo do Município de Laranjal do Jari acrescentou que é possível organizar eventos em pontos turísticos. De acordo com suas afirmações, novamente se destaca a fala do secretário de turismo de Macapá tratando da questão pelos aspectos geográficos e mesmo de forma limitada, tanto o secretário de turismo de Oiapoque como o de Laranjal do Jarí já pontuam questões que vão além dos aspectos geográficos.

Segundo Oliveira e Lima (2003, p. 33):

o desenvolvimento de uma região pode ser explicado como resultado da interação de três forças: alocação de recursos, política econômica e ativação social. Essas forças mantêm relação de interdependência recíproca, ou seja, mantêm relações de retroalimentação.

Sobre o excerto acima, convém destacar que esta ocorrência deriva da dinâmica e mobilidade do capital que seletivamente escolhe espaços ou são realizados ajustes espaciais, com o objetivo de garantir acumulação do capital em determinadas localidades (HARVEY, 2005).

Os gestores do turismo no estado do Amapá foram abordados sobre como eles relacionam as contradições socioespaciais das regiões turísticas no Amapá referentes aos seus municípios. Contribuindo com respostas, o gestor do turismo de Macapá afirmou que é por meio da falta de valorização da cultura, gastronomia e artesanato regionais, descaracterização e desvalorização da comunidade local. O gestor do turismo do Município de Oiapoque respondeu que é necessário realizar as atividades de turismo que desconsideram a cultura local. O gestor do turismo do Município de Laranjal do Jari assinalou que é com eventos que não contenham hospedagem, alimentação e transportes adequados aos turistas. Constata-se, então, que as respostas de todos os gestores do turismo apresentam o mesmo teor, apontando as contradições socioespaciais do turismo no estado.

Corrêa (2011) denomina esse processo de “organização espacial”, o qual representa a ação do homem diante de sua necessidade de reprodução social, o que pressupõe a sua intervenção na natureza primitiva ou já socialmente transformada. Tal transformação requer um trabalho organizado coletivamente, o qual, em sua divisão, deverá definir o quê, quando e como será a produção, além da forma de sua apropriação. Essas relações de produção vão estar dispostas espacialmente através de um sistema de fixos ou de formas espaciais, que estão distribuídos e/ou organizados sobre a superfície da Terra, seguindo cada vez mais uma lógica em rede que permite a produção da vida no presente e as condições para a sua reprodução no futuro.

Intensificando a análise, foi solicitado, junto aos gestores do turismo, que eles pontuassem elementos que expressem as contradições das regiões turísticas, considerando as questões referentes aos municípios que gerem o turismo. Todos os gestores responderam à questão. O gestor do turismo do Município de Macapá disse que pode ser definida como um associado de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e ações deliberadas no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar o desenvolvimento de atividades em um determinado território. O FANTUR, faz isso. São políticas públicas direcionadas no desenvolvimento de uma determinada região.

Os gestores do turismo dos Municípios de Oiapoque e Laranjal do Jari nos informaram que é a não valorização da cultura local nos eventos. Assim, mesmo que de maneira limitada, os gestores informaram contradições, faltando muito nesse sentido, mas o gestor do turismo de Macapá apresentou filosofia a respeito que não manifesta pontos a esse respeito.

Segundo Demo (2000), ao analisar as peculiaridades existentes nas diversas motivações e/ou tipologias do turismo, observa-se que a organização espacial, bem como a adequação dos recursos humanos para o turismo, deverá ser condizente com as condições objetivas existentes na localidade, entendidas como sendo estruturas dadas, persistentes e constitutivas da realidade, como a unidade de contrários, a desigualdade e o poder, a linguagem, o mundo simbólico e afetivo, a razão.

Continuando a abordagem junto aos gestores do turismo, chegou-se à necessidade de investigá-los sobre exemplos de políticas públicas para o turismo no estado, no que diz respeito aos municípios que gerenciam, a fim de responder aos objetivos da pesquisa. Sobre isto, o gestor de turismo do Município de Macapá disse que são necessárias para o setor turístico, pois estabelecem regras e diretrizes a serem cumpridas a longo e médio prazos. Sem essas diretrizes, o setor está destinado ao insucesso.

E como função, dar direção comum aos interessados no setor, fornecendo uma estrutura para discussões sobre os rumos das atividades e o papel de cada campo social, facilitando o consenso de estratégias e objetivos do desenvolvimento. O gestor do turismo de Oiapoque acrescentou que são ações da prefeitura para otimizar os serviços na área do turismo aos turistas internos e externos e a contribuição do gestor do turismo do Município de Laranjal do Jari apontou que são propostas de atividades para as quais o prefeito providencia recursos financeiros que estruture os setores de turismo no município.

A respeito da questão acima, sobre elencar políticas públicas para o turismo no Estado do Amapá referentes ao município que gerem o turismo, percebeu-se que as respostas foram muito genéricas, uma vez que carecia pontuar exemplos de políticas públicas para o turismo. Encontram-se exemplos de políticas públicas apenas nas

falas dos gestores de turismo dos municípios de Oiapoque e Laranjal do Jarí, porém, ainda de forma pouco profunda.

Através das necessidades de haver uma política pública específica para o turismo, surge uma série de definições e conceitos sobre este assunto, que faz com que os envolvidos tenham em mente que:

[...] uma política pública e responsável de turismo deve incluir pessoas nos campos econômicos, social e político formado pelo turismo e pelas diversas atividades de fazer turismo, quanto pelas pessoas que se capacitam e se inserem no mercado de trabalho, aumentando, assim, o seu conhecimento, a sua renda e a participação na sociedade como cidadão livre e produtiva (BRASIL, 2009, p. 83).

Finalizando a investigação junto aos gestores do turismo no estado do Amapá, abordou-se os benefícios das políticas públicas para o turismo no estado que possam contribuir para o desenvolvimento local e regional. Sobre essa questão, o gestor do turismo de Macapá respondeu que é necessário melhor estruturação de todos os pontos turísticos do estado do Amapá, para viabilizar o ir e vir dos turistas externos e internos e com isso gerar empregos que beneficiam as pessoas ligadas ou não ao turismo estadual.

O gestor do turismo do Município de Oiapoque externou sua contribuição na medida em que disse que é no sentido de propostas de eventos para a atualidade com todas as logísticas necessárias aos turistas. O gestor do turismo do Município de Laranjal do Jari também se manifestou dizendo que é por meio de programa permanente de atividades ao turismo. De certa forma, todos os gestores responderam com o mesmo teor no sentido de viabilização por parte da gestão de atividades que enriqueçam essa área, apoiados em financiamentos de programas a respeito.

5.3.2 Abordagem aos Agentes de produção dos espaços turísticos

Quadro 02 – Abordagem junto aos Agentes de produção dos espaços turísticos

Qual sua concepção de múltiplos usos do território turístico no Estado do Amapá?	
RESPONDENTES	RESPOSTAS
GUIAS DE TURISMO	Os guias de turismo foram unânimes na resposta afirmando que os múltiplos usos do território turístico no Estado do Amapá é a utilização de todos os pontos turísticos existentes no Estado dotado de toda a infraestrutura necessária a contemplação de locais que retratam a história e as belezas do Estado.
Cite os múltiplos usos do território turístico no Estado do Amapá, no período que compreende os anos de 1988 a 2021, referente ao seu município?	
RESPONDENTES	RESPOSTAS
GUIAS DE TURISMO	<p>01 guia de turismo respondeu afirmando que o turismo no Estado do Amapá ainda acontece com ações isoladas sem se preocupar com os múltiplos usos desse território, tanto que o turismo no Estado só se oficializou recentemente não tendo ainda nenhum programa macro para atendimento dessa área.</p> <p>02 guias turísticos acrescentaram que são as criações de infraestruturas para se</p>

	contemplar as belezas naturais do Estado, citando apenas as formas de visitação de pontos turísticos da cidade de Macapá, como: Parque do forte, fortaleza de São José, Balneário do Curiaú.
Qual sua sugestão para a ideal utiliza�o do território turístico no Estado do Amapá referente ao seu município?	
RESPONDENTES	RESPOSTAS
GUIAS DE TURISMO	Todos os guias de turismo falaram unanimemente que sugerem a estrutura�o das estradas, as vias fluviais e aéreas, incluindo nisso espaços de acomoda�es, gastronomia local e pessoal qualificado para o acompanhamento dos turistas no Estado do Amapá
Qual a dinâmica do território turístico no Estado do Amapá?	
RESPONDENTES	RESPOSTAS
GUIAS DE TURISMO	02 guias de turismo informaram que não há uma dinâmica sistematizada, pois o turismo no Estado do Amapá não apresenta programa�es definidas, mas de forma isolada na medida em que recebe turista externo. 01 guia de turismo afirmou que a dinâmica do território turístico no Estado do Amapá se apresenta em toda a infraestrutura existente de deslocamento e acomoda�es, além da aquisi�o de materiais artesanais e orienta�es que os turistas recebem para

	sua locomoção para contemplar o lugar desejado.
Como você relaciona as contradições socioespaciais no território turístico no Estado do Amapá?	
RESPONDENTES	RESPOSTAS
GUIAS DE TURISMO	Os três guias de turismo informaram que são os deslocamentos de pessoas de espaços turísticos para viabilizar as áreas que dê espaço para os turistas contemplarem as naturezas desejadas, mas com isso, sem infraestrutura os turistas acabam ficando sem o apoio da população local para hospedagem e alimentação
Quais os exemplos de políticas públicas para o turismo no Estado do Amapá?	
RESPONDENTES	RESPOSTAS
GUIAS DE TURISMO	Os três guias de turismos informaram que são as disponibilidades de recursos financeiros pelos governos para a realização de eventos no Estado que atraíam turistas internos e externos
Quais os benefícios das políticas públicas para o turismo no Estado do Amapá que contribuíram para o desenvolvimento local e regional no período que compreende os anos de 1988 a 2021?	
RESPONDENTES	RESPOSTAS

GUIAS DE TURISMO

- 01 guia de turismos informou que o benefício é a vinda de turistas para o Estado que possam gerar rendas a população
- 02 guias de turismo informaram que além de criação de emprego e renda chega a vitalizar os pontos turísticos do Estado do Amapá para futuros eventos

Fonte: Pesquisador

Este espaço é reservado para o registro das considerações dos guias de turismo, quando foi realizada uma abordagem em três profissionais atuantes nessa área no estado do Amapá. Inicialmente, entrevistou-se os guias de turismo para saber sobre a concepção que carregam a respeito dos múltiplos usos do território turístico no estado do Amapá.

Como respostas, obteve-se igual teor em todos, quando se pode contar com que eles acrescentarão, pois os guias de turismo foram unânimes na resposta afirmando que as regiões turísticas no Amapá é a utilização de todos os pontos turísticos existentes no estado dotado de toda a infraestrutura necessária a contemplação de locais que retrata a história e as belezas estaduais. Nessa resposta unânime, consegue-se detectar que há uma definição que vai além dos aspectos geográficos do turismo, abrangendo muitas outras questões relevantes para tal uso.

Entender a região como totalidade é a possibilidade de superar as oposições e contradições que uma análise superficial e embasada em preconceitos possa influenciar idealizações simplistas. Esta dicotomia que abarca o território deve ser superada através de uma interpretação que envolve “a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações” (HAESBAERT, 2006, p. 42).

Ainda indagando os guias de turismo, se chegou à necessidade de conhecer seus embasamentos a respeito de citarem das regiões turísticas no Estado do Amapá, mas se manifestando a respeito do município em que desenvolvem suas atividades com o turismo. Sobre essa realidade, 01 guia de turismo respondeu que o turismo no estado do Amapá ainda acontece com ações isoladas, tanto que o turismo no estado só se oficializou recentemente não tendo ainda nenhum programa macro para atendimento dessa área. Por outro lado, 02 guias turísticos acrescentaram que são as criações de infraestruturas para se contemplar as belezas naturais do estado, citando apenas as formas de visitação de pontos turísticos da cidade de Macapá, como: Parque do Forte, Fortaleza de São José, Balneário do Curiaú.

Assim, considerando as respostas dos guias de turismo externadas acima, percebe-se que um deles não elenca de forma objetiva as regiões turísticas no Amapá,

informando que a fomentar a esse respeito é muito recente, não apresentando um programa permanente para atuação na área, pois as atividades são isoladas. Dois deles responderam o que sejam os múltiplos usos apontando para a criação de mecanismos de visitação a pontos turísticos, quando sejam acrescentadas formas de atenção aos turistas.

A territorialização turística demanda das relações sociais cotidianas determinadas por Raffestin (1993) como a “face vivida e a face aguda do poder”, nada mais que a territorialidade que subsidiará a transformação desse território e do turismo. No mesmo caminho interpretativo e de análise, Rodrigues (2006, p. 301) destaca que:

(...) no território de destino, ao mesmo tempo que dão o suporte para o turismo acontecer, são envolvidos em relações sociais complexas que modificam, de forma dialética o território que se transforma no seu todo ou em partes, o que igualmente irá produzir a transformação do todo. O resultado é que nada será como antes, considerando-se que a dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades.

O terceiro chamamento para externar fundamentação aos guias de turismo foi a respeito de suas sugestões para a ideal utilização do território turístico no estado do Amapá. Nesse sentido, também houve resposta unânime, quando os guias de turismo afirmaram que sugerem a estruturação das estradas, as vias fluviais e aéreas, incluindo nisso espaços de acomodações, gastronomia local e pessoal qualificado para o acompanhamento dos turistas do Amapá. Note-se que os guias de turismo foram enfáticos e precisos nas respostas apontando a necessidade de foco nas vias de acesso aos pontos turísticos, acreditando ainda nas comodidades aos turistas quanto a hospedagem, alimentação, eventos, entre outros.

Os autores Silva e Silva (2006) deixam clara a relação dialética entre a natureza e a sociedade no contexto da regionalização turística, haja vista as mudanças e adaptações que são realizadas para atender à nova dinâmica produtiva da região, neste caso do turismo, se efetivam por meio da apropriação e criação de um panorama viável da capitalização da natureza em prol do desenvolvimento da atividade turística, embora também estimule a proteção ambiental com o objetivo de fomentar e credibilizar o setor em questão através da dinâmica do capital.

Outra indagação realizada junto aos guias de turismo diz respeito aos seus entendimentos acerca da dinâmica das regiões turísticas no Amapá. Assegurando essa realidade, no sentido de suas respostas, 02 guias de turismo informaram que não há uma dinâmica sistematizada, pois o turismo no estadual não apresenta programações definidas, mas de forma isolada na medida em que recebe turista externo e 01 guia de turismo afirmou que a dinâmica das regiões turísticas no estado se apresenta em toda a infraestrutura existente de deslocamento e acomodações, além da aquisição de materiais artesanais e orientações que os turistas recebem para sua locomoção para contemplar o lugar desejado. Assim, constata-se que na resposta de dois guias informando que no estado não há essa dinâmica por realizarem somente ações isoladas, mas um guia informou que a dinâmica está em toda a infraestrutura que os turistas precisam para suas visitas.

O planejamento e a gestão do turismo são etapas indispensáveis no desenvolvimento da atividade, pois são requisitos que podem conduzir para que o setor turístico tenha atratividade por meio do ambiente equilibrado e contribua com benefícios sociais e econômicos, isto é, segundo Elkington (2001, p. 20) o que se define como sustentabilidade; mais precisamente como o “princípio de assegurar que nossas ações hoje não limitam a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as gerações futuras”.

Por outro lado, Jacobi (2003) é mais profundo quando contextualiza a sustentabilidade, uma vez que trata dos limites, atores sociais envolvidos, das responsabilidades e das dimensões envolvidas. Assim:

a ideia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento. (JACOBI, 2003, p. 195)

Outra abordagem realizada junto aos guias de turismo diz respeito a como eles relacionam as contradições socioespaciais das regiões turísticas do estado do Amapá. Nesse momento, pôde-se constatar com unanimidade nas respostas na medida em que responderam que são os deslocamentos de pessoas de espaços turísticos para viabilizar as áreas que oferecem espaço para os turistas contemplarem as naturezas desejadas, ainda que, sem infraestrutura, os turistas acabam ficando sem o apoio da população local para hospedagem e alimentação.

As ofertas alternativas criaram regiões diferenciadas daqueles do turismo de massa. Entretanto, um problema desafiador para planejadores, gestores e formuladores de políticas públicas manifesta-se nesse contexto, uma vez que, às vezes, ofertas turísticas alternativas e de massa ocorrem no mesmo recorte espacial, sem qualquer tentativa efetiva de integração das duas ofertas por parte do governo ou de agentes do mercado, o que tem causado sérios conflitos socioespaciais, uma possibilidade de se enfrentar os problemas emergentes nos destinos depende da criação de diversas estratégias de governança, indo-se além de formas tradicionais de planejamento e gestão (CARVALHO (2019).

Os guias de turismo foram ainda entrevistados para externar exemplos de políticas públicas para o turismo no estado do Amapá. Nesse caminho, os três guias de turismo responderam de forma igual, quando informaram que são as disponibilidades de recursos financeiros pelos governos para a realização de eventos no Estado que atraíam turistas internos e externos. As respostas direcionaram-se unanimemente sobre a disponibilidade de recursos financeiros para fomentar eventos turísticos, porém, é importante ressaltar que mesmo com a disponibilidade de recursos financeiros e não havendo um planejamento de um programa, as atividades acontecerão isoladas, o que descarta um programa contínuo de turismo no estado.

Goeldner, Ritchie e McIntosh asseveram que as políticas públicas de turismo correspondem a:

[...] um conjunto de regulamentação, regras, diretrizes, diretivas objetivas e estratégia de desenvolvimento e provocation que fornece uma estrutura no qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetem diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (GOELDNER, RITCHIE E MCINTOSH, 2002, p. 294).

Como última indagação feita junto aos guias de turismo, perguntou-se sobre os benefícios das políticas públicas para o turismo no estado do Amapá que contribuíram para o desenvolvimento local e regional. Sobre isto, 01 guia de turismo informou que o benefício é a vinda de turistas para o estado que possam gerar rendas a população e 02 guias de turismo informaram que, além de criação de emprego e renda, chega a vitalizar os pontos turísticos do estado para futuros eventos. Percebe-se que há, nas respostas dos guias de turismo, certa pertinência, visto que os benefícios são necessários à população amapaense, valendo ainda destacar que esses benefícios não podem acontecer de forma isolada, precisam ser constantes, pois, assim, prima-se por um programa eficiente de Estado ao turismo no Amapá e não ações isoladas de governo.

5.3.3 Abordagem as ONGs

Quadro 03 – Abordagem junto às Organizações não governamentais

Qual sua concepção de múltiplos usos do território turístico no Estado do Amapá?		
RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
ONGs	ONG 1	É usufruir de espaços e insumos para que os turistas tenham opções que os deixem satisfeitos
	ONG 2	É a utilização de todos os serviços destinados aos turistas
	ONG 3	São os mecanismos para que os turistas consumem alimentação, transporte, artesanatos nos espaços turísticos
Cite os múltiplos usos do território turístico no Estado do Amapá, no período que compreende os anos de 1988 a 2021, referente ao seu município?		

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
ONGs	ONG 1	É pela utilização de todos os meios para a satisfação dos turistas
	ONG 2	Foram criados eventos em balneários e revitalizados os mesmos para atendimento dos turistas
	ONG 3	Abriram estradas e viabilizaram os deslocamentos de turistas, porém, não atentando para a infraestrutura adequada de atenção aos turistas

Qual sua sugestão para a ideal utilização do território turístico no Estado do Amapá referente ao seu município?

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
ONGs	ONG 1	criação de um programa de Estado com ações permanentes de atrações turísticas com excelente cobertura de infraestrutura
	ONG 2	fazendo um plano de eventos
	ONG 3	lançar uma política permanente de turismo no Estado

Qual a dinâmica do território turístico no Estado do Amapá, tendo em vistas as ações de seu município?

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
ONGs	ONG 1	Eventos esporádicos
	ONG 2	Aberturas de estrada que facilitam acesso aos pontos turísticos da natureza
	ONG 3	A criação de eventos com comidas, artesanatos e atrações locais

Como você relaciona as contradições socioespaciais no território turístico no Estado do Amapá, considerando seu município?

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
ONGs	ONG 1	Ter belezas naturais para os turistas, porém, sem ter como acomodá-los
	ONG 2	Estrutura física inadequada para atendimento dos turistas
	ONG 3	As arquiteturas originais estão sendo destruídas para construção de novas, porém, perdendo cultura e história.

Quais os exemplos de políticas públicas para o turismo no Estado do Amapá no tocante ao seu município?

RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
ONGs	ONG 1	Verbas para realização de eventos culturais
	ONG 2	Criação de feiras de artesanatos
	ONG 3	Criação de programa de governo que estructure todos os setores e locais de turismo no Estado do Amapá
Quais os benefícios das políticas públicas para o turismo no Estado do Amapá que contribuíram para o desenvolvimento local e regional?		
RESPONDENTES	IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTAS
ONGs	ONG 1	Não conheço registro de eventos que viabilizou esse desenvolvimento
	ONG 2	Não conheço como desenvolvimento local nem regional
	ONG 3	Criação de eventos que geraram emprego e renda, mas isso acontece de forma isolada quando deveria ser permanente

Fonte: Pesquisador

Neste momento, descreve-se o posicionamento das ONGs que foram alvo da investigação por meio de entrevistas, de forma que a pergunta inicial realizada junto a elas foi no sentido de saber sobre a concepção que carregam a respeito das regiões turísticas no estado do Amapá.

Nessa perspectiva, a ONG - 1 informou que é possível usufruir de espaços e insumos para que os turistas tenham opções que os deixem satisfeitos. A ONG – 2 acrescentou respostas dizendo que é a utilização de todos os serviços destinados aos turistas. Houve, ainda, a manifestação da ONG – 3 que afirmou que são os mecanismos para que os turistas consomem alimentação, transporte, artesanatos nos espaços turísticos. Consideramos as respostas limitadas, uma vez que houve certa complementação de que se pode realizar uma concepção mais sistematizada das regiões turísticas no estado do Amapá.

O processo de formação e a reestruturação produtiva e a relação com o turismo são derivadas da apropriação do espaço a partir de campos de forças sociais, econômicas, do consumo de suas paisagens e da lógica do capital (CHESNAIS, 1996). Assim sendo, muitos territórios são apropriados pelo turismo em função da atratividade que possuem, estrutura administrativa, equipamentos turísticos, investimentos do setor público e a própria capacidade de estimular a atividade a partir de sua atratividade, é o caso das regiões turísticas da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais – APACC, cujo fluxo turístico tem aumentado consideravelmente ao longo das décadas de 1990 a 2019, Gomes, (2018), MTur, (2019), SEDETUR/AL, (2019) e SETUR/PE, (2019).

A segunda indagação realizada com as ONGs que trabalham com o turismo no estado do Amapá direcionou-se ao conhecimento sobre exemplos das regiões turísticas referente ao município onde está instalada. Nesse segmento, houve as contribuições das três ONGs, de forma que a ONG – 1 salientou que é pela utilização de todos os meios para a satisfação dos turistas. A ONG – 2 contribui afirmando que foram criados eventos em balneários e revitalizados os mesmos para atendimento dos turistas. A ONG – 3 respondeu que abriram estradas e viabilizaram os deslocamentos de turistas, porém, não atentando para a infraestrutura adequada de atenção aos turistas. Essa realidade, compreende meios para a satisfação dos turistas, eventos e

balneários para os turistas, abertura de estradas para deslocamento dos turistas, mas vale ainda lembrar de vários outros aparatos para chamar a atenção dos turistas e garantir os seus retornos e divulgação a outros.

Sobre o turismo no estado do Amapá, foi solicitado que as ONG'S externassem sugestões para a ideal utilização do território turístico no estado referente ao município em que se encontra. Desse modo, a ONG – 1 respondeu concisamente acreditando na criação de um programa de Estado com ações permanentes de atrações turísticas com excelente cobertura de infraestrutura. A ONG – 2 destacou que está fazendo um plano de eventos e a ONG – 3 respondeu que deve ser lançada uma política permanente de turismo no estadual. Diante das respostas das ONGs, não se pode negar que apresentam caminhos de sugestões pertinentes para a ideal utilização do território do Amapá, ainda que tenhamos observado que a ONG – 2 trata apenas de plano de eventos, mas que se completa com as respostas das demais.

Outra questão realizada junto às ONGs, foi no sentido de conhecimento delas sobre a dinâmica das regiões turísticas no estado do Amapá pertinente ainda ao município em que está instalada. A resposta da ONG – 1 foi direta, pois tratou do assunto sobre a promoção de eventos esporádicos. A ONG – 2 respondeu com a afirmação da necessidade de aberturas de estrada que facilitem o acesso aos pontos turísticos da natureza e a ONG – 3 destacou que a dinâmica do turismo no Estado do Amapá esbarra na criação de eventos com comidas, artesanatos e atrações locais. De acordo com as respostas das ONGs, é possível perceber o tratamento da questão de forma muito isolada, mas a junção desse entendimento pode levar a construção mais sólida sobre a dinâmica do turismo, inclusive acrescentando demais pontos.

O turismo é uma atividade que pode agregar valores, porém é necessário que esteja pautada nos princípios da sustentabilidade, da participação social, do planejamento integrado e da gestão democrática, com isso pode contribuir com o desenvolvimento sustentável. Segundo Silva (2011, p. 15) trata-se do:

“[...] resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais cultivadas no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente”.

Continuando a abordagem junto às ONGs fez-se importante seus posicionamentos a respeito de como elas poderiam relacionar as contradições socioespaciais das regiões turísticas, tendo em vistas os municípios em que se encontram. A ONG – 1 respondeu que é a partir do momento de ter belezas naturais para os turistas, porém, sem ter como acomodá-los. A ONG – 2 destacou a existência de estrutura física inadequada para atendimento dos turistas. Já a ONG – 3 se manifestou com a posição sobre as arquiteturas originais estão sendo destruídas para construção de novas, porém, perdendo cultura e história.

Convém destacar que os turistas, a rigor, procuram lugar bonito e aprazível, mas a falta de estrutura para o devido atendimento aos turistas tem sido um empecilho, além de que, com a modernidade, antigas arquiteturas estão perdendo espaço, fazendo com que se perca, também, a cultura e a história do povo amapaense. Isso realmente abrange uma resposta segura, podendo ainda elencar uma série desses fatores que confirmam a contradição socioespacial ao turismo no Amapá.

Verifica-se que em determinadas localidades o processo de turistificação possui uma dinâmica perversa de apropriação do espaço, o qual deixa de ser percebido como seu pela população local. Quando isso ocorre, o turismo exclui os residentes do processo de desenvolvimento, não permitindo que ela participe do processo produtivo, buscando recursos humanos em outras localidades. O hóspede passa a ser o estranho em seu próprio espaço, o que gera conflitos e não raras situações de violência na disputa pelo poder, gerando condições inóspitas para o residente, as quais se refletem no relacionamento com o turista.

Pressupõe-se que o espaço receptor, para ser hospitaleiro, tem de possuir vida nas coisas e nas pessoas para que se torne um lugar atrativo e hospitaleiro. Para Auge (1994, p.82), “os denominados não-lugares, não são atrativos, pois não se estabelecem vínculos nem atenção, são apenas lugares de passagem”, tais como terminais rodoviários, aeroviários, estações de metrô e rodovias.

A penúltima pergunta realizada junto às ONGs diz respeito aos exemplos de políticas públicas voltadas para o turismo no estado do Amapá. Nesse sentido, a ONG

– 1 respondeu que as políticas públicas são verbas para realização de eventos culturais. A ONG – 2 respondeu sobre essa questão com a criação de feiras artesanais. Já a ONG – 3, destacou que tem a ver com criação de programa de governo que estruture todos os setores e locais de turismo no estado do Amapá.

Diante das respostas, percebeu-se que as ONGs 1 e 2 apresentaram exemplos de políticas públicas bem isoladas que caracterizam a realização de eventos, mas a ONG -3 foi bastante além, na medida em que tratou da questão a partir da criação de programa de governo que assegure o turismo de forma mais permanente.

Quando a referência é política do turismo voltada ao desenvolvimento da atividade econômica, inclusão social das comunidades residentes, oferecendo segmentos diversos e o aumento do número de empregados ofertados por ele, podese dizer que se trata de um gerador de renda e emprego, mas não sendo a salvação de todos os males e sim um operador que possibilita o crescimento e desenvolvimento das localidades, pois, o Brasil:

[...] ainda é um país com grandes diferenças econômicas e sociais. Por isso o desenvolvimento do turismo ou de qualquer área da economia não pode aprofundar irresponsavelmente as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres, o que significa que as políticas para a área devem considerar a inclusão social e sustentabilidade como elemento para o pleno desenvolvimento (BRASIL, 2009, p. 68).

A última indagação realizada junto às ONGs diz respeito aos benefícios das políticas públicas que viabilizaram o desenvolvimento local e regional, de forma que as ONGs 1 e 2 responderam que desconhecem qualquer registro de eventos que tenham dado contribuição ao desenvolvimento local e regional. Já a ONG – 3 apresentou a afirmativa da criação de eventos que geram emprego e renda, mas isso acontece de forma isolada quando deveria ser permanente. Diante dos posicionamentos das ONGs, não há registro de desenvolvimento local e regional, o que leva a crer que as atividades do turismo no estado do Amapá ainda necessitam de programas que sejam não mais de governo e sim de estado, pois, assim, os governos passam a efetivar uma política permanente que tenha a possibilidade de contribuir com o desenvolvimento local e regional.

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do país no cenário turístico mundial. A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas. MTUR, (2009)

5.4 ANÁLISE DOCUMENTAL: DECRETO QUE REGULAMENTA A SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO AMAPÁ

A história é clara quando registra o Amapá como distrito pertencente ao Pará até o ano de 1943. Neste ano, por meio do decreto presidencial n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, cria-se, então, o Amapá como território vinculado diretamente à União, perdurando-se nessa condição por 45 anos. A Constituição Federal de 1988 criou o então Estado do Amapá. Até então, o Amapá vem se estruturando ao nível de estado da federação brasileira, ajustando seu processo administrativo com estrutura própria criando e implantando os setores necessários que vislumbram seu desenvolvimento, como Secretarias de estado, autarquias, institutos, agências, entre outros que assegurem as atividades do Amapá enquanto estado.

Em todo esse processo de estruturação, o campo do turismo no estado vem funcionando de forma bastante tímida, ligado a setores afins. Somente com a reforma administrativa do Governo do estado, no ano de 2004, é que o turismo ganha espaço enquanto secretaria destinada à fomentação turística. Essa situação foi garantida em função da Lei n. 0811 de 20 de fevereiro de 2004, assim legalmente aprovada pela Assembleia Legislativa a nova estrutura da máquina governamental do Estado do Amapá, quando nela está incluída a criação da Secretaria de Estado do Turismo.

A supracitada Lei, destaca:

Dispõe sobre a Organização do Poder Executivo do Estado do Amapá, o seu Modelo de Gestão, cria as Secretarias Especiais de Desenvolvimento Setorial, Secretarias de Estado, Secretarias Extraordinárias, Órgãos Estratégicos, Órgãos Vinculados e Colegiados, cria o processo decisório

compartilhado e altera a estrutura da Administração Estadual, cria e autoriza a extinção de Cargos de Direção e Assessoramento Superior e dá outras providências. (LEI N. 0811/2004 – GEA)

Observe-se que a criação da Secretaria de Estado do Turismo fixada na Lei n. 0811/2004 – GEA aparece na estrutura de órgãos de governo, constando do artigo 9º, inciso X. Ainda nessa Lei, constam as competências dos órgãos da estrutura organizacional básica no seu título II, mostrando no capítulo IV, as atribuições das secretarias especiais de desenvolvimento econômico do estado do Amapá, quando a seção IX, fixa no artigo 59:

A Secretaria de Estado do Turismo tem por finalidade formular, planejar, executar e coordenar a política de turismo do Estado, bem como criar oportunidades de investimentos setoriais e incrementar a expansão do turismo no Amapá. (LEI N. 0811/204 – GEA)

Por força da instituída Secretaria de Estado do Turismo do Amapá, houve então a necessidade de regulamentação da mesma, o que ocorreu por meio do Decreto n. 1994 de 15 de julho de 2004. Esse decreto cria as normas de todo o funcionamento da secretaria do turismo, aparecendo como ementa regulamentar o artigo 59 da Lei n. 0811/2004 – GEA, para organizar a Secretaria de Estado do Turismo e dá outras providências, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado do Amapá, uma vez que estão estabelecidas todas suas atribuições no contexto governamental.

Vale ressaltar, inicialmente, algumas considerações a respeito das competências da Secretaria de Estado do Turismo contidas no decreto em apreciação. Essas competências se fixam no artigo 3º do decreto e relacionam-se em XIII incisos, os quais fundamentam todos os passos da sua existência na efetivação de políticas públicas ao desenvolvimento do turismo no estadual, quando apresenta mecanismos de apoio e valorização do turismo na medida que tratam de promover todo o suporte para essa área, pois se sistematiza desde o planejamento a execução dos múltiplos usos do território turísticos no estado do Amapá, a saber:

- I – Nortear os planos, programas, projetos e atividades de desenvolvimento do turismo para o respeito, valorização e fortalecimento das comunidades locais e de seus conhecimentos tradicionais, bem como contribuir para elevar a autoestima dos povos do Amapá;
 - II – Propor ao governo estadual normas e medidas necessárias a execução da política estadual do turismo e executar as decisões e para esse fim que sejam recomendadas;
 - III – Promover e divulgar o turismo estadual na região, no país e no exterior, de modo a ampliar o ingresso e a situação de fluxos turísticos no Estado; IV – Analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento de forma sustentável, definindo áreas, projetos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas;
 - V – Estimular e fomentar a implantação, diversificação, adequação e melhoria da qualidade da infraestrutura turística estadual;
 - VI – Definir critérios, analisar, aprovar e acompanhar projetos turísticos;
 - VII – Inventariar as potencialidades turísticas, ordenar o uso e a ocupação de áreas e locais de interesse turístico e estimular a exploração turística do patrimônio natural e cultural com vistas ao seu desenvolvimento sustentável; VIII – Estimular e desenvolver iniciativas turísticas destinadas a recuperar áreas degradadas, conservar o ambiente natural e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações impactadas pelo seu desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes;
 - IX – Exercer atividades descentralizadas da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, mediante orientação normativa e de conformidade com a legislação brasileira de turismo em vigor;
 - X – Promover junto às autoridades competentes os atos e as medidas necessárias ao desenvolvimento das atividades turísticas a melhoria ou ao aperfeiçoamento dos serviços oferecidos aos turistas consoante a política estadual de turismo;
 - XI – Incentivar a formação e o desenvolvimento do capital humano do setor do turismo, objetivando a excelência da qualidade dos serviços turísticos; XII – Celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes com organizações e entidades públicas e/ou privadas estaduais e nacionais;
 - XIII – Praticar outras atividades correlatas aos itens anteriores e que, direta ou indiretamente sejam necessárias a realização de suas finalidades.
- (DECRETO N. 1994/2004 – GEA, p. 02)

O capítulo II do Decreto 1994/204 define então a organização administrativa da Secretaria de Estado do Turismo do Amapá e, nesse momento, explicita sua estrutura organizacional, de forma que nesse contexto aparece assegurado no inciso I, a deliberação superior, a deliberação singular e o Secretário de Estado. Já o inciso II permite a visualização das unidades de assessoramentos, estruturados em Gabinete, Núcleo de planejamento e vinculado a este, a Unidade de Contratos e Convênios e Unidade de Informática, além da Divisão de apoio administrativo e Comissão permanente de Licitação.

Ainda sobre a organização administrativa, o inciso III carrega as Unidades de Execução Programática, quando setoriais compõem essa estrutura por Departamento

de Planejamento de Turismo e vinculados a esse departamento estão a Divisão de Informação e Documentação e a Divisão de Relações com o Mercado. Ainda se pode contar com o Departamento de Desenvolvimento do Turismo, o qual agrega três divisões para auxiliar a gestão, sendo Divisão de Fortalecimento do Turismo, Divisão de Difusão e Atendimento e Divisão de Operacionalização de Projetos Especiais. Assim então constituída toda a estrutura administrativa da Secretaria de Estado do Turismo do Amapá.

O artigo 5º do Decreto n. 1994/2004 – GEA cria a estrutura da Secretaria de Estado do Turismo do Amapá, e acrescenta a forma de gestão da referida secretaria, de forma que deixa claro que será dirigida pelo secretário, os departamentos por diretores, o gabinete, as assessorias, as divisões e as unidades por chefias e a comissão permanente de licitação por presidente. Ainda, faz referências de que todas as funções da estrutura da Secretaria de Estado do Turismo do Amapá serão regidas por legislações pertinentes.

Desta forma, percebe-se a manifestação do estado do Amapá no que tange à fomentação e gestão do turismo, que no sentido legal se estrutura com criação a partir de lei efetiva a garantia, assim como o decreto acima citado que estrutura tal secretaria. Os demais itens do Decreto n. 1994/2004 – GEA, explicita as competências de cada setor da administração da Secretaria de Estado do Turismo do Amapá.

6 AS REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO AMAPÁ: HOMOGENEIZAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES

Objetiva-se, neste capítulo, analisar das regiões turísticas do Estado do Amapá e relacioná-los ao processo de fluxos, fixos, dinâmica histórica e a urbanização, assim como, paralelamente, refletir sobre as contradições socioespaciais no processo de reestruturação local e regional do Estado do Amapá.

Será caracterizada e analisada, sobretudo, com base nos resultados numa percepção empírica do pesquisador, diante das incursões das regiões turísticas do Estado do Amapá e pelas percepções espaciais que foram adquiridas através das entrevistas e trabalho de campo realizado ao longo da pesquisa.

O ponto de partida será uma narrativa em relação ao relativo isolamento geográfico do Estado do Amapá. Trata-se de uma estratégia metodológica para compreender e sentir as particularidades regionais e simbólicas do Estado. Depois de conhecer e caracterizar o Estado, chega o momento de caracterizar as regiões turísticas do Estado do Amapá seguindo uma sequência de fluxos e fixos, iniciando pela região metropolitana de Macapá seguindo tanto para o eixo norte e posteriormente o eixo sul.

Chama-se atenção para a representação cartográfica das regiões turísticas do Estado, suas divisões foram referências para reflexões sobre a dinâmica do turismo, complexidade e sentido dos territórios turísticos, tanto pela localização bem como as suas articulações para a constituição do todo regional proposto.

6.1 CONTEXTO DAS VIAS TERRESTRES E HIDROVIÁRIAS AO TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ

Antes de mergulhar nesse mundo de vias terrestres e hidroviárias ao turismo do estado do Amapá chama-se atenção para o referencial teórico de espaço adotado, o qual parte de princípios levantados por Massey (2005). Nele o espaço é, sobretudo, um produto de inter-relações, de uma esfera de possibilidades da existência da

multiplicidade, da diferença e da heterogeneidade, e, por fim, de um espaço sempre em processo e nunca como um sistema fechado.

A viagem fluvial de Macapá – Belém – Macapá não deve ser tratada apenas como um mero deslocamento por um espaço absoluto, o que denotaria apenas sua paisagem em suas formas geométricas, mas deve ser entendida como uma multiplicidade de trajetórias, por uma espacialidade oriunda de uma produção relacional específica, ou seja, de ocorrer por um espaço de múltiplas estórias em processo.

Com duração média de um dia, conforme já mencionado, o roteiro é feito através de um verdadeiro labirinto de rios, furos e baías, que molduram a pujante floresta de várzea amazônica pontuados por humildes palafitas isoladas, ou que se agrupam formando pequenas vilas ribeirinhas a avançar sobre os corpos d'água até o fim dos trapiches.

Porém, a centralidade sub-regional da cidade de Macapá, juntamente com a cidade de Santana, segunda maior cidade do Estado do Amapá, constituem uma mancha urbana contígua à margem esquerda do canal norte do Amazonas nas imediações da latitude zero e, atualmente, configuram-se como a maior macrocefalia urbana da região amazônica.

Macapá e Santana possuem fortes complementaridades urbanas, como pode ser visto em relação aos principais terminais de transportes. O principal aeroporto está localizado em Macapá, enquanto o complexo portuário está em Santana.

O Distrito Industrial fica em Santana e principais centros de compras e serviços em Macapá. Dessa maneira, como a maior parte das chegadas de pessoas e turistas, bem como o transporte de cargas chegam a essa região por via fluviomarinha, é natural que ocorra uma grande concentração de empresas de transportes, atividades industriais e portuárias ocupando as orlas fluviais dos rios Amazonas e Matapi, na cidade de Santana. Já na capital, estão concentradas as atividades de comércio, serviços mais especializados, universidades, administração pública e gestão de empresas.

A urbanização concentrada e a centralidade excessiva de Macapá e Santana contribuem para a existência de uma rede urbana sub-regional constituída por pequenas cidades, as quais, em sua maioria, apresentam um baixo contingente demográfico mesmo para os padrões da Amazônia.

Macapá é a maior cidade do Amapá e única de várias maneiras: é a única cidade do país que não ligação por terra, somente ar e barco; é a única cortada pela Linha do Equador; e também a única cidade que fica a margem do Rio Amazonas.

A cidade de Macapá possui dois grupos bem definidos de cidades sob sua influência, quanto à forma de sua conectividade e jurisdição político-administrativa estadual a que pertencem. O primeiro grupo das cidades sob influência de Macapá pertence politicamente ao Estado do Pará e suas conectividades vão ocorrer, majoritariamente, por meio hidroviário. O segundo grupo, o maior, que nesta tese chamaremos de eixo norte e eixo sul, tem como conectividade principal a via terrestre por meio rodoviário e, corresponde aos municípios que constituem o território do Estado do Amapá.

De acordo com o primeiro grupo, as ilhas da Foz do Amazonas pode ser considerada como a sub-região de ocupação e é formada pelas ilhas do Arquipélago do Marajó que pertencem aos municípios de Chaves, Afuá e Gurupá do Estado do Pará, e pelas ilhas do Arquipélago do Bailique que pertencem ao município de Macapá e, da face ribeirinha da área Metropolitana de Macapá, que ao longo de sua orla fluvial na margem esquerda do canal do norte do Amazonas estabelecem os principais elos de conexões socioeconômicas dessa sub-região.

Parte da influência de municípios do Pará em relação à capital do Estado do Amapá pode ser justificada, pela diferença de tempo e custo da viagem entre suas cidades-sede com Belém. Por exemplo, enquanto para Macapá as viagens de barco das cidades de Afuá, Chaves e Gurupá variam entre 05 e 10 horas para Macapá, essas viagens durariam em média dois dias no caso de Afuá e Chaves, e um dia para Gurupá no sentido Belém.

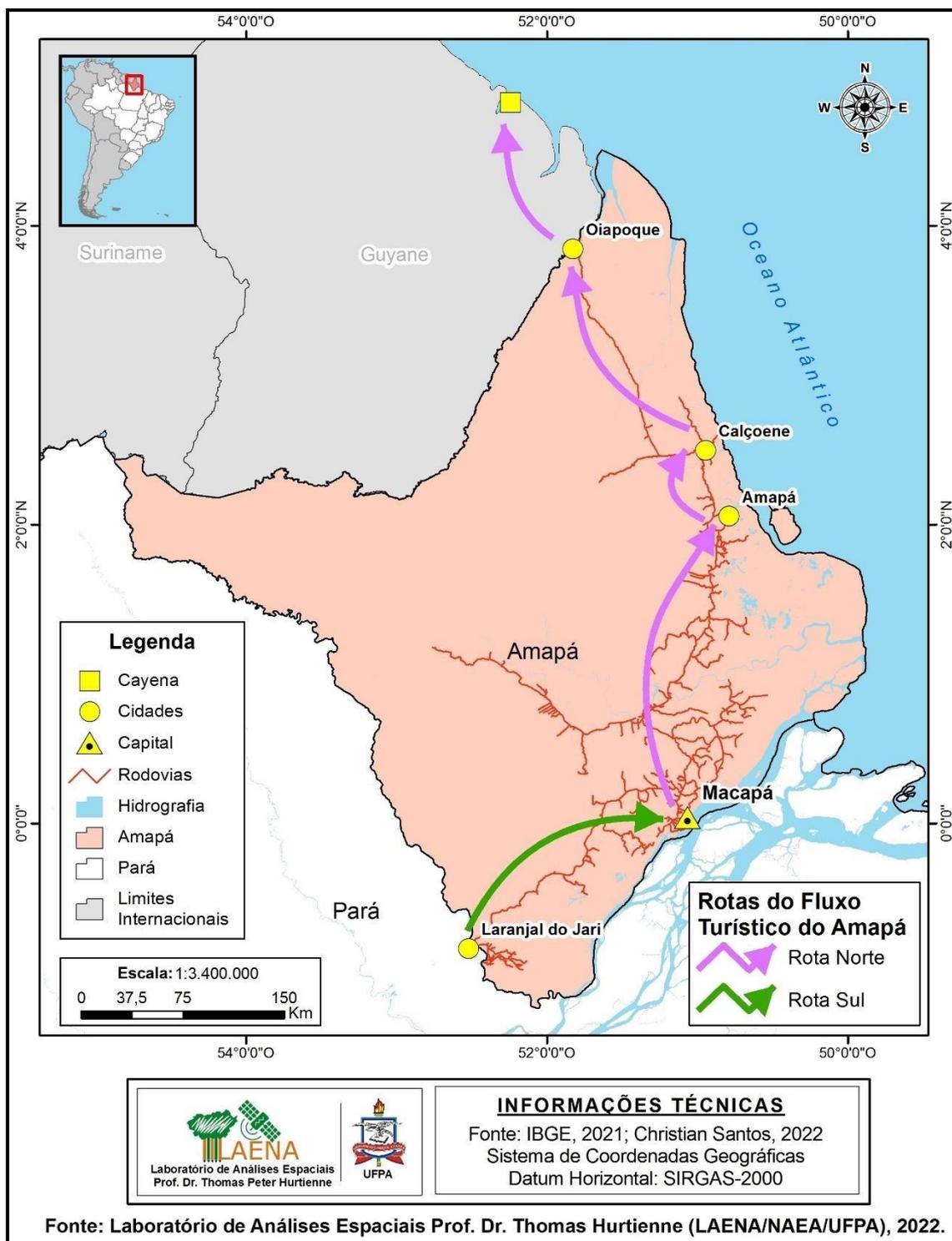
Outra importante questão relevante dessa articulação espacial entre as cidades do oeste marajoara e a cidade de Macapá e vice-versa, diz respeito à intensa rede

social que existe entre essas cidades, pois muitos migrantes do Amapá são provenientes desses núcleos urbanos e de áreas rurais das ilhas do Pará.

De acordo com o segundo grupo, a cidade de Macapá e Santana é onde se concentra a porta de entrada de pessoas e turistas no Estado do Amapá, uma vez que embarque e desembarque nesse sentido acontecem nos municípios de Macapá e Santana. Macapá por vias aéreas e hidroviárias e Santana por vias hidroviárias.

Ao chegar no Estado do Amapá, e pela polarização concentrada na cidade de Macapá e Santana, o turista ao buscar conhecer e realizar o turismo pelo Estado do Amapá, ele possui a opção por via rodoviária, ou seja, o Eixo Norte e Eixo Sul de acordo com o mapa a seguir

Mapa 03 – Eixos Turísticos para o fluxo turístico do Amapá



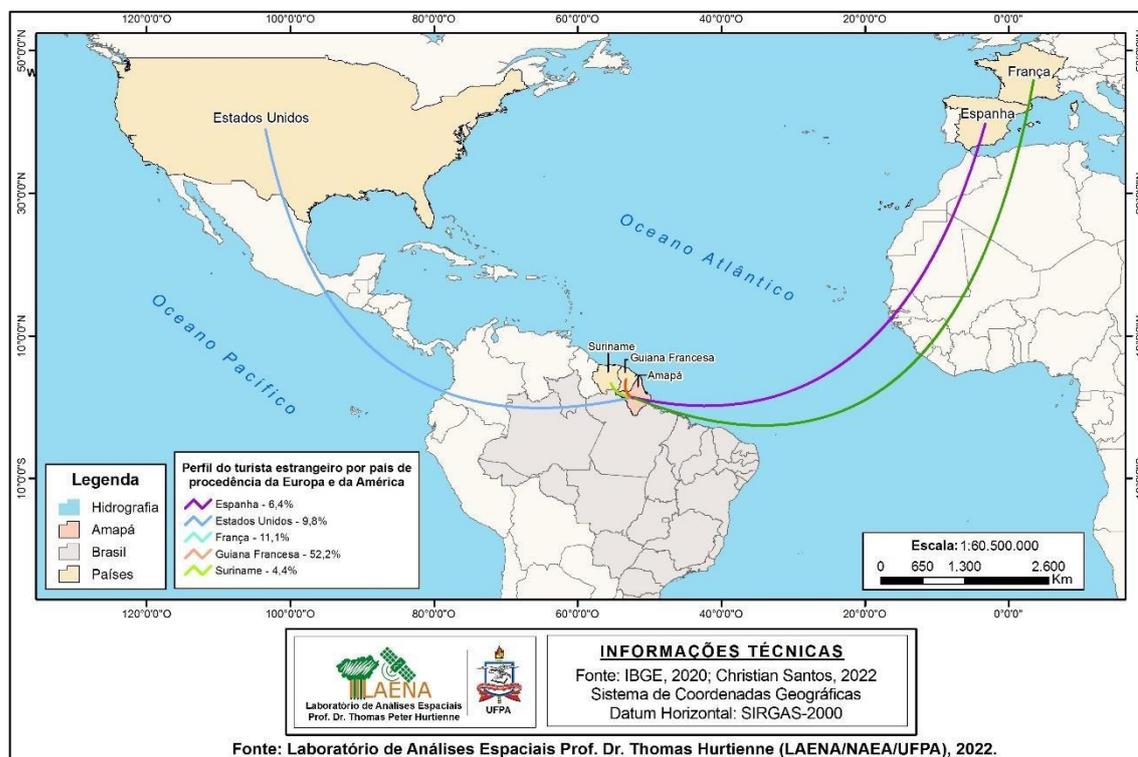
Ao chegar em Macapá (via aérea) ou Santana (via fluvial), o turista tanto de procedência nacional ou internacional, pode usar a rodovia BR-156 (Eixo Sul) com destino ao sul do estado, onde estão sediados os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari. A partir de Macapá sentido BR-156 (Eixo Norte) encontraremos as

idades de Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene, Oiapoque.

A BR-210, também conhecida por Perimetral Norte, mas diferente da BR-156 que inicia e termina no Estado do Amapá, ela se prolonga cortando os demais estados que possuem territórios na porção setentrional da Amazônia: Pará, Roraima e Amazonas. A partir da cidade de Porto Grande, a rodovia BR-210 segue pelo domínio florístico da Floresta de Terra-Firme atravessando mais dois municípios: Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, e possibilitando o acesso rodoviário às suas sedes municipais.

Sob a premissa dos fluxos de pessoas e de turistas, o que se define aqui como perfil dos turistas nacionais e internacionais como procedência, se pode destacar nas ilustrações contidas nos mapas abaixo:

Mapa 04 – Turista estrangeiro por país de procedência



O perfil dos turistas que visitam o Estado do Amapá desembarca na cidade de Macapá, sendo o único aeroporto do Estado que recebe o desembarque de passageiros estrangeiros, que de acordo com o mapa 04, são provenientes de países americanos e europeus como: EUA, Suriname e Guiana Francesa nas Américas e França e Espanha oriunda da Europa, mas devendo realizar escala ou conexão em cidades brasileiras como Belém, Brasília e São Paulo.

Nos mapas 03 e 04, é possível observar a procedência (inter)nacional do turismo no Estado do Amapá, nos anos de 2019 e 2020. Nesse caminho, constata-se que, em 2019, o Amapá registrou a existência dos turistas com 98% deles advindos dos mais diversos estados da federação brasileira e ainda do Distrito Federal. Considerando o ano de 2020, para o qual se faz uma referência em virtude do momento pandêmico, a redução dos turistas internacionais caiu de 2 para 1% nesse período, de forma que, em 2020, o acentuado acontece com 99% de turistas brasileiros, ainda assim com fluxo muito baixo de turistas, tanto nacionais como internacionais. Saliente-se, então, a atenção sobre o maior fluxo no Brasil de turistas

do Pará com 41% deles e internacional referente à Guiana Francesa que se refere a 52% dos turistas, confirmando o já relatado em momento anterior nesta tese.

As regiões turísticas são constituídos pela intensa dinâmica entre os agentes sociais de (re)produção, do território, turista, mercado e, sobretudo, pelo Estado que é responsável por intermediar o processo, cujo objetivo é transformar para promover a inserção da atividade. De acordo com Fratucci (2008, p. 93):

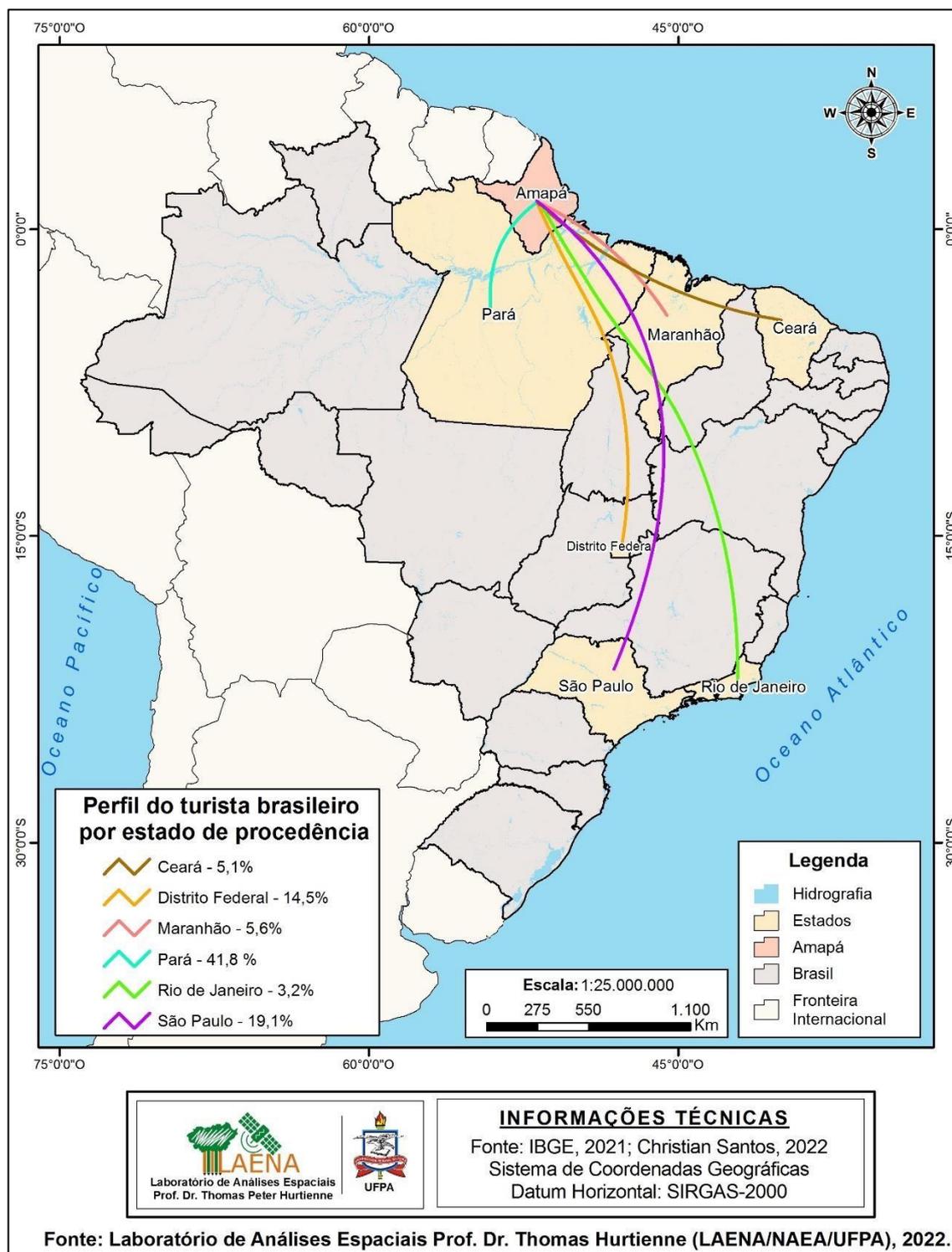
O território do turismo é, portanto, a soma dos territórios dos turistas, dos agentes do mercado, do poder público, dos trabalhadores da atividade (diretos e indiretos) e do território da população local dos destinos turísticos. Nos processos de planejamento e de gestão desses territórios é condição *sine qua non* a contemplação das relações e interações que se estabelecem entre os territórios de cada agente social, pois é a partir delas que se estabelece o território do turismo, em sua concretude e totalidade.

Diante do exposto, o turista estrangeiro possui interesse pela região Amazônica como um todo aliado ao turismo de natureza. Isso faz com que o Estado do Amapá não seja inicialmente uma porta de entrada do turismo amazônico e sim um destino secundário e não um destino principal.

Compreender o perfil do turista é um passo importante para a formatação de produtos compatíveis com o público de forma a oferecer atividades e programas para atender as expectativas e suprir as exigências.

Mencionar o patrimônio cultural, natural, histórico aliado à atividade turística, quando bem planejado, traz significativas contribuições para a localidade, seja na conservação natural e dos bens materiais e imateriais, e para a comunidade receptora na geração de benefícios socioeconômicos que contribuem com elementos que denotam a identidade local.

Mapa 05 – Turista brasileiro por Estado de procedência



Na contramão do ideal de integração inculcido na região amazônica, o potencial turístico do Estado do Amapá não é explorado de forma conjunta pelos demais estados amazônicos.

Dos turistas brasileiros que visitam o Estado do Amapá, 41,8% são oriundos do Estado do Pará, considerando sua relação histórica e cultural com o Amapá, 19,1% do Estado de São Paulo e 14,5% do Distrito Federal, mas direcionando a investigação ainda para o registro de conhecimentos científicos sobre os motivos das viagens ao Estado do Amapá por turistas, 85% dos turistas entram no Estado em virtude de vir realizar alguma atividade laboral e inclui o turismo em sua agenda.

De acordo com a Secretaria Estadual de Turismo do Amapá, os turistas brasileiros fazem da região turística do Amapá um destino secundário. Muitos agregam como destino num roteiro que passa por Belém e como opção final conhecer o que chamaremos de território turístico Meio do Mundo.

6.2 PERSPECTIVAS SOBRE O TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ

Diante de todos os estudos por meio das diversas pesquisas sobre as regiões turísticas do Estado do Amapá, se constata o grande potencial turístico existente, em especial por considerar que o Estado do Amapá se encontra geograficamente em local privilegiado, quando conta com atrativos naturais, que por si só já se garante uma rede de territórios turísticos muito bem focado aos olhos do mundo, considerando ainda as questões das unidades de conservação que apresentam contribuição significativa para a biodiversidade, incluindo outros atrativos como os culturais.

Não se pode deixar de mencionar neste momento a questão da desigualdade socioespacial que o setor turístico deve como uma de suas premissas se preocupar. Essa realidade acontece na medida de conflitos entre o setor privado e a sociedade. As formas de apropriação do capital por meio do turismo acabam por colocar em riscos o bem-estar de agentes sociais, quando das construções monumentais por exemplo que afastam os indivíduos a áreas de riscos pessoais e ambientais, como no caso de Macapá, tendo em vistas o escoamento social as áreas de ressaca que merecem preservação para o equilíbrio ambiental.

De certa forma, as regiões turísticas implantadas pelas classes empresariais distanciam parte da sociedade no sentido da produção de mãos de obras, de empregos formais e informais, fato que se busca também por meio do turismo como desenvolvimento social, econômico e cultural.

Assim, as regiões turísticas precisam de infraestrutura adequada para o atendimento dos turistas a contento. Não basta a região organizada enquanto monumento natural ou não, mas de logísticas aplicáveis de satisfação dos visitantes, na medida de vias de transados adequados durante o ano todo, com setor de hospedagens, gastronomia regionalizada, folclore atuante e permanente, artesanatos que retratem monumentos e histórias do povo amapaense, entre outros.

Apona-se abaixo questões que servem para uma avaliação de responsabilidades do poder público e privado para a garantia do turismo responsável, considerando em especial que o Estado do Amapá é conhecido como o Estado mais preservado do Brasil e se encontra em evidência no cenário mundial nesse sentido, fato que o turismo ao primar pelo desenvolvimento econômico, sem esquecer do social e cultural deve atentar na utilização dos territórios turísticos, a saber:

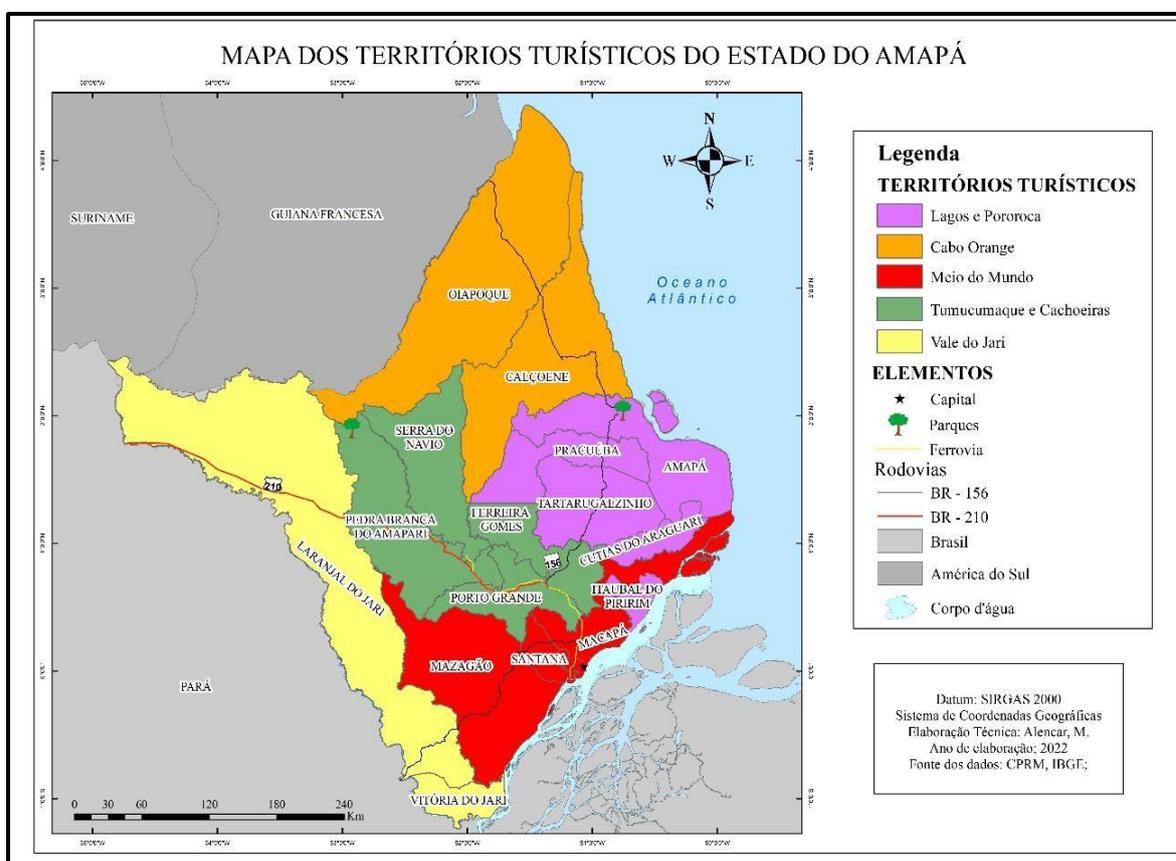
Molina e Rodrigues (2001) entendem que os instrumentos mais importantes no sentido do planejamento e políticas do turismo são os seguintes:

- **Financiamento** – Tem a capacidade de mobilizar recursos humanos, técnicos, materiais, tecnológicos etc. Da mesma forma, o financiamento visa melhorar a distribuição da receita nacional e regional e, além disso, regular e conduzir a economia e toda a sociedade para atingir os objetivos predeterminados;
- **Pressuposto de saídas (gasto público)** – Afeta diretamente a estratégia global de desenvolvimento e o ritmo de crescimento da economia e dos setores sociais. O gasto público maior corresponde a uma maior intervenção do governo na sociedade;
- **Pressupostos de entradas (receitas públicas)** – Constitui o instrumento que ajuda na determinação e início das diferentes atividades e projetos que derivam de um plano. O governo obtém receitas por intermédio de impostos, explorações diversas etc;

- **Normas jurídicas** – Têm o papel de definir as responsabilidades, atribuições e limitações às quais devem estar diretamente envolvidas as instituições no processo de planejamento (Molina & Rodrigues, 2001, p.104).

Assim, se conseguiu definir as regiões turísticas no Estado do Amapá (mapa 06), fixados em cinco regiões turísticas. Valendo lembrar que essas cinco regiões turísticas se caracterizam da seguinte forma:

Mapa 06 – Regionalização das Regiões Turísticas do Estado do Amapá



01 – **Região Turística Meio do Mundo** que agrega os municípios de Macapá, Santana e Mazagão;

02 – **Região Turística Vale do Jari** que abrange os municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

03 – **Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras** nos municípios de Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes e Serra do Navio e

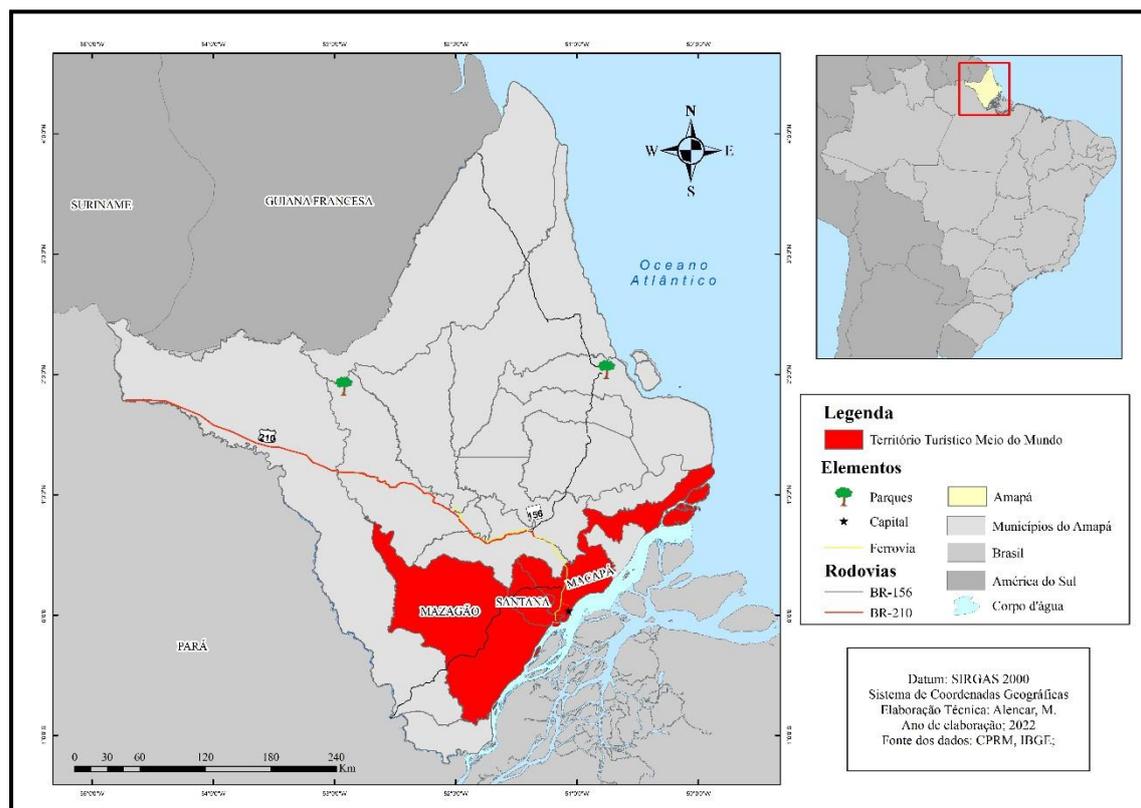
04 – **Região Turística Lagos e Pororocas**, abrange os municípios de Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias do Araguari e Itaubal do Pírim;

05 – **Região Turística Cabo Orange** agregando os municípios de Oiapoque e Calçoene;

6.2.1 Região Turística Meio do Mundo

Macapá foi uma das primeiras “Amazônias” que se organizou espacialmente seguindo o padrão estrada-terra firme-subsolo. A dinâmica gerada pela economia da exploração do manganês promoveu à Macapá maior diversidade econômica e maior concentração das redes técnica do Estado do Amapá. A Região Metropolitana de Macapá, concentrando as atividades do setor terciário como de gestão, comércio e serviços públicos e privados.

Mapa 07: Região Turística Meio do Mundo



Macapá se organiza com maior estrutura turística, considerando que é a capital do Estado do Amapá e nesse sentido se pode contemplar atrativos naturais, assim

como culturais. Sobre os atrativos naturais se tem: Lagoa dos Índios, Igarapé da Fortaleza, Reserva Biológica da Fazendinha, Bioparque da Amazônia, APA do Rio Curiaú, Arquipélago do Bailique, Balneário Portal do Sol, dentre outros.

No que diz respeito aos culturais se tem: Monumento Marco Zero do Equador, Estádio Zerão, Escola Sambódromo de Arte Popular, Museu a Céu Aberto Sacaca, Fortaleza de São José de Macapá, Mercado Central, Casa do Artesão, Praça Beira Rio, Trapiche Eliézer Levy, Parque Recreacional do Araxá, entre outros.

Santana, segundo maior município do Estado do Amapá e tem destaque em função das bacias hidrográficas dos rios Matapi, Vila Nova e da Ilha de Santana, sendo então banhadas pelo Rio Amazonas. Nesse cenário dispõe da presença de três domínios naturais, o que se caracteriza pelo domínio das áreas Savaníticas, as inundáveis destacando-se como as áreas de floretas e várzeas e ainda o domínio da floresta densa que são as de terra firme.

O Município de Mazagão se destaca pelas diversas cachoeiras e paisagens, o que se pode vislumbrar com maior destaque para a cachoeira do rio Maracá e para a paisagem nativa do Lago do Ajuruxi. Mazagão agrega manifestações turísticas que esbarram nas questões religiosas e culturais, quando se tem a festa de São Tiago, a qual ocorre no período de 16 a 28 de julho no distrito de Mazagão Velho, quando acontece a mistura de rituais religiosos, a cavalhada e o teatro a céu aberto, recontando a guerra entre mouros e cristãos.

6.2.2 Região Turística Lagos e Pororocas

Localizada entre o oceano Atlântico, a Região Turística do Tumucumaque e Cachoeiras, e a Região Turística dos Lagos e Pororocas com território alongado em sentido norte-sul é configurada por parte das sedes de cinco municípios: Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias do Araguari e Itaubal do Pírim.

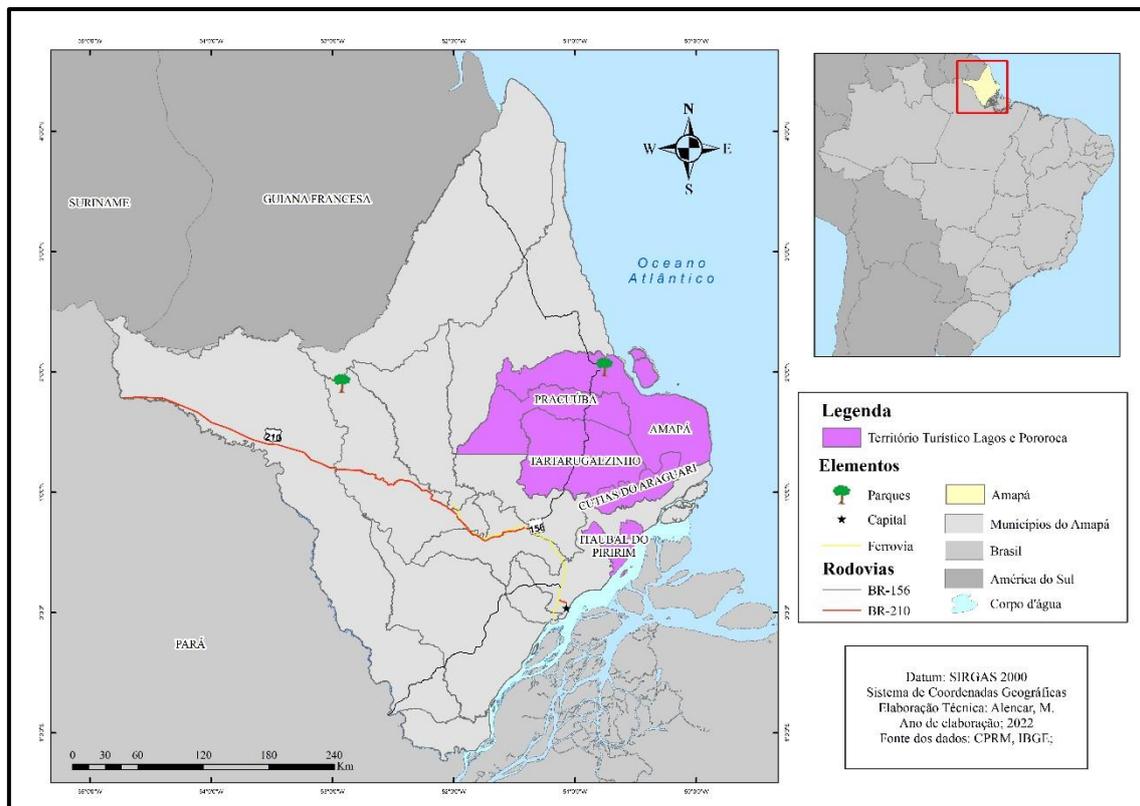
Essa região compreendeu a parte mais dinâmica do Contestado Franco Brasileiro em termos de atividade econômica e populacional. No entanto, apesar de ser uma região de ocupação antiga, apresenta baixo dinamismo econômico, turístico e com menor contingente populacional entre os territórios turísticos.

A cidade de Pracuúba fica a 17 quilômetros da BR-156, percorridos por via secundária para chegar à sede do menor município em contingente demográfico da região. Essa cidade se assemelha mais a uma vila de pescadores a beira do rio Tucunaré e do lago de mesmo nome da cidade.

Sua dinâmica econômica se concentra no funcionalismo público, na pesca artesanal e na pecuária extensiva das fazendas dispersas pelas bordas dos lagos. Tem uma grande potencialidade turística, principalmente, por suas exuberantes paisagens dos lagos, que no final do primeiro semestre atingem sua magnitude máxima em termos de cheia e, no segundo semestre durante o período de estiagem, o que era água se torna um campo verde, onde peões montados em cavalos se deslocam até as fazendas distantes da pequena cidade.

Sobre as vias de acesso se pode contar com as rodovias quase que todas pavimentadas, exceto parte do trecho de Pacuúba e Cutias do Araguari, portanto, com fácil e simples deslocamento da capital a esses municípios, os quais dispõem em suas sedes de pousadas e hotéis para acomodações, gastronomia peculiar com ênfase no pescado e materiais artesanais comercializados nos mesmos.

Mapa 08: Região Turística Lagos e Pororocas



No que diz respeito a busca de contemplação de lagos e pororocas no Estado do Amapá, facilmente os turistas visualizam pelas regiões as concentrações, quando neste aspecto se depara com elementos naturais existentes nos municípios de Amapá, Pracuúba, Cutias do Araguari e Itaubal do Pírim.

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá, as comunidades atingidas pelo fenômeno em municípios costeiros, podem ser beneficiados com incentivo ao turismo atraindo visitantes de todo país.

É relevante considerar que a pavimentação do segmento da BR-156, que passa nas proximidades das cidades da sub-região dos lagos, só ocorreu nessa primeira década do século XXI, o que dificultava bastante o fluxo de pessoas e cargas. Tartarugalzinho foi a cidade do território turístico lagos e Pororocas onde a rodovia asfaltada chegou em primeiro, pois a pavimentação a princípio veio seguindo o sentido Macapá – Oiapoque.

Contudo, Tartarugalzinho, vem apresentando considerável crescimento diante das outras cidades nesta última década. Tartarugalzinho, também, é base de apoio para a atividade de pecuária das fazendas das áreas dos lagos e, para os garimpeiros que exploram os vales fluviais próximos.

A histórica cidade do Amapá antigo cenário de conflitos entre franceses e brasileiros sobre as terras do contestado, guarda como lembrança da batalha na margem direita do rio Amapazinho no centro da cidade uma pequena estátua de José Francisco da Veiga Cabral, o Cabralzinho.

A cidade do Amapá é cercada por fazendas, a pecuária é um dos pilares de sua economia, herança da dinâmica econômica gerada com a instalação da base militar norte americana, transformando num dos principais pontos turísticos desse território e do Estado do Amapá.

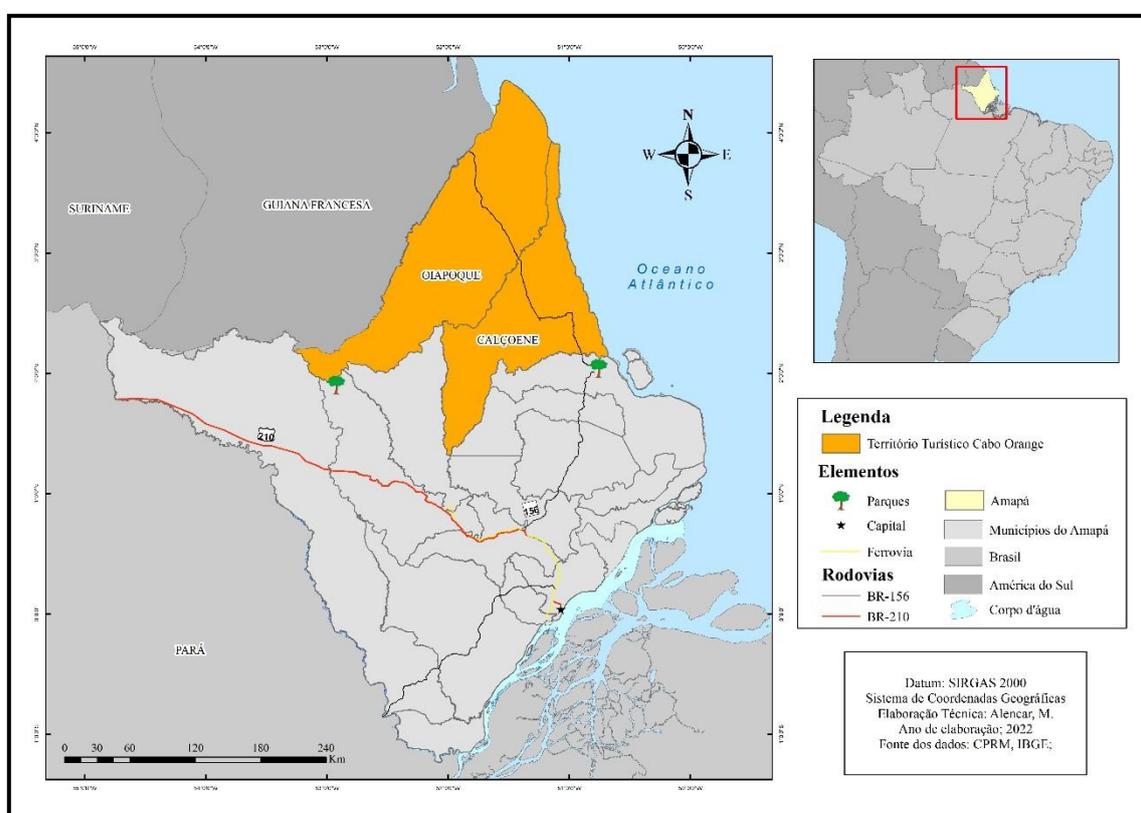
A Base Aérea do Amapá começou a ser construída em 1941 e por conta de sua posição estratégica, próxima à costa do Atlântico, foi muito utilizada para o atracamento de dirigíveis, os famosos Zepelim, especializados em detectar submarinos nazistas. Quando a guerra acabou, a base foi devolvida ao governo brasileiro. Hoje em dia, o local encontra-se em ruínas, mas é um verdadeiro museu a céu aberto. É possível caminhar por restos de memórias que contam uma parte da história do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

6.2.3 Região Turística Cabo Orange

Continuando o Eixo Norte, no que ainda é reconhecido por muitos como o extremo norte do Brasil, ou seja, no Oiapoque, depois de atravessar aproximadamente 215 quilômetros de floresta de terra-firme que recobre o relevo ondulado das bordas do Planalto das Guianas. Nesse segmento, a BR-156 delinea, ao longo de 90 quilômetros, o limite oeste da terra indígena Uaçá, e sua pavimentação tem gerado conflitos políticos, devido aos problemas que podem ser gerados com aumento do fluxo nessa rodovia em relação à integridade territorial e física dos índios aldeados às margens da mesma.

Nessa perspectiva de organização do turismo no Estado do Amapá por região se pode ainda estabelecer outro, denominado neste momento da região turística Cabo Orange. Essa região turística se localiza em terras dos municípios de Oiapoque e Calçoene, sendo uma unidade de conservação criada no dia 15 de junho de 1980 na fronteira da Guiana Francesa e Foz do Rio Oiapoque. Sua maior característica esbarra na biodiversidade, porém, de pouco acesso em função da não infraestrutura turística.

Mapa 09: Região Turística Cabo Orange



Ao chegar no município de Calçoene, o lugar oferece como atração turística, além da beleza natural, o Parque Arqueológico do Solstício. No local existe um círculo de pedras, que se supõe construído como um antigo observatório indígena. O círculo de Calçoene foi apelidado de "Stonehenge do Amapá", além de um dos pontos muito procurados pelo visitante é a praia do Goiabal, que fica a 14 quilômetros da sede do município. O local é banhado pelo Oceano Atlântico.

Seguindo a conexão viária por meio da BR 156, entre o município de Calçoene e Oiapoque, a conexão física do Amapá viabiliza uma ruptura de seu isolamento através de articulações internacionais, via Caiena/Macapá e da construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque. As interligações com a Guiana Francesa estão se intensificando inclusive através de um contingente expressivo de brasileiros que está se radicando naquele departamento.

A cidade de Oiapoque está de frente para o rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa e com acesso pelo rio e por terra à cidade guianense de Saint George, o que facilita o tráfego cotidiano de franco-brasileiros e franco-guianenses no centro urbano da cidade.

Um caminho para entender a dinâmica espacial transfronteiriça da cidade de Oiapoque pode ser realizado com base em uma análise dos fluxos espaciais transfronteiriços. A cidade de Oiapoque apresenta na sua espacialidade urbana influências vinculadas diretamente às relações transfronteiriças que implicam na sua dinâmica socioeconômica e cultural. E isto é muito perceptivo no comércio local e na movimentação de franceses e guiano franceses transitando no espaço urbano oiapoqueense, seja para realizar compras ou como turistas.

Na fronteira franco-brasileira, os fluxos transfronteiriços são caracterizados pelo fluxo de pessoas (turistas e não turistas), veículos, mercadorias e outros, que com suas especificidades influenciam na dinâmica socioeconômica, cultural e espacial da cidade de Oiapoque. Esses fluxos excedem os limites físicos das áreas fronteiriças e possibilitam maior e melhor interação entre as populações residentes nas fronteiras vizinhas, como é o caso de Oiapoque e Saint George.

Em Oiapoque o fluxo de turistas vem aumentando a cada ano, expressivamente nos dois últimos anos, isso se dá em virtude da distância entre as fronteiras Brasil/França, especificamente, Oiapoque e Saint George; a valorização do euro em relação ao real; o crescimento e diversificação do mercado local; e o grande interesse dos estrangeiros em conhecer e desfrutar da natureza Amazônica brasileira, ao qual faz parte a fronteira franco-brasileira.

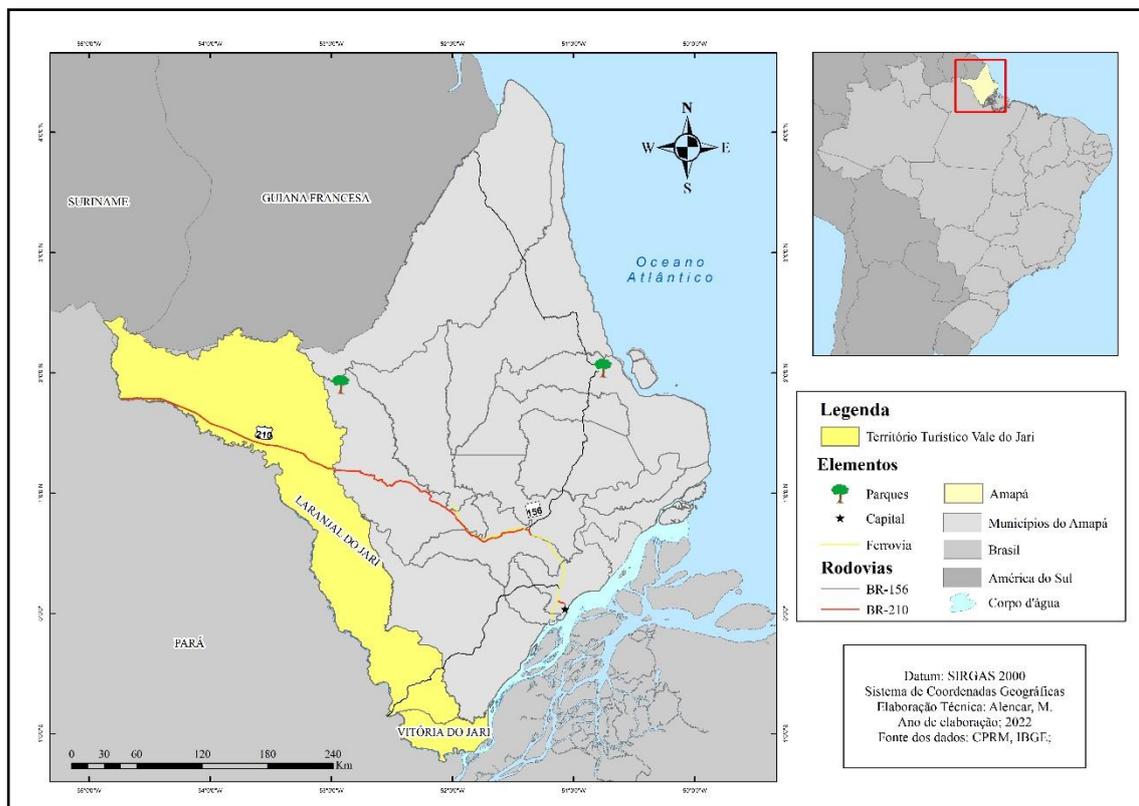
De fato, o Estado do Amapá possui um território-zona, mas que está conectado por meio de rodovias estaduais e federal, constituindo um território-rede que favorece a dinâmica produtiva nos âmbitos local, regional e nacional, este último através dos fluxos turísticos de entradas pelos portos e aeroporto pela fronteira entre Brasil e Guiana Francesa.

O acesso ocorre na medida em que turistas se hospedam nas sedes dos municípios de Oiapoque e Calçoene e buscam formas alternativas de acesso, visto que não há nos municípios programações turísticas para tal. Pode-se ainda contemplar visitas a sítios arqueológicos no Município de Calçoene, além das questões fronteiriças Brasil/Guiana Francesa por meio de catraias pelo rio Oiapoque e ponte binacional. Sobre o Cabo Orange se pode verificar a foto abaixo:

6.2.4 Região Turística Vale do Jari

As cidades de Laranjal do Jari e Vitória do Jari e Almeirim/PA (Baixo Amazonas) podem articular-se com Macapá via terrestre pela BR-156 e, no caso de Almeirim, pela rodovia estadual PA-473, que liga este município a Monte Dourado, havendo a travessia de balsa sobre o Rio Jari e continuação da viagem até Macapá pela BR-156. No entanto, pela condição da estrada sem pavimentação, o transporte hidroviário ainda é preferido por muitos, principalmente em relação ao transporte de cargas.

Mapa 10: Região Turística Vale do Jari



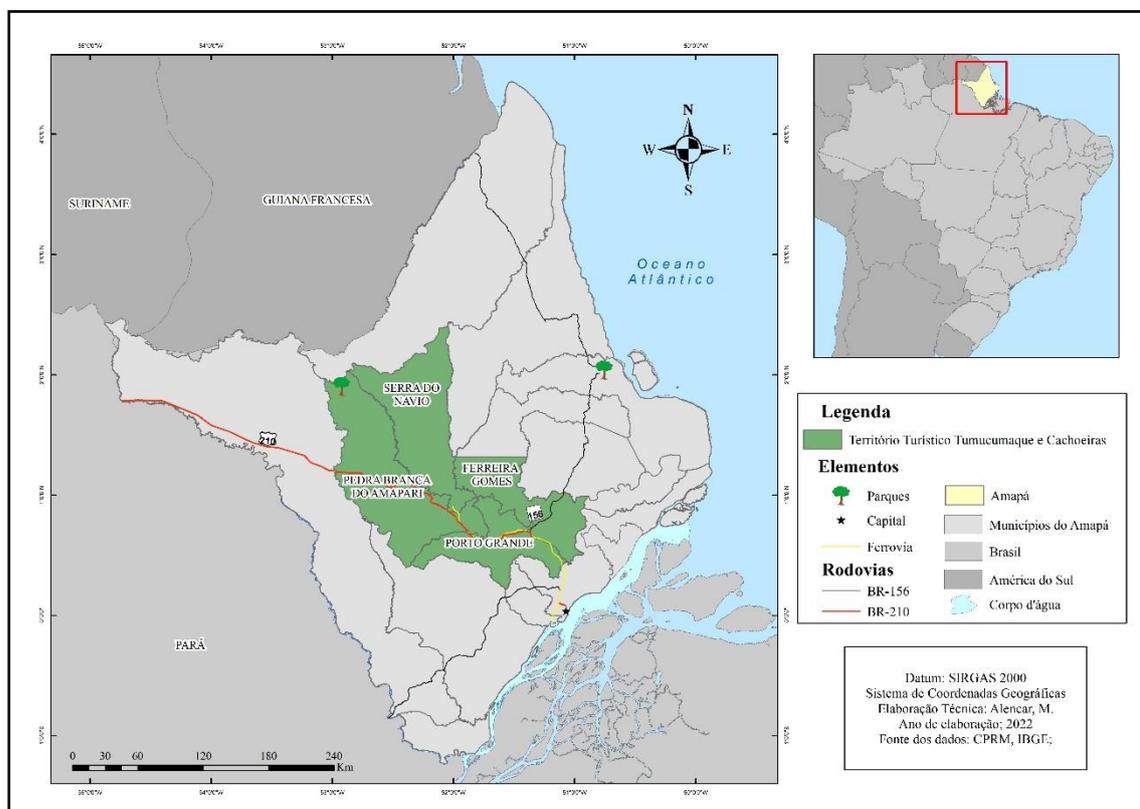
Ao chegar em Macapá, o turista tanto de procedência nacional ou internacional, pode usar a rodovia BR-156 pela rota Eixo Sul para visitar o ponto turístico de Cachoeira de Santo Antônio cuja locomoção pode ocorrer de carro tendo preferência em viagens no período da seca amazônica, pois o trecho não é pavimentado.

O Vale do Jarí é uma região turística de visitação no Estado do Amapá apresentando hospitalidade de turistas externos e internos, a fim de contemplação de elementos naturais e culturais.

6.2.5 Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras

Mais uma região turística que se precisa fixar dando suporte ao turismo no Estado do Amapá, se trata da contemplação do Tumucumaque e Cachoeiras. Desfrutar dessa região turística se faz por meio dos municípios de Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes e Serra do Navio.

Mapa 11: Região Turística Tumucumaque e Cachoeiras



O acesso a esses municípios acontecem todos por via rodoviária nas direções da BR 156 e BR 210. A hospitalidade nesses municípios ao nível de hospedagem é segura pelas pousadas e hotéis existentes nas sedes dos municípios, mas a contemplação dos espaços turísticos deve ser durante o dia, pois as montanhas do Parque do Tumucumaque e as cachoeiras não dispõem de estrutura para alojar pessoas.

Vale destacar que a região turística Tumucumaque e Cachoeiras constituída por unidades de conservação e de preservação ambiental e, também, por terras indígenas, que extrapolam os limites regionais do território turístico e do Brasil, constituindo um imenso território internacional de reserva natural amazônica.

6.3 REDE URBANA NO ESTADO DO AMAPÁ E SUA INFLUÊNCIA AO TURISMO

Muitas são as abordagens que visam revelar a natureza e o significado da rede urbana, conforme mostra Corrêa (2006). No entanto, pode-se entender por rede urbana como o conjunto ou a organização de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, onde existe um centro regional que exerce um papel maior ou menor de controle econômico e político sobre a sua hinterlândia (ROCHFORD, 1998); (CORRÊA, 2006).

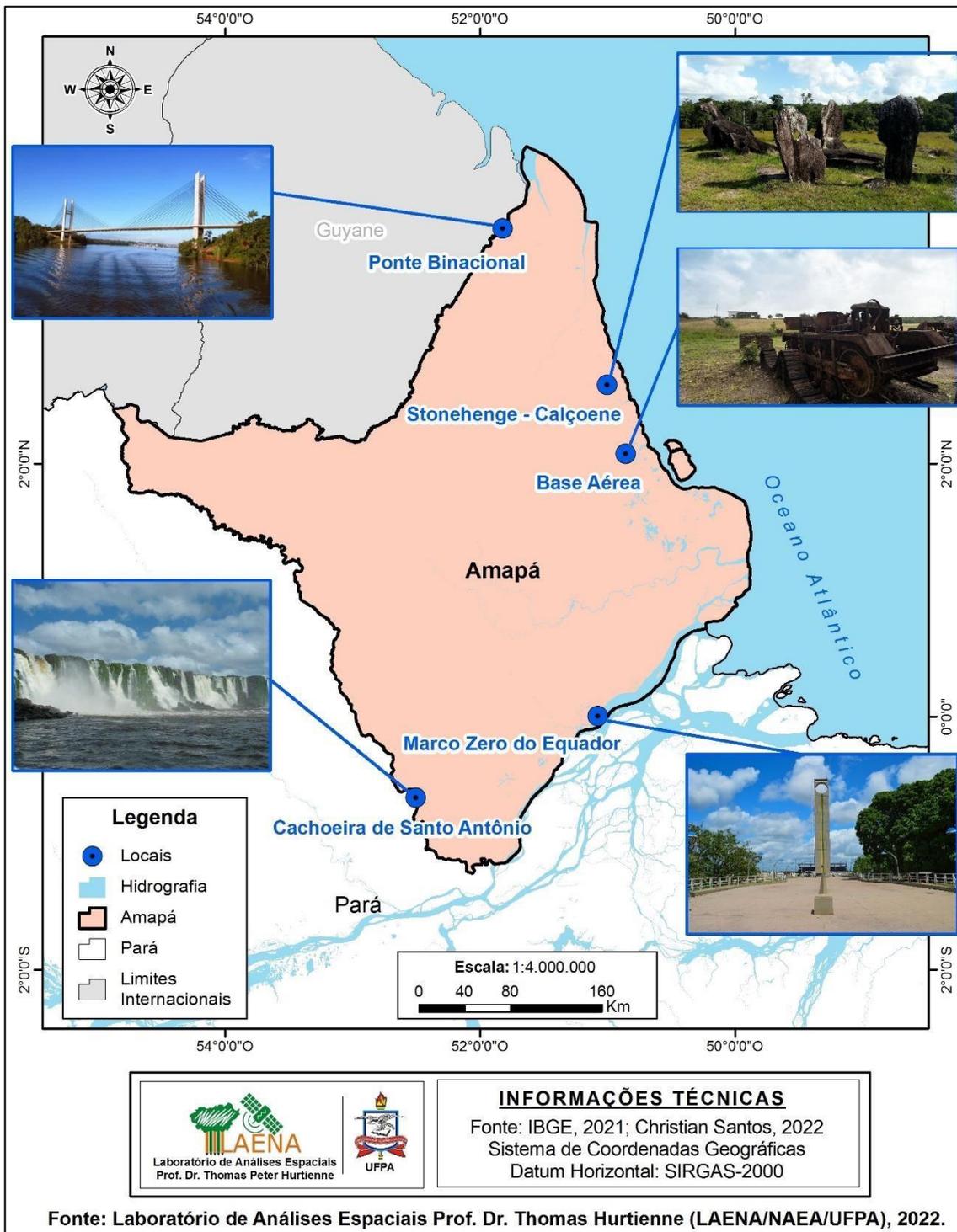
Existem algumas características fundamentais no processo de urbanização turística, são elas: o consumo prevalecendo sobre a produção, consumo este que se realiza principalmente por sujeitos externos; altas taxas de crescimento demográfico; fluxos migratórios na busca por empregos; empregos de baixa remuneração, baixo índice de sindicalização; contraste entre tipos de habitação extremamente precários e de consumo supérfluos em zonas turísticas, afirma Mascarenhas (2003).

Para Luchiari (2000), a urbanização turística coloca as cidades no mercado das paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades, segundo ela, podem até mesmo chegar a redefinir sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, embora este possa redefinir mais do que simplesmente a vida econômica do município.

Vale ressaltar então a importância de um planejamento do turismo no estado do Amapá que possibilite o acesso dos turistas a partir de interesses regionalizados. Diante de toda estrutura natural e não natural existente no Estado, os turistas podem ter uma visão do potencial turístico do estado do Amapá e se locomover conforme diversos interesses, mas considerando questões a respeito que otimizem suas atividades turísticas.

Nesse sentido, se faz importante elaborar um mapa de contemplação das região turística, uma vez que faço no momento o vislumbrar não somente dos aspectos territoriais enquanto geográficos, mas em todos os outros sentidos de atenção turística, na medida em que se analisa a melhor estruturação turística no estado do Amapá, como se destaca no mapa abaixo a visão geral para ilustrar melhor o detalhamento dos territórios, alguns já descritos anteriormente.

Mapa 12 – Panorama das região turísticas no estado do Amapá



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2022.

Sabe-se que as regiões turísticas apontados acima existem no estado do Amapá, porém, sem um plano oficial de utilização no sentido de garantir a infraestrutura adequada aos que desejam contemplar. Sob esse prisma se faz importante a organização de territórios turísticos, como estabelecido acima, a fim de que se tenha um documento oficial para que todo o planejamento de atenção aos turistas, sejam eles externos ou internos disponham de logística adequada e segura para as visitas.

Um documento oficial que se acredita para a organização do turismo no estado do Amapá que seja criado por lei e com financiamentos direcionados a cada especificidade dos territórios turísticos, quando o Conselho Estadual do Turismo no Amapá normatizará a respeito, realizando o devido monitoramento, na medida em que esse ordenamento seja construído com a participação de todos os setores ligados ao turismo.

No caminho acima, os órgãos e agências, digamos que setores públicos e privados devem em conjunto construir um plano oficial de atendimento permanente de turistas que desejam usufruir desses territórios turísticos e para tal realizar um diagnóstico da realidade para registro das potencialidades, do que se tem como organização, das fragilidades das áreas e das ameaças existentes, em função de planejamento estratégico que possibilite a garantia de toda infraestrutura de visita que satisfaça a contento os turistas.

A criação das regiões turísticas em si não se justifica por agrupar áreas turísticas, mas implantar e implementar as logísticas necessárias do atendimento aos turistas, quando verificada as realidades, buscar os mecanismos para que esse setor esteja no rol de desenvolvimento social e econômico do Estado.

Se trata então de pacotes turísticos tanto da capital a esses polos, como das sedes dos municípios onde se encontram os polos aos locais de visita, onde o turista possa contar com hospedagem, alimentação, translados, folclore, artesanatos, e amparados por guias que possam facilitar não somente acesso, como compreensão da existência do território turístico, elucidando sua importância para os aspectos culturais, econômicos e sociais do povo amapaense.

Na medida em que há um plano oficial de atendimento dos turistas por territórios, os mesmos deverão ser divulgados em redes internacionais que cultive a curiosidade dos turistas de qualquer procedência e ao chegar no Estado do Amapá, os setores turísticos estejam de pronto aptos a recebe-los e disponibilizar as atenções as suas satisfações. Inclusive, sabe-se que as questões climáticas interferem positiva ou negativamente na visitação, quando os turistas devem estar com maior intensidade e quantidade na visitação, o que depende do desejo de contemplação, mas podemos mostrar como exemplo aqui o equinócio ou as cheias das cachoeiras, o período da pororoca, entre outros.

Esses territórios turísticos se apresentam detalhadamente supracitado neste capítulo, que se mostram com algumas ilustrações, fato que da existência de um plano de atendimento aos turistas, os mesmos se direcionarão de forma mais segura para a visitação.

Em tese, o estado do Amapá, com enorme potencial turístico, assim sendo, entra na dinâmica regional amapaense e cria novos mecanismos produzindo uma região de uso múltiplo, se fortalecendo, necessitando urgentemente de praticidade mais direcionada a utilização de suas regiões turísticas, com planejamento que demarque todos os mecanismos para que esse setor se efetive com políticas públicas de Estado por meio de financiamento seguro, pois não somente se assegurará o desenvolvimento econômico, como o social e cultural, embasado na sustentabilidade, quando seus fazeres consigam manipular no que puder as desigualdades socioespaciais, o que se configura grande potência em contínua atividade de desenvolvimento de todas as áreas que direta ou indiretamente estão atreladas ao turismo no estado do Amapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação que embasa esta tese buscou compreender a produção do espaço através de suas relações com a região, fruto das relações sociais. Assim, analisar as regiões turísticas no estado do Amapá revelou-se como um desafio complexo porque as categorias que interrelacionadas por sí só, se apresentam emaranhadas em destacada complexidade para defini-las e compreendê-las.

O turismo, apesar de sua complexidade, demanda por infraestrutura e investimentos públicos e privados, de modo que tem se efetivado como uma das principais atividades econômicas do mundo contemporâneo e influenciando regiões nas dimensões econômicas, sociais, ecológicas, culturais etc., seja positivamente ou negativamente, entretanto, os avanços do turismo somente ficaram mais evidentes após a revolução industrial e a partir da intensa inter-relação com a lógica do capital que propiciou mecanismos para gerar maiores receitas cambiais, por esse motivo, para analisar a atividade, se faz necessário observar diversas escalas e perspectivas.

A relação do turismo no estado do Amapá, tem sido externada em conflitos diversos no âmbito social, econômico, ecológico e cultural. Por conseguinte, tem-se estabelecido antagonismos e contradições na região que foram estimulados pela complexa relação do turismo com a região que é incentivado pelo estado e o mercado como atividade que solucionará todos os problemas.

Neste sentido, entende-se que pelo processo de consumo do espaço voltada para uma lógica produtiva, a fim de consolidar grandes corporações do turismo, do uso da paisagem, da população local, especulação imobiliária e financiamento para promover a infraestrutura direcionadas para os empreendimentos turísticos.

Evidentemente, a região turística é fruto das relações de poder no campo social, econômico, ecológico e cultural, como também de uso pelo setor público e privado, assim como pela sociedade. No recorte estudado, o processo de formação de regiões turísticas acontece com a apropriação do espaço e se estabelece a partir das relações de poder que são externadas num intenso campo de forças no sentido de operacionalizar a dinâmica produtiva por meio do turismo e com a intervenção governamental através de um discurso desenvolvimentista.

No andamento da tese, as regiões turísticas como é o caso da Amapá, podem ser incorporados em programas, projetos e planos governamentais, norteados por políticas desenvolvimentistas que expropriam a população do lugar, a fim de criar novos territórios de segundas residências, hotéis, *resorts* e outros ambientes, dessa maneira artificializar a região através do processo de turistificação que reflete um arquétipo contraditório, produto articulado do mercado e Estado sobre o espaço, provocando uma territorialidade artificializada que são verdadeiros espaços simulacros, denominados de pseudolugares.

Nesta perspectiva, expõe-se como se dão as regiões turísticas do Amapá, considerando as contribuições das políticas públicas para o desenvolvimento local e regional.

Conforme o que foi exposto, o turismo é impulsionado pelas condições, de certo modo, de sedução dos seus atrativos para movimentar a sua cadeia produtiva, do mesmo modo que a infraestrutura da localidade turística possibilita o dinamismo, ambos os fatores contribuem para a evolução da atividade, no caso do Amapá, a atratividade é potencializada em função das áreas naturais como rios, florestas, etc., o que favorece o uso turístico aliado ao discurso de sustentabilidade; todavia, as condições socioespaciais são escamoteadas em função da espetacularização utilizada pelo setor turístico e governamental.

A região turística, em particular, sendo um espaço dominado e/ou apropriado, assume um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de multiterritorialidade”, permite que a análise verifique as escalas mundial, nacional e local, bem como as distintas territorialidades, a fim de entender a territorialização advinda dos conflitos derivados da produção e reprodução desse espaço.

Os municípios presentes nas regiões turísticas do Amapá foram poucos estimulados pelo processo de reestruturação produtiva para inserirem o turismo como uma das atividades econômicas, cujo direcionamento era a resolução dos problemas socioeconômicos através da dinamização da atividade turística fruto de um discurso desenvolvimentista, especialmente, do estado que apenas tem provocado

crescimento econômico e se distanciado da melhoria da qualidade de vida da população local.

Em atenção ao primeiro objetivo específico que foi sistematizado em identificar as regiões turísticas do Estado do Amapá pertinentes ao turismo. Sobre essa situação se conseguiu constatar diante da investigação que as regiões turísticas no estado do Amapá têm se dado de forma desordenada, principalmente pela ausência de um programa de Estado destinado ao turismo que prime pela continuidade das atividades turísticas. O que se registra é uma rede de serviços que nem mesmo apresenta interrelações do ponto de vista da necessária unidade no setor, como o funcionamento de um sistema.

Nota-se que as regiões turísticas se fazem por meio da necessidade apresentada momentaneamente, quando se organiza uma estrutura de atendimento aos turistas na medida em que ingressam ao Estado. Claramente os setores da área turística funcionam de maneira isolada, quando a unidade na hospedagem, na gastronomia, artesanatos, transportes, entre outros que viabilizam a comodidade dos turistas precisam seguir na mesma direção para atingimento de seus objetivos.

No que concerne ao segundo objetivo específico que se definiu em descrever a dinâmica das regiões turísticas do Amapá, diante da pesquisa documental e de campo se pôde ilustrar que a dinâmica do turismo no Estado do Amapá ocorre com a tentativa de integração das partes envolvidas. O Estado, sendo uma região amazônica que se encontra numa escala do Estado mais bem preservado ao nível de fauna e flora se mostra com atributos de chamamento de turistas, mas encontra-se desprovido de dinâmicas ao turismo que chame a atenção do desenvolvimento local, uma vez que as vias de acessos aos lugares da natureza que se busca para a contemplação ainda contam com trechos de difícil acesso, sem considerar que quando há o acesso, falta comodidade aos turistas, incluindo nisso hospedagem e alimentação.

Essa dinâmica existente acontece de forma improvisada de acordo com a necessidade, pois é quando se reúnem gastronomia, transporte, artesanatos, manifestação folclórica, mas para o atendimento de uma dada situação isolada, sem um sistema para essa garantia.

Ao refletir sobre o terceiro objetivo específico que foi estruturado em apontar as contradições socioespaciais nas regiões turísticas do Amapá, se conseguiu alcançar também na medida em que se fez um apanhado de relatos, de estudos de documentos e das abordagens realizadas com as entrevistas. Inicialmente pode-se citar a questão das localidades que são locais de visitação, como: cachoeiras, rios, mar, montanhas, entre outros, que não apresentam estrutura nenhuma de atenção ao turismo.

Quando acontece é de forma ir e vir, sem se acomodar, pois esses espaços não dispõem de hospedagem por exemplo para que a visitação se estenda e esse mecanismo proporciona emprego e renda aos moradores das localidades. Outro fato é que as arquiteturas, em função das modernidades turísticas estão se modificando, quando prédios antigos dão lugar a novas construções, em se tratando apenas de área urbana. Realmente são diversas as contradições socioespaciais, mesmo sabendo que um sistemático planejamento gera a excelência na operacionalização turística que descartou por certo determinadas contradições socioespaciais.

Finalmente o quarto objetivo específico que se sistematizou em avaliar as políticas públicas para o turismo com as contribuições para o desenvolvimento local e regional. Diante dessa questão se buscou documentos oficiais do Estado do Amapá, incluindo de prefeituras que apresentem políticas públicas ao turismo com vistas ao desenvolvimento local e regional, quando não foi registrado a existência de programa contínuo destinado ao turismo no Estado. A secretaria de Estado do Turismo do Amapá conta com 1% do orçamento do Estado. O que se observa é que se houver políticas públicas precisam ser contempladas nesse orçamento. Diz-se isso pelo fato da não existência de um programa que se adeque a um orçamento para o desenvolvimento local.

A Prefeitura de Macapá por exemplo disponibiliza a secretaria municipal de turismo o montante de R\$ 400.000,00 anual. Tomando esses dois exemplos fica claro a inexistência de políticas públicas sérias e de continuidade do turismo que vislumbre desenvolvimento. Desta forma, do ponto de vista orçamentários, os setores responsáveis pelo turismo apenas lançam eventos esporádicos, o que enfraquece o potencial do Estado nessa  rea.

O turismo é constituído por meio da apropriação do espaço e, nesse movimento, surgem oposições, conflitos e ajustes, uma vez que o processo de territorialização possui um dinamismo que possibilita alterações significativas desse território, com isso provoca impactos econômicos, sociais, ecológicos e culturais que podem beneficiar a população da localidade receptora, mas também podem acarretar transformações socioespaciais segregadoras para as comunidades envolvidas.

Diante do explicitado fica notória a necessidade de planejar o desenvolvimento da atividade turística, cujo intuito é evitar a potencialização de impactos negativos.

Nesse sentido, para os governos central e local, o significado global do turismo como um mecanismo para o desenvolvimento econômico tem representado uma oportunidade de investimento que poucos podem se dar ao luxo de ignorar. De uma perspectiva ampla, o que se busca é um desenvolvimento equilibrado das muitas facilidades necessárias para satisfazer as exigências dos visitantes.

Com a criação de uma secretaria exclusiva de turismo em 2004, iniciou o processo em constituir uma política pública voltada especificamente para o turismo, por acreditar que se tornava necessário para que pudesse contribuir para o crescimento e desenvolvimento do Estado. Assim, a abordagem aqui feita é no sentido de caracterizar as políticas públicas de turismo do Estado do Amapá.

Acreditava-se que a política de turismo no estado do Amapá foi construída com base nos Planos Nacionais de Turismo 2003/2007, 2007/2010 e o Programa de Regionalização do turismo “Roteiros do Brasil” (2004), sendo que com base na pesquisa realizada percebeu-se que essas políticas foram elaboradas com o auxílio de programas e projetos sobre o turismo do Amapá que utilizaram os planos e programas nacionais supracitados.

E ao destacar a possibilidade da existência do turismo em regiões propensas a se tornar destinos turísticos como o Estado do Amapá, que possui uma vasta biodiversidade, ambientes naturais, aspectos históricos e culturais, e faz parte de uma região Amazônica, importante pela sua contribuição natural para o país e para o mundo, pode-se afirmar que o instrumento Comprometimento dos Atores do Turismo seria a contribuição, e o respeito que estes teriam com a atividade turística, seja ela em regiões consolidadas ou não, sem perder seu propósito inicial que são de poder

gerar emprego e renda a regiões que possuem possibilidades de se tornarem um destino turístico. Entrelaçado sempre pelo tripé da sustentabilidade: o econômico, o social e o ambiental, Brasil (2009).

No entanto, este instrumento tem um comprometimento com os atores, e os envolvidos devem buscar relacionar-se entre si para que este envolvimento seja aliado não somente a desejos e anseios de apenas determinado grupo, mas sim estar aliado às políticas públicas de turismo que apregoa as necessidades advindas do seio da sociedade. O que deve ficar cada vez mais em voga é que “a política de turismo precisa ser flexível para reagir às mudanças em determinadas circunstâncias e reorganizar as prioridades conforme necessário, considerando que o Estado do Amapá dispõe de fixos e fluxos com enormes potenciais de alavancar o turismo, o qual se apresenta com importantes mecanismos de redução das desigualdades socioespacial existente no Estado do Amapá, tendo como premissa o desenvolvimento local, da região amazônica e Nacional, partindo de fundamentação da autossustentabilidade.

A partir dos pressupostos ressaltados, defende-se que a reestruturação da região turística, neste caso do Estado do Amapá, foi desencadeada pelas políticas públicas, em especial as turísticas, que contribuíram para os usos da sua região e foram determinantes para transformações socioespaciais e para o desenvolvimento local e regional.

Assim, o turismo passa a ser a opção para diminuição das desigualdades socioespaciais e reestruturação econômica, no qual a tese sustenta no fato do turismo entrar no jogo das transformações que viabilizem mecanismos de redução das desigualdades, considerando que o território turístico se fundamentará em meios que oportunizem o desenvolvimento econômico de Estado.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA Manuela M. de; SANTANA, Simão Bossi. **O conceito de produção do espaço no pensamento geográfico**. Disponível em: EGAL 2015.

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/04.pdf>.

ALVES, José Luiz. **Globalização, acumulação flexível e configuração espacial**. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 3, set/dez. 2007.

AMAPÁ. Secretaria Estadual de Meio Ambiente (2008). Recuperado em 06 abril, 2015, de: http://www.sema.apa.gov.br/ecossistemas/ecossistemas_txt.html

AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas,SP: Papius, 1994.

BARRETO, M. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas: Papius. BENI, M. C. (2006). **Políticas e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph. 2003

_____. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horizontes Antropológicos, 9(20), 15-29. 2003

_____. **Planejamento e Organização em Turismo**. (7a. ed.). São Paulo: Papius. 2002

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECKER, Bertha. **Revisão das políticas de ocupação Amazônica: lições do passado e desafios do presente**. In: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT) – Centro de Estudos Estratégicos (CEE). **Parcerias Estratégicas**. Brasília, MCT/CEE, n. 12, p.135 – 159, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOULLÓN. Roberto. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRAMWELL, B. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003/2007**. Brasília: MTur. 2003

BRASIL. Ministério do Turismo, Conselho Nacional de Turismo. **Regimento Interno**. Brasília: MTur. 2003

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_/03_planos_nacionais.html> Acesso em: 3 de nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Curso Formação de Gestores das Políticas Públicas do Turismo**. Brasília: MTur. 2009

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2. ed., 2004.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARDOSO, Francinete do Socorro S. **Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX**. Belém: UNAMAZ/NAEA, 2008.

CARLOS, Ana F. A., SOUZA, Marcelo, L., SPOSITO, Maria Encarnação B A (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011b.

CARVALHO, C. C. **Políticas públicas e governança territorial do turismo no estado do Maranhão**. GeoTextos, v. 15, n. 1, p. 157-179, 2019.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996 cidade. Barueri: Aleph, 2016. p. 111-132.

CONCEIÇÃO, C. **Política pública de turismo no estado do Amapá no período de 2003/2007**. Dissertação de Mestrado. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, SC, Brasil. 2010

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. Revista Cidades, Volume 9, Número 16, 2011

COSTA, C. R. R. da. **Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo**. Geografia

CRUZ, R. de C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

_____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. Para pensar a realidade brasileira**. In Bartholo, R; Sansolo, D; Bursztyn, I. (Orgs.). (pp.92107). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem. 2009

_____. **Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo, Roca, 2007. 140p

_____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo:fenómeno social**. 2ed. México, 1ed. Fundo de cultura económica, 1997.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUARTE, Aluizio Capdeville. **O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, ano 50, n.2, p. 99-106, 1988.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ENDRES, A. V.; PAKMAN, E. T. **A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2019.

EVANS, Katie. **Competição pelo espaço-patrimônio: o conflito entre residentes e turistas no Cairo**. In. TYLER, D.; GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M. (orgs.). **Gestão do turismo municipal: teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos**. (trad. Gleice Guerra). São Paulo: Futura, 2001. p. 245-262.

FERNÁNDEZ, M. J., GULLETTE, G. S., LUQUE, A. C., Mendoza-Otiveros, M., &

FRATUCCI, Aguinaldo C. A. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. 308 f. Tese (doutorado em Geografia), Programa de Pósgraduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.

GALLO, Fabrício. **Usos do território e o papel do Estado no Brasil: notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP**. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 480-496, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

GASTAL, Suzana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, educação e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

_____. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2002.

_____. **Território e região: numa “constelação” de conceitos**. In: MENDONÇA, Francisco. LOWEN-SAHR, Cecilian Luiza. SILVA, Márcia da (Organizadores). **Espaço e tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonia (ADEMADAN), 2009.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. Tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001.

HANAI, Frederico Y. **Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR), Taubaté-SP, 2012, v.8, n. 1, p.198-231.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, SP : Loyola, 2003

_____. **Espaços de esperança**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KNAFOU, Remi. **Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo**. In: RODRIGUES, A.A.B (org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec. p. 62-74, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira. 1995.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LUCHIARI, M. T. D. P.; SERRANO, C.; BRUHNS, H. T. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

MACHADO, Helen C. **A Territorialização Turística No Município De Urubici – SC**. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Cap. 3

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço. Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002. 144 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). **O campo no século 348 XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, I. C. E. **Estatuto da Cidade: para compreender**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Administração Municipal. 2001

OMT. **Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas** (World Tourism Organization). Disponível em: <https://www.e-unwto.org/toc/unwtotfb/current>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolorez Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **O que é o território?** In: RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática. 1993, pp. 143-158.

RATZEL, Friedrich. **O solo, a sociedade e o Estado.** In: Revista do Depto. de Geografia, São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, p. 93-101, 1982.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **A rede urbana amazônica: da rede dentrítica à configuração de uma rede complexa.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001, p. 369-389.

RICHARDSON, Joseph. **Pesquisa Social.** São Paulo - SP: Autores Associados. 2000

RODRIGUES, A.B. Adyr. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999, 145-162.

RODRIGUES, Adir B. **Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional.** In LEMOS, Amália; ARROYO, Monica e SILVEIRA, Maria (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 297-315.

ROMANI, Carlos. **A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque.** Antíteses, Londrina – PR, vol. 3, n.5, p.145-169, jan./jun., 2010.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 8ª Ed. Papirus, 2001.

SALATIEL, José Renato. **Marx - Teoria da Dialética: Contribuição original à filosofia de Hegel.** Especial para a Página Pedagogia & Comunicação 27/10/200818h13. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/marx---teoria-da-dialeticacontribuicaooriginal-a-filosofia-de-hegel.htm?cmpid=copiaecola>

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Território e Dinheiros.** In: Território e Territórios. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial.** Território. Ano IV, n. 6, p. 5-20, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **A natureza do espaço;** São Paulo; Hucitec: 1997.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Espaço e Método.** Ed. Nobel São Paulo, 1985.

_____. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método,** Boletim Paulista de Geografia, nº 54, 1977.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 1999. (Coleção Brasil 500 anos)

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. In: Geosul, n. 43, v. 22, 2007b.

_____. SILVA, Sueli da. MILTON SANTOS: **concepções de geografia, espaço e território**. In: Revista Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42 www.geouerj.uerj.br/ojs . ISSN 1981-9021

SEN, Amartya K. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**, 23 ed. Ver. e atualizada – São Paulo: Cortez. 2007

SILVA JUNIOR, Orleno Marques da et al. **Atlas Geográfico Escolar do Estado do Amapá** / Orleno Marques da Silva Junior et al. – Macapá : GERCO/IEPA; UNIFAP, 2022.

SILVEIRA, M. A. T. da - **Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento. Um foco no Estado do Paraná no Contexto Regional**. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2002.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 250.

SOJA, Eduardo. N. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo J. L. de. de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**, 5ª ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2008

TELES, Reinaldo M. de Sá. **A importância do território na prática da planejamento turístico-Reflexões acerca do Brasil**. In. RUSCHMANN, Doris Van de Meene; SOLHA, Karina Toledo (orgs.). Planejamento turístico. Barueri: Manole, 2006.

VALLAUX, Camille. **El suelo y el Estado**. Madri: Daniel Jorro Editor, 1914.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**. São Paulo: Plêiade, 2009. 573 p.